



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG/UFT)

EDUARDO ALMEIDA DO VALE

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS AMBIENTAIS NA PRAIA DA
GRACIOSA EM PALMAS, TOCANTINS**

PORTO NACIONAL - TO

2024

EDUARDO ALMEIDA DO VALE

TURISMO E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS AMBIENTAIS NA PRAIA DA
GRACIOSA EM PALMAS, TOCANTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Porto Nacional como requisito parcial das exigências da elaboração da Dissertação de Mestrado em Geografia.

Linha de pesquisa: Análise e Gestão Geo Ambiental
Orientador(a): Profa. Dra. Rosane Balsan

PORTO NACIONAL - TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A447i Almeida do Vale, Eduardo.

Impactos decorrentes do turismo e do lazer na Praia da Graciosa em
Palmas – TO.. / Eduardo Almeida do Vale. – Porto Nacional, TO, 2024.

121 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2024.

Orientadora : Rosane Balsan

Coorientadora : Mary Lucia Gomes Silveira de Senna

1. Turismo. 2. Impactos. 3. Praias artificiais. 4. Sustentabilidade. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDUARDO ALMEIDA DO VALE

IMPACTOS DECORRENTES DO TURISMO E DO LAZER NA PRAIA DA
GRACIOSA EM PALMAS – TO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Porto Nacional como requisito parcial das exigências da elaboração da Dissertação de Mestrado em Geografia.

Linha de pesquisa: Análise e Gestão Geo Ambiental
Orientador(a): Profa. Dra. Rosane Balsan

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosane Balsan (PPGG/UFT)

Orientador

Prof. Dr. Sandro Sidnei Vargas de Cristo (PPGG/UFT)

Examinador

Profa. Dra. Marília Luiza Peluso (PPGG/UNB)

Examinador

Porto Nacional - TO

2024

À Deus, pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A todos os meus familiares e amigos, em especial à minha mãe, minha noiva Letícia, e à memória do meu pai, José Marques do Vale.

*Graça, graciosa, canto, recanto, caminho e
passagem, rio de encantos, a desaguar
lembranças e a tecer saudades:*

*canto, recanto, cantinho e miragem, lago de
remanso, a desanuviar tormentas e a ampliar
brevidades;*

*canto, recanto, rio, lago, nascente, poente,
tocantinos, forasteiros, tocantins rumo ao mar:*

*canto, recanto, sol, lua, sabores, perfumes,
água e paisagem, pássaros, peixes, passos,
olhares, destinos a se cruzarem.*

*Graça, graciosa na geodésica palmas, bela e
formosa...*

Tião Pinheiro

AGRADECIMENTOS

O mestrado representa a realização de um sonho que alcancei por meio da perseverança com apoio de pessoas especiais. Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus, a fonte inesgotável de força e sabedoria que me impulsionou ao longo desta jornada, pois Sua presença em minha vida é a razão pela qual eu existo.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, cujo apoio incondicional se revelou indispensável em cada etapa deste percurso. À minha noiva, Leticia Mota, expresso minha gratidão pela compreensão constante, permitindo-me superar obstáculos e manter um equilíbrio essencial entre a vida acadêmica e pessoal.

À Professora doutora Rosane Balsan, minha orientadora, cuja trajetória inspiradora desperta minha admiração desde os tempos de graduação, expresso aqui toda minha gratidão pelo suporte e orientação fornecidos ao longo deste processo, fundamentais para meu desenvolvimento. Registro também minha admiração e respeito por tudo o que ela representa para o turismo do nosso estado, em especial Porto Nacional, pois sua atuação naquele local valoriza nossa história e cultura.

À Professora doutora Mary Senna, minha coorientadora, agradeço por me introduzir ao fascinante mundo da ciência ainda durante a graduação. Obrigado por ter acreditado e incentivado a seguir a carreira acadêmica. Seu apoio contínuo tem sido crucial para superar inúmeras barreiras e alcançar conquistas importantes na minha vida. Sua vida me inspira!

Aos Professores doutores Sandro Sidnei e Marília Peluso, expresso minha profunda gratidão por terem aceitado contribuir para o meu trabalho desde a defesa do projeto. Sem dúvida, as contribuições de vocês abriram novas perspectivas para este trabalho e trouxeram enriquecimento significativo ao meu conhecimento. Muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Porto Nacional, agradeço pelo excelente apoio e ensino de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), reconheço e agradeço pelo imprescindível apoio proporcionado pela bolsa de pesquisa. Este suporte desempenhou um papel fundamental no meu desenvolvimento como pesquisador.

A todos os que não citei mas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste sonho, expresso minha sincera gratidão.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

A atividade turística tem se tornado uma realidade cada vez mais presente nos municípios brasileiros, principalmente como uma oportunidade de desenvolvimento local. Para que esse desenvolvimento ocorra de maneira eficaz, é fundamental estabelecer uma organização territorial do turismo por meio de um planejamento adequado. Esse planejamento contribui para um crescimento ordenado da atividade, maximizando suas potencialidades e minimizando os impactos negativos que podem surgir. O objetivo deste estudo é analisar os impactos socioeconômicos e ambientais do uso e ocupação na Praia da Graciosa em Palmas - TO. Durante a temporada de 2022, foi conduzida uma coleta de dados por meio de pesquisa de campo para avaliar o perfil socioeconômico dos visitantes. Para isso, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro predefinido. Os resultados da pesquisa revelam uma visão predominante entre os entrevistados de que os impactos ambientais na Praia da Graciosa são negativos, especialmente na qualidade da água. No aspecto social, destaca-se a percepção negativa sobre os impactos do turismo, evidenciando um aumento da desigualdade social devido à elitização do comércio local.

Palavras-Chave: Turismo; Impactos; Praias artificiais; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The tourist activity has become an increasingly present reality in Brazilian municipalities, mainly as an opportunity for local development. For this development to occur effectively, it is essential to establish a territorial organization of tourism through adequate planning. This planning contributes to an orderly growth of the activity, maximizing its potentialities and minimizing the negative impacts that may arise. The objective of this study is to analyze the socioeconomic and environmental impacts of the use and occupation of Graciosa Beach in Palmas - TO. During the 2022 season, data collection was conducted through field research to assess the socioeconomic profile of visitors. For this purpose, semi-structured interviews were used, following a predefined script. The research results reveal a predominant perception among the interviewees that the environmental impacts at Graciosa Beach are negative, especially regarding water quality. In the social aspect, there is a negative perception of the tourism impacts, highlighting an increase in social inequality due to the elitization of local commerce.

Keywords: Tourism; Impacts; Artificial beaches; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sequência da técnica da análise de conteúdo	24
Figura 2 – Praia da Graciosa	37
Figura 3- Praia da Graciosa	48
Figura 4 - Stakeholders do turismo	56
Figura 5 - Antiga Praia da Graciosa.....	60
Figura 6 - Proposta apresentada por Ruy Ohtake para o Projeto Orla.	61
Figura 7 - Projeção para a área da nova Praia da Graciosa	62
Figura 8 - Proposta apresentada pela parceria Naturatins/Investco para o Projeto Orla.....	63
Figura 9 - Microparcelamento realizado para o Projeto Orla, de 2002.....	64
Figura 10 - Praia da Graciosa, Palmas-TO.....	65
Figura 11 – Flutuantes Praia da Graciosa.....	65
Figura 12- Poluição Praia da Graciosa.....	66
Figura 13 - Poluição Praia da Graciosa.....	66
Figura 14 - Praia da Graciosa em 2002.....	67
Figura 15 - Praia da Graciosa em 2009	68
Figura 16 - Praia da Graciosa em 2016.....	69
Figura 17 - Praia da Graciosa em 2023	69
Figura 18 – Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa	70
Figura 19 – Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa	70
Figura 20 - Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa	71
Figura 21 - Entorno Atual na Praia da Graciosa.....	74
Figura 22 – Processo de verticalização em Balneário Camboriú.	75
Figura 23 – Verticalização na Praia da Graciosa.....	76
Figura 24 - Fenômeno das ilhas de calor	77
Figura 25 – Impacto da verticalização no trânsito.....	78
Figura 26 - Funcionalidade da Outorga Onerosa nas Cidades	80
Figura 27 - Cálculo de outorga onerosa	82
Figura 28 - Faixa etária dos turistas que frequentam a Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.	84
Figura 29 - Faixa etária dos visitantes locais que frequentam a Praia da Graciosa a Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.	85

Figura 30 - Frequência por gênero dos turistas da Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.....	86
Figura 31 - Frequência por gênero dos visitantes locais da Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.	86
Figura 32 - Estado civil dos turistas entrevistados na Praia da Graciosa na temporada de praia de 2022.	87
Figura 33- Estado civil dos visitantes locais entrevistados na praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.	88
Figura 34 - Local de origem dos turistas entrevistados na praia.	89
Figura 35 - Grau de instrução dos turistas visitantes da praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.....	90
Figura 36 - Grau de instrução dos visitantes locais da praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.....	90
Figura 37 - Média salariais individuais dos turistas da Praia da Graciosa no período de coleta de dados.....	91
Figura 38 - Média salarial individual dos visitantes locais da Praia da Graciosa no período de coleta	92
Figura 39 - Percentual de pessoas que conheceram a Praia da Graciosa antes da criação do lago.	93
Figura 40 – Preferência dos visitantes	93
Figura 41- Classificação dos impactos sociais observados na Praia da Graciosa	95
Figura 42 - Classificação dos impactos culturais relacionados com a visitação na Praia da Graciosa.....	96
Figura 43 – Evento Cultural – Praia da Graciosa.	97
Figura 44 - Figura 45 – Evento Cultural – Praia da Graciosa.	97
Figura 46 - Classificação dos impactos ambientais presentes na Praia da Graciosa.	98
Figura 47 – Principais impactos ambientais	99
Figura 48 - Principais impactos econômicos percebidos pela população entrevistada	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - IDHM e seus componentes - Alto Paraíso (GO).....	40
Quadro 2 – Um resumo sobre os papéis dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável	57
Quadro 3 - Os afastamentos mínimos obrigatórios	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Águas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MTUR	Ministério do Turismo
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEJ	Parque Estadual do Jalapão
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RHTA	Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia
SEDEN	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SR	Sensoriamento Remoto
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica
UNEP	United Nations Environment Programme

LISTA DE SÍMBOLOS

km	Quilômetro
km ²	Quilômetro quadrado
kw	Quilowatt
mw	Megawatt

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS	21
2.1 OBJETIVO GERAL.....	21
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO	23
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
4.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS CONEXÕES	25
4.1.1 Paisagem	25
4.1.2 Lugar.....	28
4.1.3 Território	29
4.2 TURISMO.....	32
4.2.1 Turismo sustentável	33
4.2.2 Turismo no Brasil	35
4.2.3 Turismo fluvial.....	37
4.3 Turismo na Praia da Graciosa em Palmas – TO	44
4.3.1 Praia da Graciosa – Palmas/TO.....	47
4.3.2 Plano diretor de Palmas - TO	52
4.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	54
4.4.1 Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável	58
5 RESULTADOS E ANÁLISE	60
5.1 TRANSFORMAÇÃO ESPACIAL DA PRAIA DA GRACIOSA.....	60
5.1.1 Implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães	60
5.1.2 Projeto Nova Orla.....	61
5.1.3 Nova Praia da Graciosa.....	64
5.1.4 A verticalização e modificações no espaço.....	71
5.1.5 Impactos decorrentes a verticalização no entorno da Praia da Graciosa....	73
5.2 O PERFIL DO VISITANTE DA PRAIA DA GRACIOSA	83
5.2.1 Perfil socioeconômico dos usuários	83
5.2.2 Percepção dos usuários sobre a Praia da Graciosa	92
5.2.3 Percepção de impactos sociais.....	94

5.2.4	Percepção dos impactos culturais	95
5.2.5	Percepção dos impactos ambientais	98
5.2.6	Percepção dos impactos econômicos	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE.....	113

1 INTRODUÇÃO

O turismo se expandiu significativamente no século XX, impulsionado pela crença inicial de que não causaria danos ambientais. "No entanto, a falta de planejamento levou à desorganização em muitos destinos turísticos, como exemplificado pelos conflitos na Comunidade Caiçara, na Praia de Castelhanos, a partir de 1950 (MARCONDES, 2018). Para alcançar um desenvolvimento sustentável, é fundamental considerar todas as dimensões da sustentabilidade, bem como promover a coesão social e a participação política. O turismo pode tanto prejudicar o ambiente e a cultura local quanto beneficiar a região, dependendo do planejamento adequado. Contudo, dada a complexidade da indústria do turismo, é importante reconhecer os potenciais danos irreversíveis ao meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável do turismo não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo constante de mudanças. Isso implica em alterações na utilização dos recursos, na gestão dos investimentos e na orientação do desenvolvimento em nível institucional, alinhadas com as necessidades futuras e presentes, dependendo de uma política ambiental e turística adequada. Dessa forma, é imprescindível que o turismo seja planejado e gerido de maneira sustentável. Portanto, é necessário estabelecer um programa de avaliação, supervisão e medição cuidadosa que possa permitir à população local aproveitar as oportunidades ou se adaptar às mudanças.

Quando se trata de atrativos naturais, como as praias fluviais, tanto em áreas urbanas quanto localizadas no interior, é necessário um planejamento cuidadoso. As praias localizadas no interior, por exemplo, podem atrair até 20 vezes mais visitantes do que a população local, o que aumenta significativamente os potenciais impactos ambientais e sociais. Portanto, é essencial que esses espaços sejam monitorados e planejados com atenção, pois não apenas servem como áreas de lazer, mas também desempenham um papel fundamental na qualidade de vida das comunidades.

O Ministério do Turismo - MTUR (2010) considera as praias (marítimas, fluviais e lacustres) como bens de valor coletivo sendo uma das bases para o investimento no turismo. Assim, pela perspectiva do turismo, os lagos são atrativos turísticos essenciais para algumas das destinações turísticas mais populares do mundo.

Na mesma linha de pensamento, a Agência Nacional de Águas - ANA (2005) considera os recursos hídricos como elementos naturais importantes para o desenvolvimento do lazer e recreação. Santana e Balsan (2015) também reconhecem essa importância, mas alertam quanto à falta de programas de monitoramento e conservação nesses ambientes que deveriam ter como propósito a segurança dos visitantes e conservação do ambiente natural.

Em Palmas foram criadas cinco praias artificiais, a Praia da Graciosa, Praia do Prata, Praia dos Buritis, Praia do Cajú e Praia das Arnos, ambas possuem expressivo potencial turístico o qual recebem grande quantidade de turistas visitantes durante todo o ano. Por conta dessa demanda, é evidente que seu uso sem o devido planejamento pode desenvolver múltiplos problemas como a poluição sonora, poluição do visual, poluição do solo, ataques de piranhas e arraias conforme afirma Vale (2019), que percebeu a necessidade de ampliação do estudo para uma análise mais assertiva da situação.

Do contrário, um planejamento endógeno pode desenvolver inúmeros benefícios para a praia e conseqüentemente para a cidade, como por exemplo, na economia, além disso o uso consciente do atrativo pode garantir a sua existência para as gerações futuras (SENNÁ, 2016). Para tanto, deve haver sintonia entre os empresários locais e o poder público de forma que haja uma gestão participativa e responsável que garanta formulação de políticas públicas integradas de desenvolvimento econômico e ambiental objetivando a sustentabilidade no turismo local.

Por parte de quem usufrui o local deve haver não apenas conscientização a respeito da necessidade de preservação do ambiente, mas sensibilização, o qual só é alcançado por meio da educação ambiental que possa gerar valores e princípios. Tal medida também pode ser subsidiada pelo estado através de políticas específicas seja na escola, universidades e até mesmo no atrativo. É importante que tais medidas de preservação ambiental não sejam apenas durante os períodos de maior fluxo de visitas, mas que sejam constantes, haja vista que os impactos ambientais são paulatinos conforme a pressão antropogênica.

Assim, é imprescindível que haja o monitoramento da atividade turística¹ nas praias fluviais da cidade de Palmas, levando em consideração a fragilidade do ambiente, a necessidade de sua conservação, e a avaliação da contribuição para economia local. Atrelado a isto faz-se necessário também investigar as políticas públicas de gestão e planejamento que fazem o ordenamento e controle desses atrativos para que assim seja possível identificar a importância que a praia possui para a gestão municipal.

¹ processo de coleta, análise e avaliação contínuas de dados relacionados ao turismo

Observa-se que o estudo dos processos que envolvem as praias fluviais de Palmas, os impactos decorrentes do seu uso, assim como o seu potencial para o desenvolvimento da economia local, os processos de planejamento e gestão e políticas públicas, bem como os impactos antropogênicos, evidenciam uma demanda urgente e necessária para apontar caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo local.

Frente ao exposto, torna-se necessário ressaltar que as iniciativas de monitoramento ambiental não devem apenas focar na pressão antrópica direta sobre a praia, seja na areia, na água ou no calçadão, mas também devem abranger o seu entorno, pois construções mal planejadas, especialmente edifícios altos que requerem grandes obras de sustentação, podem agravar os processos erosivos ao longo da costa. Quando as questões de drenagem e estabilidade do solo são negligenciadas, essas construções contribuem para a erosão da praia e para a degradação do ambiente natural circundante.

Como o turismo tem impactado o ecossistema da Praia da Graciosa e seu entorno, considerando economia, a sociedade e o meio ambiente? Esta pesquisa visa analisar os impactos ambientais decorrentes da atividade turística na Praia da Graciosa, identificando as percepções dos visitantes e as tendências que contribuem ou podem contribuir para o desenvolvimento de tal opinião.

Esta dissertação tem como escopo principal investigar os diversos aspectos relacionados aos impactos do turismo na Praia da Graciosa, situada em Palmas, Tocantins. A delimitação abrangerá três dimensões principais, quais são: Perfil Socioeconômico dos Turistas e Visitantes, Percepção dos Turistas sobre os Impactos do Turismo na Praia e Mudança na Geografia da Praia e seu Entorno.

Para alcançar tal objetivo, foi realizado uma investigação detalhada do perfil socioeconômico dos turistas que frequentaram a Praia da Graciosa na temporada de praia de 2022, abordando fatores como faixa etária, nível educacional, origem geográfica e renda. Avaliação das percepções dos turistas em relação aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos gerados pela atividade turística na Praia da Graciosa. Análise das transformações geográficas ocorridas na Praia e áreas circundantes ao longo do tempo, considerando alterações na vegetação e uso do solo. Exame dos possíveis efeitos da verticalização, urbanização e infraestrutura turística na configuração geográfica da região.

Essa delimitação visa proporcionar uma compreensão abrangente dos impactos do turismo na Praia da Graciosa, integrando aspectos socioeconômicos, percepções dos visitantes e mudanças geográficas. A pesquisa contribuirá para a tomada de decisões informadas visando à sustentabilidade e preservação desse importante cenário turístico no Tocantins.

Segundo De La Torre (1992) o turismo é um fenômeno social que envolve deslocamento temporário de indivíduos em busca de recreação, descanso, cultura ou saúde, o que culmina em múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

A atividade turística, segundo Rejowski (2002), iniciou-se na Antiguidade Clássica, na Grécia Antiga. O mar era um dos principais elementos para a movimentação de pessoas e produtos comerciais. Mas só a partir do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, o turismo evoluiu em consonância ao crescimento empresarial e o poder de compra das pessoas ligado diretamente ao bem-estar proporcionado pelo fim da guerra (FOURASTIÉ, 1979).

De acordo com Youell (2002), o final do século XIX para o século XX, é considerado um marco do crescimento da atividade, mas este processo de crescimento é interrompido com a 1ª Guerra Mundial, em 1914 e depois com a 2ª Guerra Mundial em 1945. Com o fim da 2ª guerra mundial houve uma formulação do trabalho que acarretou benefícios para os trabalhadores, como horas de trabalho reduzido, férias remuneradas, o que colaborou para o crescimento do turismo, atingindo, em 1950, o seu auge.

Com o desenvolvimento das atividades turísticas e conseqüentemente o aumento das movimentações em regiões que contavam com recursos naturais, desencadeou para com o meio ambiente e culturas, surgindo, assim, a Declaração de Manila (1980) elaborada em Conferência da Organização Mundial do Turismo - OMT, trazendo compromissos sobre uma nova filosofia de atuação no turismo. Em 1985, a OMT adota a Carta do Turismo e o código do turista, que enfatiza a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais e culturais (REJOWSKI 2002).

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os impactos provocados pela atividade turística na localidade da Praia da Graciosa em Palmas, Tocantins, destacando as mudanças significativas ocorridas ao longo do tempo tanto na própria praia quanto em sua envolvente. Será realizada uma análise aprofundada dos efeitos do turismo na infraestrutura local, no meio ambiente e na comunidade, visando compreender as dinâmicas que moldaram a região. Além disso, a pesquisa explorará o perfil socioeconômico dos usuários da Praia da Graciosa, bem como suas percepções sobre os impactos do turismo. Essa abordagem abrangente permitirá uma compreensão mais completa dos desafios e oportunidades associados à atividade turística na área.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos socioeconômicos e ambientais pelo uso e ocupação na Praia da Graciosa em Palmas - TO.

2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar o perfil socioeconômico dos visitantes;
2. Identificar a percepção dos visitantes acerca dos impactos oriundos da visitação e do turismo;
3. Identificar e examinar os possíveis impactos advindos do processo de uso e ocupação no entorno da Praia da Graciosa;
4. Verificar a transformação geográfica espacial das praias fluviais em relação a criação do lago da usina de Lajeado e o turismo;
5. Realizar uma análise temporal da configuração espacial da Praia da Graciosa antes e depois da criação do lago 2002 - 2023;

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa adotado neste estudo seguiu um roteiro baseado em construção teórica e investigação dentro dos parâmetros do método científico dedutivo. Foi realizado um estudo de caso abrangendo o atrativo mencionado, partindo de uma abordagem de conhecimento geral para a específica, com o objetivo de desenvolver um entendimento aprofundado da região.

Durante a temporada de 2022, foi realizada uma coleta de dados por meio de pesquisa de campo, visando avaliar o perfil socioeconômico dos visitantes. Para alcançar esse objetivo, o estudo optou pela utilização da entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro predefinido.

O questionário aplicado aos residentes de Palmas/TO abordou informações pessoais, como nome, gênero, estado civil, tempo de residência na cidade, nível educacional e renda. Além disso, incluiu questões sobre o turismo, como a motivação para visitar a Praia da Graciosa, frequência de visitação, e a importância do turismo para a cidade. Também foram abordados aspectos relacionados à avaliação do turismo, como a qualidade dos estabelecimentos, segurança e infraestrutura. Por fim, investigou-se a percepção dos entrevistados sobre os impactos da criação do lago na Praia da Graciosa. No que diz respeito aos turistas, o questionário abordou questões semelhantes às dos moradores, com acréscimos como a motivação para a viagem, tempo de permanência, opções de hospedagem e uma avaliação geral sobre o turismo em Palmas.

Este estudo se enquadra nas tipologias de pesquisa exploratória e descritiva. Conforme Seltiz et al. (1965, citado por Oliveira, 2011), as pesquisas exploratórias têm como objetivo descobrir informações e adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno investigado, muitas vezes dispensando a formulação de hipóteses. Elas contribuem para a formação de problemas mais precisos, teorias e pesquisas mais estruturadas.

Além disso, este trabalho é considerado descritivo, pois envolveu a coleta de dados para caracterizar a praia em estudo. A pesquisa descritiva, de acordo com Aaker, Kumar e Day (2004), geralmente se baseia em levantamentos e tende a desenvolver teorias especulativas que não necessariamente especificam relações de causalidade.

Para a realização deste estudo, empregamos três métodos de pesquisa distintos: a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas para identificar o perfil socioeconômico dos visitantes e analisar a percepção do local; uma pesquisa bibliográfica envolvendo fontes como imprensa, Conselhos e Fóruns, e órgãos públicos responsáveis pela

gestão das praias para acessar documentos históricos, processos de planejamento e gestão; e a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG) para analisar as transformações espaciais.

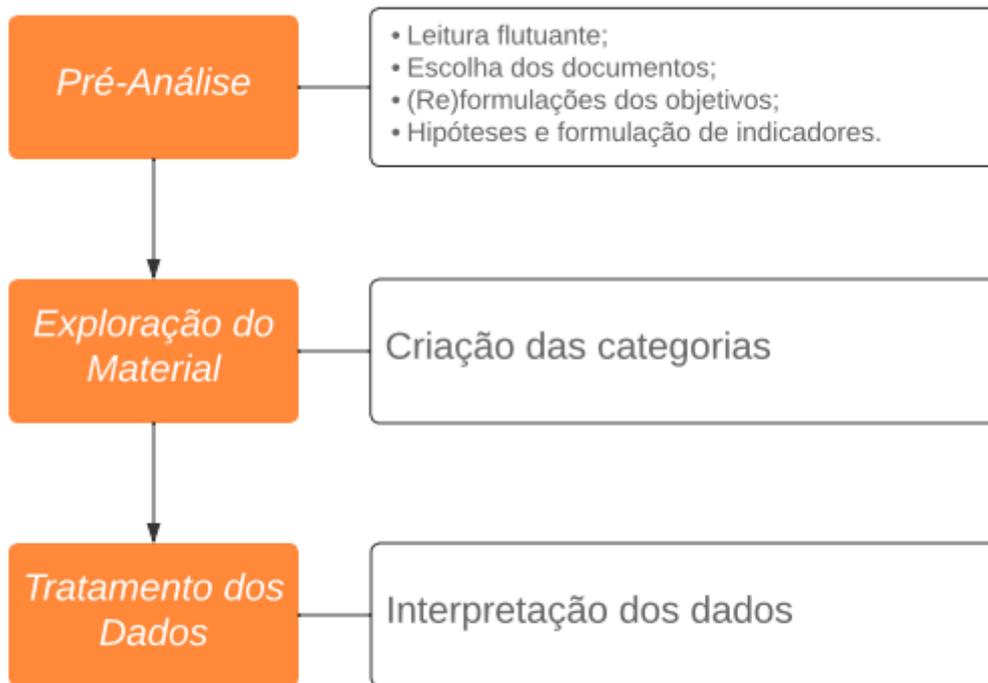
Para avaliar as mudanças geográficas e espaciais resultantes da criação e uso da Praia da Graciosa, realizamos uma análise multitemporal, abrangendo o período de 2002 a 2022. Utilizamos ferramentas do Sistema de Informação Geográfica (SIG), o Google Earth, incluindo a utilização de informações de Sensoriamento Remoto (SR), conforme descrito por Florenzano (2007), que fornece informações da superfície terrestre por meio da captura e registro da energia refletida ou emitida pela mesma. Santos e Pena (2011) definem o SIG como uma tecnologia computacional capaz de analisar diversas informações em um contexto geográfico, permitindo a localização, identificação, reconhecimento e avaliação de impactos ocorridos no espaço.

3.1 Análise do Conteúdo

A análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas para analisar comunicações, visando extrair indicadores que permitam inferências sobre as condições de produção e recepção das mensagens. Esses procedimentos sistemáticos e objetivos buscam descrever o conteúdo das mensagens, sejam elas verbais ou não, e identificar variáveis associadas. Esta abordagem, desenvolvida por Bardin, é composta por instrumentos metodológicos em constante aprimoramento, destinados a analisar uma variedade de conteúdos de forma sistemática (VIEIRA, 2022).

A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo, proposta por Bardin, é organizada em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos resultados da pesquisa depende da coerência interna e sistemática entre essas fases, enfatizando a importância da organização rigorosa da investigação para evitar ambiguidades (VIEIRA, 2022). A figura 1 ilustra de forma simplificada a sequência da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Laurence Bardin.

Figura 1 - Sequência da técnica da análise de conteúdo



Fonte: o autor, baseado nos dados de Vieira (2022).

A Pré-Análise é a primeira etapa da Análise de Conteúdo, onde o pesquisador organiza o material para a pesquisa. Isso envolve quatro etapas: leitura inicial, seleção dos documentos, ajuste de objetivos e hipóteses, e criação de indicadores. Em seguida, na fase de exploração do material, ocorre a categorização ou codificação, com base em hipóteses e teorias. Aqui, as categorias são definidas para identificar elementos relevantes na pesquisa. Na terceira etapa, tratamento dos resultados, ocorre a interpretação dos dados, buscando significado nos dados coletados (VIEIRA, 2022).

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Espaço Geográfico e suas conexões

O estudo do espaço geográfico transcende a simples análise da dinâmica física do ambiente e, nos dias de hoje, apresenta o desafio de compreender a intrincada inter-relação entre a sociedade e a natureza. Santos (1978) a importância de compreender o espaço geográfico como um espaço de relações sociais, econômicas e políticas. Essa categoria não é estática, mas sim algo que a sociedade analisa, transforma, cria e produz à medida que o ser humano se apropria do meio natural, o qual, por sua vez, é constantemente reelaborado por meio das ações humanas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), "o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem, enquanto organiza economicamente e socialmente sua sociedade" (BRASIL, 2000, p. 109). Essa abordagem reforça a noção de que o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica na qual fatores naturais, socioeconômicos e políticos interagem de forma intrincada.

O conceito de espaço geográfico implica, implicitamente, a ideia de articulação entre a natureza e a sociedade. Para explorar essa articulação, a Geografia deve se dedicar a dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso lidar com os elementos e atributos naturais, descrevendo-os, e compreendendo as complexas interações que ocorrem entre eles. Em segundo lugar, é essencial analisar a forma como a sociedade administra e interfere nos sistemas naturais. Para compreender a ação da sociedade, é necessário adentrar em sua estrutura social, buscando compreender seu modo de produção e as relações socioeconômicas vigentes. A interseção entre esses aspectos naturais e sociais é o cerne do estudo geográfico, permitindo uma compreensão profunda e abrangente do espaço geográfico e de como ele é moldado e transformado ao longo do tempo.

4.1.1 Paisagem

Ao examinar as abordagens dos estudiosos da geografia sobre o conceito de paisagem, observa-se que Verdum e Puntel (2010) questionam sua natureza e metodologia de estudo. As respostas, sem dúvida, não são simples. Os geógrafos têm se dedicado à descrição, discussão e análise da paisagem por um longo período. No entanto, suas interpretações muitas vezes se limitam a um inventário ou a descrições superficiais, negligenciando a estética das paisagens e

a forma como são percebidas. Frémont argumenta que a paisagem não é apenas um objeto simples, mas uma obra complexa do universo, carregada de múltiplos significados.

O estudo da paisagem não deve se restringir apenas à observação e interpretação geográfica, ou seja, à análise das formas e objetos em si mesmos. É necessário complementar a morfologia com uma abordagem semiológica, poética e estética das paisagens. Isso requer uma reflexão teórica sobre a percepção do espaço, formas e objetos.

Seguindo uma concepção semelhante de paisagem como perceptiva, Verdum e Puntel (2010) argumentaram que a paisagem é simultaneamente uma marca e uma matriz. Como marca, pode e deve ser descrita e inventariada, utilizando-se de metodologias como a semiótica dos lugares. No entanto, a explicação da paisagem transcende o que é meramente percebido, envolvendo abstrações e mudanças de escala no espaço ou no tempo. Como matriz, a paisagem influencia os esquemas de percepção, concepção e ação de uma sociedade em relação ao espaço e à natureza.

A definição da paisagem é uma questão essencial na Geografia, e diversas abordagens convergem para sua compreensão. Bertrand (1971) a conceitua como uma porção do espaço resultante da interação dinâmica e instável de atributos físicos, biológicos e antrópicos. Esses elementos reagem dialeticamente uns sobre os outros, formando um conjunto único e indissociável. Essa visão destaca a complexidade da paisagem como resultado da interação entre diferentes componentes.

Christofoletti (1998) vai além, ao apontar que a paisagem é uma concepção-chave na Geografia, permitindo a compreensão do espaço como um sistema ambiental que engloba aspectos físicos e socioeconômicos. Ela é vista como um sistema com estrutura, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos, sociais e econômicos. As relações e distribuições espaciais desses fenômenos são entendidas atualmente por meio do estudo da complexidade inerente às organizações espaciais.

Os autores Guerra e Marçal (2006), enfatizam a abordagem sistêmica e complexa da paisagem, que é sempre dinâmica. A paisagem é considerada o resultado das inter-relações entre elementos físicos e biológicos que compõem a natureza, juntamente com as intervenções da sociedade, ocorrendo de maneira contínua no tempo e no espaço, o que a torna suscetível a transformações constantes.

Na perspectiva sistêmica, informações temáticas, como vegetação, relevo, características do solo e substrato geológico, por si só, não fornecem uma compreensão completa das Unidades de Paisagem. Morin (1977) e Christofoletti (1979) argumentam que a

configuração da paisagem depende dos elementos, relações, atributos, entradas e saídas do sistema, sendo necessária uma análise espaço-temporal abrangente para sua compreensão.

Rodriguez (1994) complementa essa visão, enfatizando que a análise sistêmica da paisagem abarca a natureza, economia, sociedade e cultura, dentro de um amplo contexto com inúmeras variáveis que representam a relação entre a natureza como um sistema e sua interação com o ser humano. Os sistemas que compõem a paisagem são complexos e requerem uma multiplicidade de classificações que se enquadram em três princípios básicos de análise: o genético, o estrutural sistêmico e o histórico, que se fundem em uma classificação complexa.

Portanto, a abordagem sistêmica da paisagem compreende a interdependência de seus elementos e a constante evolução das relações entre eles, refletindo a complexidade intrínseca desse conceito central na Geografia.

A delimitação das Unidades de Paisagem é uma tarefa de grande complexidade, uma vez que envolve a interação intrincada entre os atributos dos sistemas naturais e antrópicos. Essa interação permite a identificação dos atributos que desempenham papéis fundamentais na dinâmica da paisagem, ao mesmo tempo em que possibilita o reconhecimento das principais vulnerabilidades ambientais em cada unidade. Essa identificação é crucial para a gestão eficaz do território.

A gestão territorial é reconhecida, nos estudos ambientais ligados ao planejamento, como o principal mecanismo para disciplinar as ações humanas no meio ambiente. Ela desempenha um papel fundamental por meio de diversos instrumentos, como diagnósticos, estudos de impacto ambiental, levantamentos físicos e territoriais, além de análises socioeconômicas. Essas ferramentas permitem antecipar cenários futuros de organização territorial.

Nesse contexto, a gestão territorial pode também ser vista como uma ferramenta essencial para garantir a equitativa distribuição de recursos territoriais, o que, por sua vez, contribui para uma melhor qualidade de vida da sociedade. Ela desempenha um papel fundamental na promoção de um ambiente mais sustentável e na garantia do bem-estar das comunidades.

As análises ambientais, fundamentadas em estudos setoriais que integram atributos físicos, econômicos e sociais de um determinado espaço, permitem identificar e avaliar impactos ambientais específicos, analisar os recursos naturais, reconhecer áreas de risco geoambiental e avaliar a vulnerabilidade da região à ocorrência de eventos naturais que possam resultar em impactos catastróficos. Essas análises são essenciais para orientar políticas e

práticas de gestão territorial que visam a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção da qualidade do ambiente.

As Unidades de Paisagens se distinguem com base em características como relevo, clima, cobertura vegetal, solos e até mesmo na estrutura e tipo de litologia, sendo que, por vezes, uma única dessas características pode ser o elemento predominante (ROSS, 1992). Essas Unidades de Paisagem delimitam áreas complexas e multifacetadas, cuja extensão é determinada pelo funcionamento de seus componentes (MONTEIRO, 2000).

A categoria de análise das Unidades de Paisagem é conhecida como geossistemas. Os geossistemas englobam fenômenos naturais, como características geomorfológicas, climáticas, hidrológicas e fitogeográficas, e incorporam elementos de interferência humana, incluindo aspectos sociais e econômicos. Juntos, esses fatores representam a paisagem em seu estado modificado ou inalterado pela sociedade. A pesquisa sobre geossistemas exige a identificação e a análise minuciosa dos elementos da natureza, especialmente por meio de suas interconexões (AMORIM; OLIVEIRA, 2008).

Ao compreender os geossistemas como unidades naturais integradas, torna-se possível distinguir suas alterações e transformações como consequência das ações resultantes dos diversos tipos de ocupação (GUERRA; MARÇAL, 2006). No estudo dos geossistemas, o conceito de paisagem emerge como a categoria principal de análise. A paisagem é o elemento central que permite a compreensão das interações complexas entre os elementos naturais e as atividades humanas que moldam o ambiente ao nosso redor.

4.1.2 Lugar

O conceito de "lugar" é intrinsecamente ligado à proximidade, à familiaridade e à porção do espaço geográfico que o indivíduo apreende em suas experiências cotidianas. A noção de lugar está profundamente imbricada com o nosso dia a dia, refletindo o que é vivenciado, sentido e percebido por cada pessoa em sua rotina.

O "lugar" e o cotidiano se entrelaçam de forma inextricável, representando o que é experimentado e compreendido pelos indivíduos em sua reprodução física, econômica e social. É por meio dessas experiências diárias que as pessoas constroem laços emocionais e cognitivos com determinados locais, conferindo-lhes significados particulares. Essa relação entre o lugar e o cotidiano é fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, moldando nossa percepção do espaço geográfico ao nosso redor.

De acordo com Carlos (2007, p.17),

O lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Lacoste (1989) chama a atenção para os diversos conjuntos espaciais com os quais os aldeões franceses interagem em suas práticas diárias. Esses conjuntos incluíam o "terroir" (o torrão natal) de sua comuna, bem como referências um pouco mais distantes, como a cidade e a capital do cantão. Esse contexto realça o fato de que os indivíduos tendem a possuir um conhecimento e domínio mais profundo sobre o espaço que lhes é mais próximo, ou seja, o "lugar."

É a partir do lugar, do ambiente no qual vivem e convivem diariamente, que as pessoas estabelecem suas relações com o restante do mundo. É nesse cenário que suas identidades são moldadas e onde encontram os referenciais que guiam sua compreensão do espaço geográfico em uma escala mais ampla.

Assim, o lugar de vida de um indivíduo desempenha um papel crucial na definição de sua percepção e compreensão do mundo que o cerca. É o ponto de partida para a construção de sua identidade e o arcabouço a partir do qual ele interpreta e se relaciona com o espaço geográfico em uma esfera mais ampla.

4.1.3 Território

De acordo com Moraes (1984), o conceito de território tem suas raízes nos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII, e gradualmente foi incorporado às análises geográficas. Com o advento da Geografia Crítica, esse conceito passou por uma revisão substancial, principalmente a partir da perspectiva marxista. A visão marxista argumenta que o que verdadeiramente define um território é a maneira como a sociedade utiliza uma determinada porção do planeta, estabelecendo uma relação de apropriação que é fortemente influenciada pelo trabalho social.

Nessa abordagem, o território passa a ser entendido, inicialmente, em relação ao uso que a sociedade faz do espaço que ocupa. É a partir dessa relação intrincada entre sociedade e espaço que o território se manifesta como um conceito dinâmico e moldado pelo trabalho social. A apropriação do espaço não se limita apenas à ocupação física, mas também envolve as dimensões econômicas, culturais e políticas que a sociedade atribui a uma determinada área geográfica.

O território, portanto, transcende a simples delimitação geográfica e torna-se uma expressão complexa das interações sociais com o espaço. A compreensão desse conceito requer uma análise profunda das relações de poder, controle e apropriação que permeiam o uso do espaço geográfico por parte da sociedade. A evolução do conceito de território na Geografia Crítica trouxe uma compreensão mais completa e contextualizada do papel central que ele desempenha nas dinâmicas sociais e econômicas que moldam o mundo contemporâneo.

Ratzel (1990) destaca uma outra perspectiva do território, uma perspectiva que se enquadra na esfera estatal. Nesse contexto, o conceito de território assume dimensões relacionadas à propriedade e à proteção, tornando-se atributos fundamentais do território:

Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade de seu território. Diante deste último a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. (RATZEL, 1990, p. 75-76).

Conforme Raffestin (1993, p.143), o território não é um conceito estático, mas sim o resultado de uma ação realizada por um agente sintagmático em qualquer nível. Quando um agente se apropria de um espaço, seja de forma concreta ou abstrata, ele está envolvido no processo de "territorialização" desse espaço. Além disso, o território, segundo Raffestin, reflete as relações impregnadas pelo poder, já que envolve a projeção de trabalho, energia e informações sobre um espaço.

Essa concepção contemporânea aborda várias dimensões da territorialidade, incluindo a noção de domínio e poder exercido por um agente sobre uma porção específica do espaço. É importante ressaltar que, nas abordagens mais recentes, os territórios não se limitam a espaços nacionais gerenciados por Estados, mas também abrangem diversas escalas espaciais e temporais na vida social. Esses territórios podem ser formal ou informalmente delimitados, contribuindo para a reprodução de diferentes grupos sociais. É válido mencionar a existência de territórios de uso, nos quais segmentos da sociedade se apropriam de porções do espaço geográfico por meio de trabalho e conhecimento dos processos naturais que ali ocorrem. Nesse contexto, o território é considerado em termos de seu valor de uso para o grupo social.

Maldonado (1993) analisou pescadores marítimos na Paraíba e identificou a presença de territórios pesqueiros. Para esses pescadores, os territórios no mar vão além de áreas delimitadas; eles são lugares conhecidos, nomeados, utilizados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas resulta na criação de territórios incorporados à sua tradição.

Da mesma forma, Marques (1995), em seu estudo sobre etnoecologia no Baixo São Francisco, observou a noção de territorialidade entre os brejeiros de Marituba, Alagoas. Através da posse, delimitação, defesa e marcação das áreas, os brejeiros expressam sua territorialidade. Maldonado (1993, p.97) ressalta que a marcação desempenha um papel fundamental na construção, expressão e atualização da territorialidade dos pescadores.

Aceitando a ideia de que existem territórios pesqueiros, que são construídos pelos próprios pescadores por meio de seu trabalho e apropriação da natureza, mesmo em ambientes aquáticos fluidos, é possível explorar várias dimensões desse fenômeno.

No âmbito informal, podemos observar práticas pesqueiras que refletem uma forte componente territorial, nas quais os pescadores estabelecem, por meio de acordos internos nas comunidades, as formas de uso dos territórios pesqueiros. Isso se manifesta, por exemplo, nos pontos de pesca que são guardados por vigias ou espias, que monitoram a chegada dos cardumes, indicando o momento apropriado para a captura durante uma campanha de pesca. Além disso, os pontos de ceva e os locais de lançamento de redes em águas interiores são controlados por pescadores individuais ou grupos específicos de pescadores, sendo reconhecidos e respeitados pela comunidade como detentores desses espaços.

No que diz respeito à formalização da territorialidade na atividade pesqueira, observamos a existência de um corpo legislativo que estabelece, por meio de leis, portarias e instruções normativas, as áreas, períodos e técnicas de pesca permitidas ou proibidas. Além disso, as Reservas Extrativistas Marinhas concedem a grupos de pescadores o poder de gestão sobre um território pesqueiro específico. Em âmbito nacional, há um processo em curso de normatização do uso do território marinho, envolvendo estudos sobre o potencial de exploração da Zona Econômica Exclusiva, situada entre as 12 e as 200 milhas náuticas, na qual o Estado Brasileiro mantém direitos de soberania sobre os recursos marinhos.

Em uma escala global, surgem discussões relacionadas à exploração do alto mar e aos instrumentos internacionais de controle ou regulamentação da pesca. O território, nesse contexto, emerge como uma categoria de análise fundamental na geografia. Ela abrange questões relacionadas ao uso, gestão e domínio de uma parcela específica do espaço geográfico por agentes de diversas escalas de atuação. Isso envolve uma ampla gama de níveis de poder presentes na sociedade, desde as relações internas às comunidades locais até o âmbito do Estado Nacional. O território é, portanto, um elemento crucial para compreender as dinâmicas e interações no espaço geográfico.

4.2 Turismo

O turismo "moderno" teve seu início em 1758, com a fundação da primeira agência de viagens, a "Cox & Kings", quando Richard Cox se tornou o primeiro agente de viagens oficial das Forças Armadas Britânicas (WESTCOTT, 2019, p. 4). No entanto, somente cem anos depois, em junho de 1841, o turismo ganhou uma escala mais ampla. Neste ano, "Thomas Cook inaugurou a primeira agência de viagens de lazer, projetada para ajudar os britânicos a enriquecer suas vidas, explorando o mundo e conhecendo sua diversidade. Em 1845, Cook lançou seu primeiro pacote turístico comercial, que incluía passagens de trem acessíveis e um guia impresso" (THOMAS COOK, 2014) (WESTCOTT, 2019, p. 4).

No Brasil, o turismo começou a se desenvolver intensivamente com o surgimento das primeiras agências de viagens no início do século XX. Nos anos 1940, a primeira agência de viagens exclusivamente brasileira surgiu. Inicialmente, essas agências estavam concentradas nos principais centros urbanos, promovendo viagens dentro do país e para o exterior. Duas agências notáveis foram a Exprinter em 1919 e a Wagon Lits em 1936, que eram filiais de empresas estrangeiras com sede em outros países (REJOWSKI; PERUSSI, 2008, p. 8). Somente em 1943, conforme apontado por Rejowski e Perussi (2008, p. 9), uma empresa nacional, a Agência Geral de Turismo, começou a atuar no Brasil, inicialmente organizando excursões de ônibus (SILVA; NOSHI; ALMEIDA, 2019, p. 3).

A atividade turística tem se tornado uma realidade cada vez mais presente em pequenos municípios brasileiros, principalmente como uma oportunidade de desenvolvimento local. Para que esse desenvolvimento ocorra de maneira eficaz, é crucial estabelecer uma organização territorial do turismo através de um planejamento adequado. Esse planejamento contribui para um crescimento ordenado da atividade, maximizando suas potencialidades e minimizando os impactos negativos que podem surgir.

No entanto, é importante ressaltar que muitos desses pequenos municípios carecem de ferramentas essenciais de ordenamento territorial, como o Plano Diretor, o que torna ainda mais desafiante o desenvolvimento de um planejamento turístico eficaz. Nesse contexto, esses pequenos municípios turísticos muitas vezes se deparam com problemas sociais agravados devido ao grande influxo de visitantes e turistas em determinadas épocas do ano.

Conforme destacado por Ruschmann (1990), o planejamento é um processo que envolve a definição de estratégias para alcançar objetivos específicos. No contexto do turismo, o planejamento desempenha um papel fundamental, pois ajuda a orientar o desenvolvimento da atividade, seja estimulando, regulamentando e restringindo seu crescimento.

Uma das etapas essenciais no planejamento turístico é o processo de inventariação, que consiste em um levantamento minucioso da infraestrutura, serviços e atrativos turísticos disponíveis no município ou na região em questão. Essa fase inicial é crucial para estabelecer uma base sólida de informações que permitirá a análise da potencialidade turística da localidade.

Para Pinto e Moesch (2006), a metodologia de inventariação turística é fundamental para o estudo, planejamento e desenvolvimento do turismo. É essencial que esta metodologia acompanhe as evoluções e mudanças no setor turístico para desempenhar eficazmente seu papel. Segundo os autores, o inventário turístico é fundamental para compreender o espaço turístico de um país e para planejar sua organização e desenvolvimento. Ele serve como uma metodologia, ferramenta e instrumento para subsidiar a formulação de políticas públicas de turismo, sendo um meio para esse fim, e não um fim em si mesmo.

4.2.1 Turismo sustentável

De acordo com Magalhães (2002), o conceito de "turismo sustentável" tem suas raízes no conceito mais amplo de "desenvolvimento sustentável". Assim, é fundamental compreender o significado deste último para entender o primeiro. A autora ressalta que é necessário compreender ambas as palavras do termo "desenvolvimento sustentável" para apreender completamente o significado da expressão.

O termo "desenvolvimento" frequentemente está associado ao crescimento econômico, mas, em outras correntes de pensamento, ele envolve crescimento econômico e a busca por uma sociedade mais justa e uma transformação espacial. A ideia de desenvolvimento pode significar diferentes coisas em contextos variados como destaca Souza (apud MAGALHÃES, 2002),

[...] compreende um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço territoriais) propiciadoras de maiores felicidades individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (culturais, econômicas, políticas) e, também, dos espaços natural e social (MAGALHÃES, 2002).

Já o termo "sustentabilidade" é amplamente utilizado por biólogos para descrever o equilíbrio dos ecossistemas, segundo Magalhães (2002). No contexto do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade ambiental envolve a manutenção dos processos ecológicos essenciais, a diversidade de recursos biológicos, além de aspectos sociais, culturais e

econômicos. Rodriguez (apud MAGALHÃES, 2002) interpreta o termo como “sustentabilidade ambiental”, que pode ser definido como:

[...]um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação sociedade-natureza. Implica na coexistência harmônica do homem com seu meio, mediante o equilíbrio de sistemas. (MAGALHÃES, 2002).

De acordo com Rodriguez (apud Magalhães, 2002), a sustentabilidade ambiental deve abranger três categorias: a sustentabilidade do meio, que mantém os processos ecológicos essenciais e a diversidade de recursos biológicos; a sustentabilidade social e cultural, que permite o controle das pessoas sobre suas vidas, é compatível com a cultura e os valores morais da comunidade e fortalece a identidade cultural; e a sustentabilidade econômica, que garante o desenvolvimento econômico eficaz, com a gestão responsável de recursos a fim de suportar as gerações futuras.

Ao longo das décadas, desde sua proposição no documento "Nosso Futuro Comum" da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, elaborado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e apresentado no Relatório Brundtland em 1987, o conceito de "desenvolvimento sustentável" tem sido amplamente difundido e empregado, tanto na esfera acadêmica e intelectual quanto na utilização comercial de sua ideia.

Independentemente de ser referido como "ecodesenvolvimento" ou "desenvolvimento sustentável", a abordagem centrada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos foi adotada desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92 ou Eco-92) no Brasil (SACHS, 2002).

Apesar do impacto mobilizador da Rio 92, Leff (2002) argumenta que as iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável até o momento têm demonstrado ambiguidade, fragmentação e limitada capacidade de enfrentar a complexidade dos desafios práticos associados às questões ambientais, tais como justiça social, redução das desigualdades, crescimento econômico planejado e controlado, preservação ambiental, uso consciente e apropriado dos recursos, participação efetiva da sociedade na tomada de decisões, bem como a internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura entre seres humanos e a natureza.

Os reais desafios do desenvolvimento sustentável são tão diversos e complexos quanto a variedade de sociedades humanas e ecossistemas naturais em todo o mundo. Como conceito, sua adaptabilidade permite que ele permaneça uma ideia aberta, dinâmica e inclusiva, que pode

ser moldada para atender a várias situações e contextos ao longo do espaço e do tempo. Da mesma forma, sua interpretação flexível permite que os envolvidos, de múltiplos níveis (de local ao global) e de diversos setores da atividade (em instituições de governo, negócios e da sociedade civil), redefinem e reinterpretam seu significado para adequá-lo à sua própria realidade (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005).

As implicações conceituais e as múltiplas aplicações do termo "desenvolvimento sustentável" têm servido como alicerce para a introdução de diversos paradigmas, com modelos teórico-práticos que orientam os padrões de qualidade de vida (MACHADO, 2002).

A flexibilidade, adaptabilidade e ressonância inerentes ao paradigma da sustentabilidade permitem sua adaptação a uma ampla gama de contextos locais, ao mesmo tempo em que abrem espaço para seu uso inadequado, frequentemente de forma meramente retórica e propagandística (KATES; PARRIS; LEISEROWITZ, 2005; VERA REBOLLO; IVARS BAIDAL, 2004).

Essa versatilidade do conceito de desenvolvimento sustentável oferece oportunidades de moldar abordagens específicas de acordo com as necessidades e realidades locais, mas também apresenta desafios quando se trata de garantir sua implementação eficaz e genuína, evitando práticas superficiais ou incoerentes. Portanto, a interpretação e aplicação adequadas desse paradigma são fundamentais para a promoção de um desenvolvimento genuinamente sustentável.

Portanto, o desenvolvimento sustentável passou a ser o foco de agências humanitárias internacionais, o jargão de planejadores de desenvolvimento, o tópico principal de conferências, artigos e o lema de movimentos e ativistas ambientais (LÉLÉ, 1991). Esse fenômeno evidencia a sua importância central na agenda internacional, à medida que o mundo busca equilibrar o progresso econômico com a preservação do meio ambiente e a promoção da equidade social.

4.2.2 Turismo no Brasil

A primeira cidade a receber um grupo de viajantes em expedição ao Brasil foi o município do Rio de Janeiro, em julho de 1907. Este ano ficou marcado pela primeira viagem ao continente da América do Sul, promovida pelas agências Thomas Cook, empresa pioneira do turismo mundial, a bordo do navio Byron, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro. Acompanhados de dois representantes, cerca de 12 turistas permaneceram uma semana na cidade (FGV, 2013). Ainda hoje a cidade é um dos municípios brasileiros que mais recebem

viajantes internacionais e o turismo continua a ser apontado como fator de grande importância na constituição da identidade do Rio de Janeiro.

No Brasil, o turismo começou a se desenvolver intensivamente com o surgimento das primeiras agências de viagens no início do século XX. Nos anos 1940, a primeira agência de viagens exclusivamente brasileira surgiu. Inicialmente, essas agências estavam concentradas nos principais centros urbanos, promovendo viagens dentro do país e para o exterior. Duas agências notáveis foram a Exprinter em 1919 e a Wagon Lits em 1936, que eram filiais de empresas estrangeiras com sede em outros países (REJOWSKI; PERUSSI, 2008, p. 8). Somente em 1943, conforme apontado por Rejowski e Perussi (2008, p. 9), uma empresa nacional, a Agência Geral de Turismo, começou a atuar no Brasil, inicialmente organizando excursões de ônibus (SILVA; NOSHI; ALMEIDA, 2019, p. 3).

O principal tipo de turismo predominante no Brasil é o turismo doméstico, no qual os viajantes são residentes do próprio país em viagem para outras cidades diferentes de onde habitam. Segundo o observatório nacional do turismo, em 2021 foram investigadas 12,3 milhões de passagens e que 85,4% das viagens foram realizadas com objetivos pessoais, diversificado entre lazer e visita a amigos e parentes. Em conformidade com os dados apresentados pelo boletim do turismo doméstico brasileiro de 2021, demonstram que as regiões mais procuradas para destino de viagens são o sudeste e nordeste, com 40,9% e 28,2% respectivamente. A unidade federativa com maior índice de receptividade de turistas é São Paulo, seguido por Minas Gerais e Bahia (RIOS, 2022).

Em consonância com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades desenvolvidas através do setor de turismo no Brasil foram responsáveis por movimentar 2,9% do produto interno bruto (PIB) do Brasil em 2022 (IBGE, 2023). Tais números revelam a magnitude das movimentações financeiras registradas durante as temporadas. Tais movimentações fornecem o aquecimento das economias locais dos pontos turísticos presentes no território brasileiro.

Um dos destinos mais procurados para o ecoturismo e turismo de aventura no país, é o Parque Estadual do Jalapão (NÓBREGA, 2022). Localizado ao leste do estado do Tocantins, contando com uma área de 34 mil km². Atualmente, o Parque Estadual do Jalapão (PEJ), com uma área de 158.885 hectares, destaca-se como o maior parque estadual do Tocantins e é um dos principais destinos para os entusiastas do turismo de aventura, ecoturismo e contemplação, atraindo visitantes principalmente pelas suas belezas naturais (NÓBREGA, 2022).

Ainda no estado do Tocantins, em sua capital, outro local que se destaca é a nova Praia da Graciosa (figura 3), local que surgiu após a construção da usina hidroelétrica, em 2002.

Figura 2 – Praia da Graciosa



Fonte: o autor (2024).

A praia artificial é o cartão postal de entrada da capital tocantinense, dispendo de estrutura de bares e restaurantes para atendimento do público. Conta com espaços para práticas de exercícios físicos como cooper, ciclismo, canoagem e corrida.

4.2.3 Turismo fluvial

O turismo fluvial compreende uma ampla gama de atividades associadas a rios, lagos e lagoas. Nos últimos tempos, as atividades relacionadas ao ambiente fluvial passaram por mudanças significativas. Isso ocorreu, em primeiro lugar, devido ao aumento do valor social atribuído ao lazer. Além disso, o turismo de sol, praia e mar se tornou excessivamente massificado, o que tem estimulado a busca por alternativas, abrindo, assim, espaço para o desenvolvimento das recreações em ambientes fluviais e lacustres (PEREIRA, 2014).

Esta modalidade de turismo não se limita apenas ao elemento aquático, como rios, lagos ou albufeiras. Esses elementos são essenciais, mas não são suficientes para o sucesso dessa atividade. O turismo fluvial abrange mais do que simplesmente embarcações de passageiros navegando pelas águas, permitindo a contemplação das margens e das paisagens. O contato físico com o ambiente circundante, a natureza, as comunidades ribeirinhas e as pequenas e

autênticas aldeias desempenha um papel fundamental na prática e promoção do turismo fluvial (PEREIRA, 2014).

Em Palmas, o lago originado através da criação da UHE-Lajeado se transformou em um importante atrativo turístico na região favorecendo o turismo fluvial. O lago abrange uma área de 630 quilômetros quadrados, estendendo-se por sete municípios, com uma extensão total de 172 km, dos quais 54 km estão situados na capital (G1 TOCANTINS, 2015). No entanto, acarretou diversos impactos ambientais e socioeconômicos nas cidades próximas, como observado por Santos (2014).

- Impactos Do Turismo

Em conformidade com Dantas e Dantas (2021), a discussão dos impactos advindos do turismo é pertinente para o embasamento e fundamentação da percepção dos impactos na comunidade. Daal'AgnoI (2012), corrobora tal perspectiva, considerando que o turismo tem papel importante tanto no campo econômico, cultural e social. Por esse motivo é imprescindível conhecer as percepções dos residentes de localidades turísticas acerca dos impactos gerados pelo turismo.

Carneiro (2009) analisa que o turismo como setor econômico, dependendo de como for gerido, pode trazer dualidades importantes: preserva e destrói, valoriza o patrimônio histórico cultural ou degrada-o, integra as populações locais ou segrega-os. Por assim ser, o turismo quando bem planejado e administrado gera impactos positivos como a geração de renda e fortalecimento da economia local que beneficiam a cidade com aumento de receitas e geração de empregos. Nessa mesma perspectiva surgem também o aumento do recebimento de divisas, estímulo de investimentos e geração de impostos que beneficiam a cidade receptora (IGNARRA, 1999).

Os impactos do turismo abrangem diversas áreas como econômicos, ambientais e socioculturais que, de acordo com Cooper, Fletcher, Fyall, Gilbert e Wanhill (2007), demonstram que a atividade de turismo está entrelaçada com a realidade do local receptor. Castro (2019) define esses impactos como:

- Impactos Socioculturais: referem-se às relações resultantes das interações entre os turistas e os membros da comunidade local.
- Impactos Econômicos: incluem o vazamento de capital gerado pelo turismo e seus efeitos diretos e indiretos na economia local.

- Impactos Ambientais: abrangem os efeitos diretos e indiretos sobre o meio ambiente decorrentes da atividade turística

Na pesquisa elaborada por Dantas e Dantas (2021), demonstra as percepções dos atores locais de Pitangui, Rio Grande do Norte, acerca dos impactos resultantes do turismo. É exemplificado nesta pesquisa que, majoritariamente, os atores locais acreditam que as atividades turísticas contribuíram para o desenvolvimento econômico e social. Quanto a percepção do desenvolvimento ambiental, os atos mantiveram-se imparciais, conforme observado na tabela 1.

Tabela 1 - Facetas do desenvolvimento do turismo dos atores sociais de Pitangui

AFIRMATIVAS E QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO	RANKING MÉDIO (RM)				
	G1	G2	G3	G4	G5
<i>1. Eu acredito que o Turismo ajudou a desenvolver economicamente a localidade de Pitangui</i>	4,4	4,7	4,6	4,0	5,0
<i>2. Eu acredito que o Turismo ajudou a desenvolver socialmente a localidade de Pitangui</i>	3,9	4,3	4,0	4,8	4,0
<i>3. Eu acredito que o Turismo ajudou a desenvolver ambientalmente a localidade de Pitangui</i>	3,1	3,2	3,6	3,2	4,0

Fonte: Dados extraídos de Dantas e Dantas (2021).

Quanto aos benefícios sociais para os moradores da localidade de Pitangui, resultante do turismo, pode-se extrair da pesquisa, conforme tabela 2, que os atores se mostram neutro para concordância, ou seja, nota-se uma leve concordância de que o turismo acarretou melhorias nos serviços ofertados no local receptor, como segurança, supermercados, saúde e etc.

Tabela 2 - Percepção dos benefícios do turismo para os atores sociais de Pitangui (RN).

AFIRMATIVAS E QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO	RANKING MÉDIO (RM)				
	G1	G2	G3	G4	G5
O Turismo proporcionou uma melhora nos serviços ofertados por Pitangui (Ex: segurança, saúde, supermercados, etc.)	3,7	3,4	4,2	3,6	4,0
O Turismo, de forma geral, é benéfico para a comunidade.	4,4	4,5	4,6	4,4	4,5

Fonte: Dados extraídos de Dantas e Dantas (2021).

Por fim, a pesquisa de Dantas e Dantas (2021) conclui que os impactos positivos sobressaem aos negativos, porém não afastando a necessidade de melhorias, principalmente na infraestrutura básica e segurança.

Lira (2017) em sua pesquisa, revela o teor dos impactos do turismo no município de Alto Paraíso, no estado de Goiás. Para o autor, o turismo foi responsável por levar grande desenvolvimento à cidade.

Todos os residentes que moravam por mais de décadas na localidade, abordaram que lá não possuía nada, todos mencionaram bastante que era apenas um Cerrado, com poucas casas e sem nenhuma infraestrutura, apenas os pouquíssimos comércios, que eram limitados nas vendas.

O desenvolvimento do Turismo na localidade foi extremamente importante para os moradores, principalmente, devido ao surgimento de emprego e renda para a população local, além de outros aspectos relevantes. (Lira, 2017, P. 58 e 59)

A autora da pesquisa cita o desenvolvimento do município em relação ao IDHM, alcançando níveis de melhoramento notáveis em todos componentes analisados: educação, longevidade e renda. O quadro 1 apresenta os resultados obtidos no IDHM de 2017.

Quadro 1 - IDHM e seus componentes - Alto Paraíso (GO).

IDHM (Componentes)	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,206	0,371	0,611
% de 5 a 6 anos na escola	20,82	72,20	91,23
% de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental ou com fundamental completo	26,88	49,98	78,66
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	11,18	18,52	55,77
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	15,78	8,91	35,97
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	24,91	36,61	53,3
IDHM Longevidade	0,687	0,787	0,819
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,2	72,20	74,16
IDHM Renda	0,555	0,640	0,723
Renda per capita (em R\$)	253,57	428,31	719,11

Fonte: PNUD/IPEA/FJP, 2017.

Lira (2017) observa que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam um maior desenvolvimento humano em uma localidade. Durante o período de 2000 a 2010, todos os componentes do IDH apresentaram um crescimento significativo. O componente que mais cresceu foi o da Educação, que registrou um aumento de 0,371 em 2000 para 0,611 em 2010. Em seguida, o componente de Renda teve um aumento de 0,640 em 2000 para 0,723 em 2010. O componente de Longevidade também apresentou crescimento, passando de 0,787 em 2000 para 0,819 em 2010. Em todas as edições,

o desenvolvimento humano no município aumentou, resultando em melhorias consecutivas na qualidade de vida, no acesso ao conhecimento e no padrão de vida.

As atividades turísticas desenvolvidas nos locais receptores têm grande potencial em levar desenvolvimento econômico e social, como demonstrados pelos autores Lira (2017) e Dantas e Dantas (2021). Ambas as pesquisas demonstraram melhoras no cotidiano dos habitantes locais, pois foram afetados tanto por criação de emprego e renda, como melhoramento dos níveis de escolaridades e ofertas de serviços.

- Impactos negativos do turismo:

Assim como os impactos positivos, existem impactos negativos advindos do turismo, desta forma torna-o complexo. Portanto, torna-se imprescindível o conhecimento da definição de turismo sustentável. Senna (2016), cita United Nations Environment Programme – UNEP (2015) que define que os impactos negativos prevalecem quando o grau de visitantes é maior do que a capacidade do meio ambiente de processar tamanha mudança. A utilização indiscriminada dos recursos disponíveis pode causar impactos irreversíveis como extinção de animais ameaçados, erosões e queimadas de ambientes vulneráveis.

UNEP (2015) classifica os impactos negativos em oriundos das atividades turísticas em 3 classes: econômica, social e ambiental.

- Impactos negativos econômicos:

Indiscutivelmente, o turismo traz benefícios positivos ao país receptor. No Brasil, a atividade acumula consigo um percentual de 7,8% do Produto Interno Bruto (PIB), representando R\$753,3 bilhões na economia (TERRA, 2024). Segundo a United Nations Environment Programme – UNEP (2015), há muitos custos ocultos atrelados ao turismo que geram resultados desfavoráveis à localidade receptora. Para a organização, os países menos desenvolvidos tendem a ter menos lucros do que os países desenvolvidos, pois tem a necessidade imediata para gerar renda, emprego e melhores condições de vida através do turismo.

Leakage é a denominação adotada pela UNEP referente à fuga dos valores subtraídos o total gasto pelo turista para pagamento de impostos, pessoal e etc... Em um país em desenvolvimento, a cada U\$ 100,00 gastos em passeios turísticos por cidadãos de países desenvolvidos, apenas U\$ 5,00 permanece na economia dos países menos desenvolvidos.

Um dos motivos para que a estatística acima seja real é a existência de pacotes com tudo incluso, onde os turistas devem permanecer durante todo o dia dentro do navio de cruzeiro ou resorts, não abrindo espaço para investimento na economia da comunidade receptora. Outrossim, é a dependência total, da comunidade local, do turismo como fonte de renda. Senna (2016) argumenta que a sazonalidade presente no turismo acarreta na incerteza quanto à permanência dos empregos no fim das estações.

- Impactos negativos socioculturais:

Para Senna,

O principal impacto sociocultural ligado ao turismo é a perda de identidade e dos valores locais por influências que podem estar relacionadas a aspectos tais como:

- Mercantilização da cultura local na medida em que os rituais são modificados para atender a expectativa daqueles que visitam a localidade;
- Padronização dos serviços turísticos para atender as demandas dos visitantes, isto é, iniciam-se a chegada de conhecidos restaurantes de fast-food e cadeias hoteleiras em detrimento à alimentação local e hospedagem domiciliares;
- Perda de autenticidade ou autenticidade encenada na medida em que há adaptações das manifestações culturais com o gosto dos 37 turistas ou ainda fazendo apresentações culturais como se fossem parte do cotidiano e na verdade constituem uma autenticidade encenada;
- Adaptação às demandas turísticas, como por exemplo, as lembranças, artes, artesanato e manifestações culturais que fogem de sua proposta original para adaptar ao mercado de compras e vendas. Ao mesmo tempo em que isso contribui para a autoestima dos artesãos por terem seus produtos melhor aceitos pelos turistas e a fuga cultural pode ocorrer também; e
- Poluição estética, pois muitas vezes há um choque entre construções históricas locais dando lugar a prédios ou construções modernas que não condizem com o espírito tradicional ou característico local (Senna, 2016, p.36).

Ou seja, na expectativa para atender aos interesses dos turistas, a comunidade local passa a adaptar sua cultura com foco em remuneração financeira, comprometendo, assim, a cultura local. Assim como a mácula estética quando há a substituição de edifícios históricos por prédios modernos, comprometendo o espírito característico da comunidade receptora.

Senna (2016) afirma que “Todos esses fatores podem ocorrer devido a choques culturais como resultado do encontro de diferentes culturas”. Essa contraposição entre culturas pode gerar resultados de euforia ou rejeição pelas comunidades, pois não aceitam intervenções. Outro exemplo citado por Senna, está na oneração dos contribuintes locais a fim de aumentar investimentos para criar atrativos turísticos.

- Impactos negativos ambientais:

Assim como os impactos econômicos e sociais, o impacto negativo do turismo não foge à regra quando se trata do meio ambiente. Há diversos tipos de impactos negativos relacionados aos recursos naturais disponíveis nas comunidades receptoras. Pode-se destacar do rol de impactos levantados por Senna (2016):

- Perda da diversidade biológica: pode interferir no equilíbrio de espécies, ou ainda, desestabilizar os ecossistemas e enfraquecer sua capacidade de lidar com desastres naturais, como inundações, secas e furacões e as alterações climáticas. Essa perda pode indicar a perda do potencial turístico de uma dada região;
- Os recursos locais: o turismo pode criar uma grande pressão sobre os recursos locais, como energia, alimentos e outras matérias-primas que podem já estar em falta. Devido ao caráter sazonal da indústria, muitos destinos têm dez vezes mais habitantes na época de alta como na de baixa temporada. A alta demanda é colocada sobre estes recursos para atender as altas expectativas que os turistas têm muitas vezes (aquecimento adequado, água quente, etc.)
- Resíduos sólidos e lixos produzidos pela atividade turística: a eliminação de resíduos é um problema sério; o descarte inadequado pode ser um grande problema no ambiente natural - rios, áreas cênicas e estradas. Resíduos sólidos e lixos podem degradar os aspectos física da água, da orla costeira e causar a morte de animais aquáticos; (Senna, 2016, p.38).

O desafio do turismo sustentável está interligado com a sua própria definição, que consiste na não utilização dos recursos naturais de forma a preservá-los para os próximos visitantes, assim como desfrutar dos benefícios econômicos advindo de tal atividade. O equilíbrio entre ambas as partes torna desafiador para a administração, tanto público como privado.

- Impactos ambientais globais que afetam o turismo:

O desenvolvimento do turismo, de forma geral, depende da existência de paisagens naturais ou construídas que proporcionem aos visitantes vivências, muitas vezes únicas, distintas do cotidiano. Além dos impactos citados anteriormente, destaca-se os impactos globais que podem influenciar sobremodo nas localidades.

O aquecimento global é um fenômeno que exerce grande influência sobre o turismo global, pois as alterações sofridas pelos ecossistemas locais, como diminuição do volume de chuvas, menor período de neve e o aquecimento da temperatura global compromete determinados tipos de turismo, como por exemplo, diminuição da temporada de neve em determinadas comunidades receptoras.

Além do exemplo citado acima, há desastres naturais que implicam na alteração das atividades turísticas, como por exemplo a incidência de tornados e terremotos que levantam incertezas e dúvidas quanto ao período certo para visitas à locais que historicamente sofrem com tais tipos de desastres naturais.

Por fim, destaca-se a importância do turismo sustentável, pois quando praticado de forma correta e planejada, proporciona os benefícios da vivência harmônica dos recursos naturais ou construídos e a sua preservação, tornando assim, o turismo uma atividade com benefícios ambientais superiores aos possíveis malefícios.

4.3 Turismo na Praia da Graciosa em Palmas – TO

O turismo desempenha um papel verdadeiramente significativo no fomento do desenvolvimento sustentável de uma região, sendo considerado um veículo essencial que pode satisfazer as necessidades humanas atuais, sem esgotar os recursos naturais, de forma a assegurar sua disponibilidade para as gerações vindouras (MUNCK; BORINDE-SOUZA, 2013). Para efetivamente contribuir para práticas sustentáveis, é imperativo que sejam implementadas ações abrangentes de planejamento e gestão, promovendo, assim, o conceito de Turismo Sustentável.

Segundo Damas (2020), para garantir a sustentabilidade de uma atividade turística, é importante que diferentes perspectivas e racionalidades contribuam para a formação de um paradigma voltado para o desenvolvimento em uma escala humana. Nesse contexto, as comunidades desempenham um papel fundamental ao participarem ativamente na definição de direções, mobilizações e valorização adequada, aspectos essenciais em todo o processo de desenvolvimento.

Além disso, o Turismo Sustentável também se concentra em proporcionar experiências enriquecedoras e autênticas aos turistas, permitindo-lhes apreciar a beleza e a diversidade das regiões visitadas, ao mesmo tempo em que respeitam os valores locais e os princípios de sustentabilidade. Ao adotar abordagens responsáveis, como a promoção do turismo de base comunitária, a conservação ambiental e o respeito pela diversidade cultural, o turismo pode ser um catalisador para o desenvolvimento sustentável (DAMAS, 2020).

Fabrino, Do Nascimento e Costa (2017), definem o Turismo de Base Comunitária (TBC) como um modelo de desenvolvimento turístico que se concentra nos recursos locais

(humanos, naturais e de infraestrutura) de uma determinada comunidade. Os autores destacam o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de produtos e serviços turísticos.

O TBC está intimamente ligado aos princípios do turismo sustentável e do desenvolvimento local. Sua reflexão no Brasil ganhou mais destaque a partir dos anos 1990, quando pesquisadores passaram a investigar e discutir essa abordagem, culminando no Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). Desde então, diversos fatores, como a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social, o fortalecimento da participação social e da governança democrática, e a mudança no perfil dos turistas em direção a uma maior responsabilidade social e ambiental, têm contribuído para a consolidação e o debate sobre o TBC. Apesar da maior visibilidade, alguns autores consideram que a literatura sobre o tema ainda precisa ser aprofundada e critica sua ingenuidade e irrealismo (FABRINO; DO NASCIMENTO; COSTA, 2017).

Assim, o turismo não é apenas uma indústria em crescimento, mas também uma oportunidade para promover a coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza, garantindo que os recursos naturais sejam apreciadas por gerações presentes e futuras. Portanto, a promoção do Turismo Sustentável é uma estratégia crucial para alcançar esse equilíbrio ecológico e social, ao mesmo tempo em que impulsiona o progresso econômico das comunidades locais.

A preocupação em controlar os impactos ambientais que começaram a se evidenciar globalmente resultou na criação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) nos Estados Unidos no final da década de 1960, em resposta às pressões dos movimentos ecológicos. No Brasil, a primeira legislação federal relacionada ao meio ambiente foi promulgada em 31 de agosto de 1981, abrangendo a AIA. O Decreto nº 88.351, de 01 de junho de 1986, regulamentou essa lei. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) aprovou a Resolução nº 001 em 23 de janeiro de 1986, estabelecendo definições, responsabilidades, critérios fundamentais e diretrizes gerais com o propósito de incorporar a AIA como um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Conforme definido no artigo primeiro da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, os impactos ambientais são caracterizados como: Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afete a saúde, segurança e bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL,1986).

Conforme as diretrizes da Resolução CONAMA 001/86 (IBAMA, 1992), os impactos ambientais são classificados como reversíveis quando a ação causadora tende a interromper seu efeito, mas são considerados irreversíveis quando perduram por um período prolongado. Assim, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) demonstra sua relevância no contexto do turismo, pois essa avaliação possibilita a tomada de medidas para reverter impactos negativos causados ao meio ambiente.

De acordo com Senna (2016), o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento regional, mas, por ser uma atividade complexa, envolve diversos fatores que podem gerar impactos positivos. No entanto, se não for devidamente planejado e estruturado, pode resultar em impactos negativos, alguns dos quais irreversíveis, dependendo de sua gravidade.

Diante desse cenário, é necessário que os destinos turísticos busquem alcançar o turismo sustentável, compreendido como a prática capaz de atender às necessidades dos visitantes e das comunidades locais, sem comprometer as futuras gerações, respeitando os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica (BRASIL, 2007).

As praias artificiais de Palmas possuem um notável potencial turístico, com destaque para a Praia da Graciosa, uma das mais frequentadas, que atrai muitos turistas ao longo do ano. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEN (2015), às praias do estado do Tocantins registraram um fluxo de visitantes em 2015, totalizando 173.276 pessoas, das quais 66,48% eram turistas.

Nesse contexto, fica claro que a utilização de recursos naturais sem um planejamento adequado pode resultar em diversos problemas, como poluição sonora, poluição visual e poluição do solo (VALE; SENNA; DUTRA; PESTANA, 2020). Em contrapartida, a implementação de um planejamento eficaz, com ênfase no monitoramento contínuo, pode proporcionar inúmeros benefícios. Além disso, a utilização consciente dos recursos naturais no presente contribuirá para a preservação desses recursos para as gerações futuras (SANTANA; SENNA, 2019).

Oliveira, Dinarte e Silva (2014) enfatizam que o avanço da tecnologia e da ciência causou impactos significativos no meio ambiente. Portanto, é fundamental repensar essa situação e conscientizar os cidadãos de que os recursos naturais são finitos e não renováveis.

Dentro das opções de lazer disponíveis no Estado de Tocantins, destaca-se uma atração singular conhecida como "praias fluviais". Esse estilo de lazer aproveita as margens dos rios como cenário, e geralmente é viabilizado por meio de intervenções da esfera pública, seja pelo Poder Público Municipal e/ou Estadual. Essas intervenções resultam em infraestruturas que incluem bares, restaurantes, instalações sanitárias, palcos para apresentações artísticas e

quadras esportivas. O propósito por trás dessa iniciativa é oferecer entretenimento e lazer ao público em um ambiente ribeirinho (GET, 1999a, 1999b, 1999c; PMP, 1999).

Nessas áreas de "praias fluviais", além de desfrutar das comodidades mencionadas, os visitantes também têm a oportunidade de utilizar uma gama de atividades relacionadas ao ambiente aquático. Isso inclui, mas não se limita a, atividades como a prática de esportes náuticos, como canoagem e stand-up paddle, proporcionando uma experiência única em meio às belezas naturais locais (PMP, 1999).

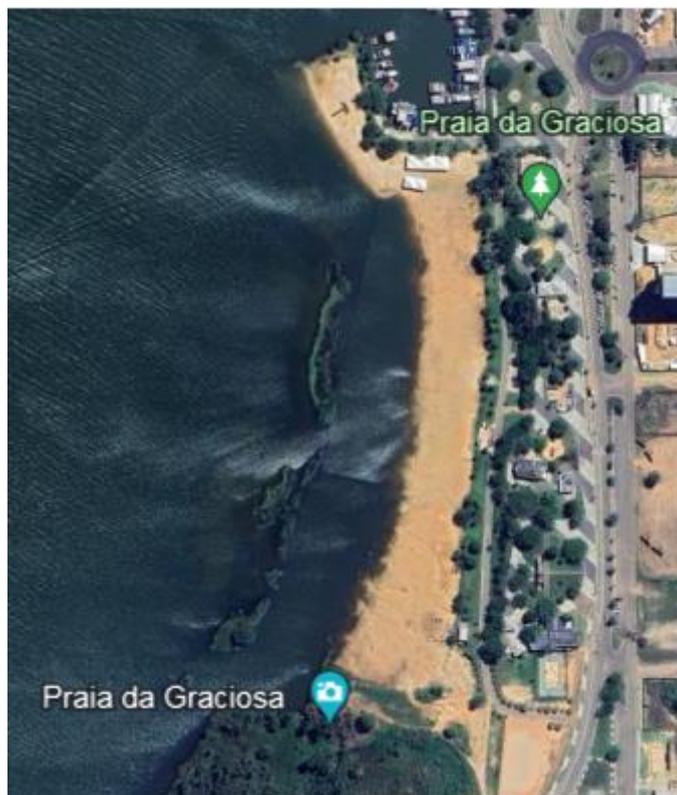
Essas "praias fluviais" não apenas oferecem momentos de lazer e descontração para os moradores locais e turistas, mas também representam uma maneira de valorizar e preservar os recursos naturais da região. Com a implementação de infraestrutura adequada e a promoção do turismo sustentável, essas áreas podem se tornar importantes polos de desenvolvimento econômico e cultural, ao mesmo tempo em que promovem a apreciação e o respeito pelo ambiente ribeirinho do Estado de Tocantins. Dessa forma, as "praias fluviais" contribuem para a diversão do presente, prosperidade e a conservação desses locais para as futuras gerações.

4.3.1 Praia da Graciosa – Palmas/TO

A criação da praia está intimamente ligada à construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, localizada a cerca de 50 km da capital. A UHE Luís Eduardo Magalhães, construída na divisa dos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado, foi a primeira usina privada de grande porte construída no Brasil sendo concluída em 2001 (FERREIRA et al., 2020).

Essa usina criou um grande reservatório de água. A Praia da Graciosa surgiu com a formação desse reservatório. À medida que as águas subiam e cobriam vastas áreas da região, uma extensa praia fluvial se formou nas margens do rio. O entorno da Praia da Graciosa começou a ser desenvolvido para atender às demandas crescentes dos moradores de Palmas e visitantes que buscavam um local para lazer. A figura 1 representa a Praia da Graciosa atualmente.

Figura 3- Praia da Graciosa



Fonte: Google imagens (2024)

Paulatinamente, a praia conquistou destaque como um ponto de interesse turístico. No entanto, para explorar plenamente esse recurso natural, é indispensável que os visitantes e aqueles que buscam benefícios econômicos estejam plenamente conscientes da importância da responsabilidade ambiental. Preservar essas paisagens cênicas é crucial, uma vez que elas desempenham um papel significativo na atração de turistas, especialmente durante a chamada "temporada de praia" em julho, quando muitos turistas afluem para desfrutar do lazer em contato com a natureza (VALE; SENNA; DUTRA; PESTANA, 2020).

Infelizmente, a observação atenta revela problemas ambientais nesse local, que incluem incidentes envolvendo a presença de piranhas e arraias, bem como o acúmulo de resíduos deixados por turistas e visitantes. De acordo com relatos da mídia nacional, mais de 13 pessoas foram mordidas por piranhas nas praias urbanas de Palmas em fevereiro de 2016 (G1 TOCANTINS, 2016). Além disso, mais de 20 pessoas sofreram ferimentos causados por arraias no período de janeiro a julho (G1 TOCANTINS, 2017). Portanto, torna-se ainda mais evidente a necessidade de uma abordagem proativa para monitorar e gerenciar o uso desses atrativos naturais, visando minimizar os impactos ambientais e sociais associados a esses eventos.

A responsabilidade ambiental não deve ser subestimada quando se trata da exploração sustentável da Praia da Graciosa. A preservação deste cenário natural é fundamental para a manutenção do seu apelo turístico e proteção da biodiversidade local garantindo a segurança dos visitantes. Além disso, é essencial implementar medidas de conscientização e educação ambiental para os turistas, incentivando a adoção de comportamentos mais responsáveis e a redução do impacto negativo nas áreas naturais.

3.3.1.1 Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e o Uso dos Recursos Hídricos

Desde a concepção de Palmas, a capital planejada do Tocantins, já estava prevista a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, que resultaria na formação de um reservatório de água devido ao represamento do rio Tocantins. Os projetistas destacaram que "a área de urbanização proposta se situa entre uma reserva ecológica existente, a da Serra do Lajeado, e um lago que será resultante da barragem do Lajeado." Esse reservatório, mesmo antes de sua formação, desempenhou um papel importante no projeto urbanístico de Palmas, junto com a escarpa da Serra do Lajeado e os fundos de vale transversal presentes no local escolhido. Segundo os projetistas, "a montanha, o lago, os fundos de vale e a estrada que liga Tocantínia a Porto Nacional são os grandes determinantes do traçado urbanístico."

Essa visão enfatizou as "possibilidades concretas de realização da sociedade no espaço" (CARLOS, 2001, p. 12). O projeto urbanístico também demonstrou preocupação com os efeitos da implantação da capital em áreas de proteção ambiental, como a reserva ecológica e as margens dos cursos fluviais, com ênfase nas do rio Tocantins. Essas margens tradicionalmente eram usadas para atividades de lazer e recreação durante as épocas de estiagem, quando praias fluviais atraem populações locais e regionais, desempenhando um papel importante na economia turística. O projeto urbanístico enfatizou a necessidade de manter um "relacionamento ecológico" entre os recursos naturais e a área a ser desenvolvida, respeitando o ambiente local e regional, incluindo os costumes socioculturais já estabelecidos, como o uso das praias fluviais.

Nessa perspectiva, os projetistas consideram que o plano urbanístico para a futura capital do Tocantins era precedido por um sonho de cunho ecológico e humanitário (GRUPOQUATRO, 1989, p. 3). Entretanto, mesmo durante a elaboração do projeto da capital em 1989, já havia interesses em relação a essa extensa área contígua ao futuro reservatório, que não seria fracionada para fins urbanos. Após o início das obras da UHE Luís Eduardo

Magalhães em 1998, intensificaram-se os interesses e surgiram os primeiros projetos para essa área, indicando a necessidade de adaptações e mudanças nos formatos e usos planejados. Esses projetos, como os de Ruy Ohtake em 1999, do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) em parceria com a Investco em 2000, e do próprio GrupoQuatro, a empresa responsável pelo plano urbanístico da capital, em 2002, compartilham uma característica comum, sendo denominados Projeto Orla. Essa iniciativa foi institucionalizada por meio de uma lei estadual em 2000, o que levou à formação de uma parceria público-privada e à criação da empresa Orla Participações e Investimentos S/A (ORLA S/A), cujo objetivo central era viabilizar a implementação do Projeto Orla.

Para alguns autores, essas propostas que são agrupadas sob o nome Projeto Orla em Palmas podem ser consideradas dentro do contexto dos grandes projetos urbanos (MOURA, 2011; VAINER, 2013; OLIVEIRA; LIMA JÚNIOR, 2013). No entanto, é importante compreender as diferentes interpretações e analisar os arranjos institucionais necessários para sua efetiva implementação em 2002, que coincidiu com a formação do reservatório. Isso desencadeou uma transformação espacial significativa nos usos planejados para a área, conferindo-lhe novos significados socioespaciais.

Embora a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE LEM) esteja fisicamente localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, seu reservatório se estende para além dessas fronteiras, alcançando áreas dos municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. A construção da usina foi iniciada em maio de 1997 e foi concluída em abril de 2001, com o início de suas operações em dezembro de 2001, quando entrou em funcionamento o primeiro dos cinco grupos geradores (DE CARVALHO BARBOSA; DE FÁTIMA LOLIS; PEREIRA, 2015). Em ordem cronológica, de acordo com informações da empresa EDP Energias do Brasil S.A., os demais grupos geradores foram postos em operação em datas específicas: 01/03/2002, 09/05/2002, 30/07/2002 e 07/11/2002. O processo de enchimento do reservatório ocorreu no período entre outubro de 2001 e janeiro de 2002.

Em relação à capacidade instalada, até junho de 2015, a UHE LEM representava 1,00% da capacidade total instalada no Brasil e 47,27% da capacidade instalada no Estado do Tocantins (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2021). Um dos principais debates em torno da construção de usinas hidrelétricas diz respeito à tensão entre os benefícios da geração de energia e a escala dos impactos socioeconômicos e ambientais resultantes. De forma geral, as obras hidrelétricas têm efeitos significativos sobre o meio ambiente, que se estendem no tempo e no espaço, além de impactar diferentes áreas do ambiente físico envolvido. Os impactos mais

imediatos ocorrem durante a fase de construção, podendo influenciar o próprio andamento das obras. Alguns impactos se manifestam ao longo da operação da usina, ao longo prazo, como influências sazonais rio abaixo (ARAÚJO, 2003, p.11).

Bermann (2007, p. 141) destaca alguns dos principais problemas ambientais relacionados às usinas hidrelétricas, tais como:

- Alteração do regime hidrológico, afetando as atividades a jusante do reservatório;
- Deterioração da qualidade das águas devido ao caráter lântico do reservatório, o que dificulta a decomposição dos rejeitos e efluentes;
- Assoreamento dos reservatórios, resultante da falta de controle na ocupação das áreas nas cabeceiras dos reservatórios, com desmatamento e remoção da mata ciliar;
- Emissão de gases de efeito estufa, especialmente o metano, devido à decomposição da vegetação submersa permanentemente nos reservatórios;
- Aumento do volume de água nos reservatórios, gerando sobrecarga no solo e subsolo devido ao peso da massa de água represada, especialmente em áreas com condições geológicas desfavoráveis, podendo causar sismos induzidos;
- Problemas de saúde pública devido à formação de remansos nos reservatórios e à subsequente proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas;
- Dificuldades em garantir o uso múltiplo das águas, devido à histórica priorização da geração elétrica em detrimento de outros possíveis usos, como irrigação, lazer, piscicultura, entre outros.

A utilização dos recursos hídricos para a produção de energia, por meio de usinas hidrelétricas, é de considerável importância econômica e social para o Brasil, dado que o país possui uma matriz energética predominantemente baseada na hidroeletricidade. Tais reservatórios desempenham diversas funções, independentemente de seu tamanho, abrangendo desde a geração de eletricidade até o abastecimento de água, a irrigação, a navegação (hidrovias), o lazer e turismo, a aquicultura, entre outros (DE OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2021).

No entanto, os conflitos relacionados ao uso múltiplo dos reservatórios têm introduzido novos desafios na gestão dos recursos hídricos em território brasileiro. A geração de energia é uma aplicação não consumptiva da água, mas apresenta desafios centrados nos impactos ambientais negativos, especialmente decorrentes da inundação de áreas para a construção dos referidos reservatórios. Esses impactos estão associados a diversos fatores, incluindo o tamanho do empreendimento, o volume de água armazenada, o tempo de retenção do reservatório, a localização geográfica e a alocação no curso do rio (alta, média ou baixa).

Até junho de 2015, a capacidade instalada das usinas hidrelétricas no país totalizava 90.059.489 kW, distribuída entre 1.175 usinas em operação, representando 65,75% da capacidade instalada nacional, que somava 136.977.090 kW. No Estado do Tocantins, no mesmo período, a capacidade instalada era de 1.909.357,71 kW, equivalente a 1,39% da capacidade nacional. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDEE 2023,

do Ministério de Minas e Energia (PDEE-2023, 2014), a previsão é de um crescimento médio anual da carga pesada no Estado do Tocantins de aproximadamente 4,5% no período de 2014 a 2023. Esse crescimento reforça a relevância contínua da geração de energia hidrelétrica no estado, bem como os desafios associados à gestão sustentável dos recursos hídricos, visando a conciliação dos múltiplos usos dessas áreas.

O Sistema Elétrico Brasileiro (Sistema Interligado Nacional - SIN) é classificado como um sistema hidrotérmico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2007), cerca de 98% do sistema elétrico brasileiro, em termos de geração e carga, está interligado, permitindo a otimização dos recursos energéticos por meio da exploração das variações hidrológicas e de mercado existentes entre as bacias e sub-bacias hidrográficas, sistemas e subsistemas elétricos e regiões geográficas.

A Bacia Hidrográfica da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães está situada na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia (RHTA). A RHTA é a segunda maior do país em termos de capacidade instalada de energia hidrelétrica, contando com 11.563 MW (16% do total nacional), além de possuir rios navegáveis significativos, com destaque para o rio Tocantins. A presença abundante e a utilização dos recursos naturais conferem à região um papel fundamental no desenvolvimento do país. A região já experimenta um dinâmico processo de crescimento socioeconômico, que se espera que se intensifique nas próximas décadas, com os recursos hídricos desempenhando um papel central nesse processo (ANA, 2015).

4.3.2 Plano diretor de Palmas - TO

As disparidades territoriais, resultantes de um planejamento que negligencia certas regiões, acarretam uma série de problemas nas cidades. Esses problemas abrangem questões urbanísticas, sociais e ambientais, culminando na criação de áreas desprovidas de infraestrutura e serviços públicos. Isso, por sua vez, leva à formação de guetos sociais e ao aumento da violência urbana, que frequentemente se concentra nas áreas periféricas (MARICATO, 2000; OLIVEIRA, 2011; SOUZA, 2010). De acordo com Oliveira (2012, p. 2), esse tipo de planejamento:

[...] consiste na condição de o planejamento urbano encerrar uma lógica eminentemente capitalista, uma vez que o seu empreendimento visa a racionalizar o ordenamento do território no sentido de nele se sedimentar todas as possibilidades para a realização do mercado. Contudo, o seu argumento não alude à ideia de mercado, mas à ideia de “Desenvolvimento Urbano”, ou de “Crescimento Econômico”. O seu caráter científico inscreve-se na análise sistemática da realidade urbana, intentando, a partir da identificação dos problemas que inibem o seu empreendimento, estabelecer as diretrizes político-jurídicas que o contemplam.

A situação do ordenamento territorial é característica das sociedades urbanas, e no Brasil, o processo de urbanização ganhou força a partir de meados do século XX, impulsionado pela industrialização e a redefinição do país em termos de sua posição na divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2009). Durante o século XX, especialmente em sua segunda metade, o Brasil adotou uma abordagem mais voltada para a lógica da sociedade urbana.

Isso é evidenciado pelo fato de que, entre 1950 e 2000, a população urbana do país aumentou de 18.782.891 habitantes para 137.697.439 habitantes, um crescimento de 7,33 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1% e um incremento médio anual de 2.378.291 habitantes, resultando em um significativo inchaço urbano. Como resultado, os problemas urbanos tornaram-se mais evidentes, levando à mobilização da população em movimentos sociais, principalmente a partir da década de 1970, na busca por uma melhor qualidade de vida no ambiente urbano.

O processo de redemocratização na primeira metade da década de 1980, após o período do regime militar, fortaleceu a luta pela democracia no Brasil e ampliou o poder dos movimentos sociais, especialmente os movimentos populares urbanos. Isso provocou debates intensos sobre as questões urbanas que levou à criação de importantes marcos regulatórios na segunda metade dessa década, com destaque para a Constituição Federal de 1988. O Capítulo II da Constituição, que trata da política urbana, introduziu o conceito de função social da propriedade e estabeleceu a exigência de elaboração de planos diretores para municípios com população superior a 20 mil habitantes (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007).

Outro marco regulatório significativo que se tornou o principal instrumento da política urbana brasileira foi o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. Este Estatuto regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, destacando o plano diretor como o instrumento central da política de desenvolvimento e expansão urbana, responsável por definir os parâmetros de uso e ocupação do território (BRASIL, 2001). Essas leis, juntamente com a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades em 2003, estabeleceram importantes marcos institucionais para o desenvolvimento da política urbana no Brasil. Eles possibilitaram a implementação de diversos programas, incluindo a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, que apoiou os municípios na elaboração de seus planos diretores.

Nesse contexto, foi elaborado o Plano Diretor Participativo de Palmas (PDPP), Lei Complementar n. 155/2007. O processo de desenvolvimento desse plano envolveu extensos debates entre 2006 e 2007, sendo sancionado em dezembro de 2007. O PDPP orienta o crescimento e desenvolvimento sustentável do município de Palmas, estabelecendo sua política urbana com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e

garantir o bem-estar de seus habitantes (PALMAS, 2007). Sua formulação seguiu a metodologia apresentada pelo Ministério das Cidades como parte da Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo e contou com a participação ativa da sociedade civil organizada, em linha com vários outros municípios.

4.4 Desenvolvimento Sustentável

O turismo de natureza, conhecido como Ecoturismo, é caracterizado pela Sociedade Internacional de Ecoturismo como uma forma de viagem que busca preservar as áreas naturais, apoiar o bem-estar das comunidades locais e promover a interpretação e a educação. Assim, para que uma atividade turística na natureza seja considerada ecoturismo, é necessário que haja a conservação do ambiente visitado, a conscientização ambiental tanto dos turistas quanto das comunidades locais, e o desenvolvimento integrado em nível local e regional (DOPONA, 2019).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) representa um notável e pioneiro exemplo de turismo sustentável em âmbito nacional. Na RDSM, tanto turistas quanto a população local têm acesso a informações provenientes de pesquisas científicas e interagem com elas de maneiras diversas. Por exemplo, no Projeto de Pesquisa de Botos da RDSM, os turistas têm a oportunidade de participar das atividades de campo e assistir a palestras sobre o trabalho realizado. Além disso, os turistas têm a chance de acompanhar a pesca manejada em lagos da reserva, estabelecida em 1998 pelo Plano de Manejo da Unidade de Conservação (UC), e adquirir pescado certificado proveniente do manejo de pesca local do Pirarucu (*Arapaima gigas*) pelas comunidades da RDSM (DOPONA, 2019).

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) podem ser consideradas áreas protegidas com grande potencial para o ecoturismo. As populações locais que habitam essas áreas podem contribuir para o planejamento das atividades turísticas de várias maneiras, como compartilhando seu patrimônio natural e cultural com os visitantes e oferecendo uma variedade de produtos locais (agrícolas, pesqueiros ou artesanais) para aumentar sua renda, o que constitui o aspecto "turístico" do conceito. Tal abordagem pode ser categorizada como Turismo de Base Comunitária (TBC), pois, além de contribuir para a conservação do ambiente, também promove o desenvolvimento local, trazendo benefícios econômicos, sociais e culturais para os membros da comunidade (DOPONA, 2019).

O TBC não se limita a um único segmento de atividade turística, como o turismo rural, étnico ou ecoturismo, mas é uma proposta de turismo baseada em recursos locais e focada no desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, cada vez mais, os turistas procurarão experiências diversas, não se enquadrando em um único padrão ou segmento do mercado turístico, mas buscando compreender o modo de vida das comunidades visitadas (DOPONA, 2019).

Para Santos e Cândido (2014), o alcance do desenvolvimento sustentável é considerado um desafio para as gerações atuais e é considerado fundamental para as futuras possibilidades de sobrevivência. Identificam-se mudanças climáticas, crises econômicas e impactos sociais como reflexos da ação individualista humana no contexto ambiental. Isso ressalta a necessidade de redirecionar a prática capitalista atual para uma que incorpore aspectos mais coletivos e abrangentes, contemplando as dimensões ambiental, social e econômica, reconhecendo a finitude dos recursos do planeta.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa para essa necessidade de mudança, envolvendo um conjunto de ações para sua efetivação. Compreende-se que a sustentabilidade implica o uso adequado dos recursos renováveis em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis para suprir necessidades e em relações sociais que garantam uma qualidade de vida adequada para todos.

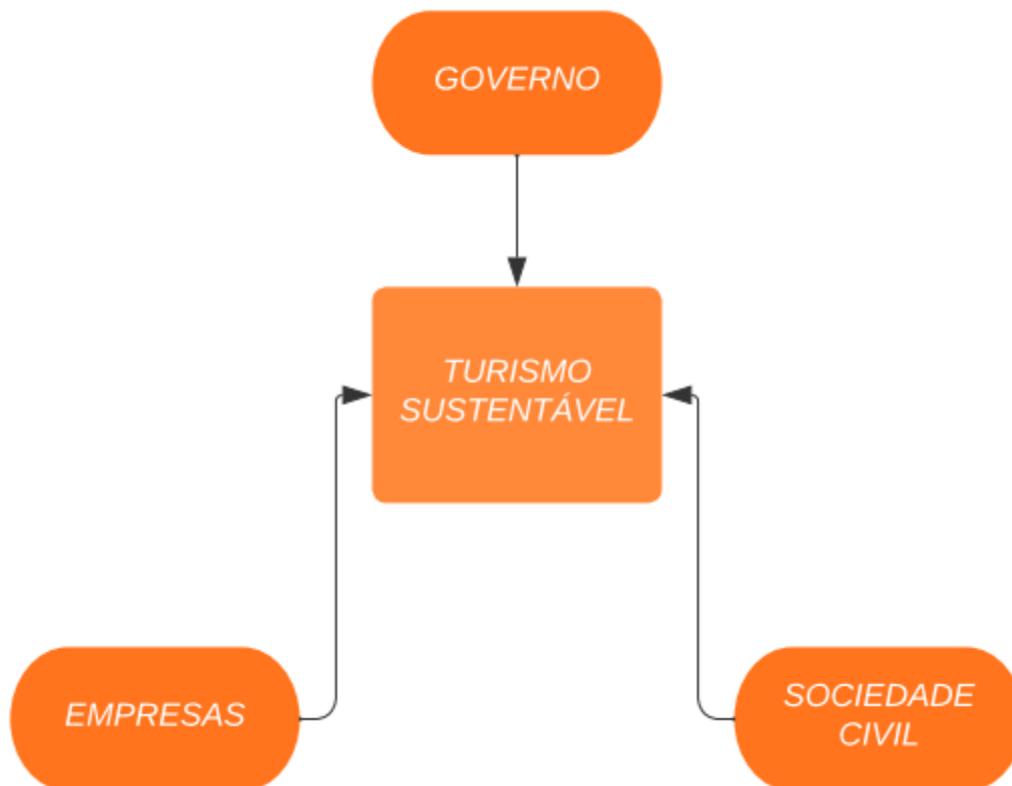
Percebe-se, portanto, a necessidade de planejar as atividades locais considerando os limites dos recursos naturais e sua capacidade de renovação. Setores como a indústria do aço, refinarias de petróleo, transportes e agricultura intensiva são apontados como os principais responsáveis pelos problemas ambientais, incluindo o setor do turismo, que também tem impactos significativos no meio ambiente (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

Embora o turismo seja considerado uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, é essencial refletir sobre seus impactos ambientais, sociais e econômicos. A preocupação com a sustentabilidade permeia as atividades turísticas, visto que a atividade pode representar ameaças ao meio ambiente e à comunidade local, resultando em um amplo impacto sobre a população (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

A inter-relação entre desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental deve abordar três eixos básicos de ação, conforme destacado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92: promoção de equidade, consolidação de direitos e garantia da reprodução das bases ecológicas do desenvolvimento social (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

Para alcançar o turismo sustentável, é fundamental o engajamento de todos os atores sociais, incluindo empresas, governo, sociedade civil e turistas (figura 4), trabalhando em parceria para promover mudanças que contribuam para o novo paradigma de desenvolvimento. Assim, o cumprimento das responsabilidades específicas de cada ator social é essencial para efetivar o turismo sustentável (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

Figura 4 - Stakeholders do turismo



Fonte: o autor, baseado nos dados de Santos e Cândido (2014).

Na Figura 1, consideram-se importantes atores sociais as três esferas: o poder público, as empresas e a comunidade local. Cada um deles tem objetivos e papéis diferentes, mas devem convergir e articular-se para alcançar o turismo sustentável. Assim, a gestão sustentável de destinos turísticos requer o envolvimento ativo de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento turístico. O quadro 2 demonstra a importância dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável.

Quadro 2 – Um resumo sobre os papéis dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável

Papéis dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável	
Governo	É necessário assegurar os direitos civis, sociais e políticos de todos os cidadãos, além de desenvolver políticas públicas e programas de educação ambiental e promoção do turismo sustentável. Incentivar pesquisas científicas sobre o tema e fiscalizar o cumprimento das leis ambientais também são medidas importantes a serem adotadas.
Empresas	Incluem-se as agências de viagens, hotéis, pousadas, restaurantes e outras empresas relacionadas ao setor turístico. Todas essas entidades devem conduzir suas operações considerando não apenas os lucros, mas também os impactos ambientais, sociais e econômicos. É fundamental que desenvolvam práticas socioambientais que contribuam para um papel mais significativo no contexto coletivo, visando aprimorar o desempenho dessas organizações.
Sociedade Civil	Adicionalmente a se envolver em associações para defender seus direitos, é essencial que cada indivíduo aja como um cidadão consciente de suas responsabilidades para com os outros e o meio ambiente. A comunidade local deve proteger seus costumes, valores e culturas contra qualquer influência corruptiva que o turismo possa trazer.
Turistas	É fundamental que atuem como cidadãos conscientes, garantindo que suas atividades turísticas não causem danos ambientais ou sociais aos lugares que visitam.

Fonte: o autor, baseado nos dados de Santos e Cândido (2014).

Ao analisar o Quadro 1, percebe-se que a alteração na maneira como todos os intervenientes operam é o ponto inicial para alcançar um desenvolvimento endógeno, autossuficiente, focado nas necessidades, em consonância com a natureza e receptivo às mudanças institucionais.

Entre os atores sociais, o governo desempenha um papel expressivo na promoção do turismo sustentável, regulando e fomentando a atividade para um desenvolvimento equilibrado

econômico, ambiental e social, No entanto, no Brasil, ainda persiste a tendência de encarar o planejamento público como uma questão de elaborar planos, delegar responsabilidades e definir orçamentos (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

As políticas governamentais para o turismo no Brasil remontam aos anos 1930, mas inicialmente estavam mais focadas no comércio e nas relações internacionais do que em um planejamento abrangente para o país. Somente a partir dos anos 1990 foi adotada uma política específica para o turismo no Brasil, com estratégias como a descentralização da gestão turística pelo Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

Em 2003, foi criado um Ministério exclusivo para o Turismo no Brasil, e o Plano Nacional de Turismo (PNT) foi elaborado em macroprogramas, desmembrados em atividades relacionadas a diferentes aspectos do desenvolvimento do turismo no país. Os planos subsequentes, como o PNT 2007/2010 e o PNT 2011/2014, estabeleceram objetivos para o turismo brasileiro, incluindo preparações para eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, bem como diretrizes para promover o turismo nacional, aumentar a competitividade e fortalecer a gestão compartilhada da atividade turística.

Espera-se que o governo promova a integração entre planejamento, legislação e gestão ambiental para democratizar o processo de tomada de decisões e legitimar uma nova ordem de natureza social e ambiental. O papel do governo e a abrangência de suas políticas variam de acordo com as necessidades e objetivos de cada localidade, e sua intervenção deve ser dinâmica e sensível às mudanças e influências do ambiente em que atua (SANTOS; CÂNDIDO, 2014).

4.4.1 Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável

o planejamento pode ser aplicado em contextos geográficos diversos, como áreas urbanas e rurais, e em diferentes escalas, desde local até nacional. Ele é considerado sempre um "instrumento do poder" (MARUJO; CARVALHO, 2010), pois quem planeja antecipa, quantifica e orienta o futuro. A ampla gama de conceitos relacionados ao planejamento torna difícil uma definição precisa dessa atividade. De maneira geral, pode-se entendê-lo como um conjunto de atividades que visa criar condições favoráveis para alcançar objetivos estabelecidos, como fornecer facilidades e serviços para atender aos desejos e necessidades de uma comunidade.

No campo do turismo, o planejamento possui diversos conceitos, abrangendo uma variedade de significados, aplicações e usos. Autores diferentes enfatizam diferentes aspectos,

como objetivos, análise da realidade social, etapas ou processos, ou desenvolvimento integrado. Marujo e Carvalho (2010) definem o planejamento turístico como um processo de análise e avaliação destinado a otimizar a contribuição do turismo para a qualidade ambiental e o bem-estar humano. Em outra perspectiva, o planejamento turístico pode ser visto como um esforço para alcançar o melhor padrão possível de desenvolvimento espacial em nível. Os autores também destacam que o planejamento turístico abrange considerações econômicas, sociais e ambientais que refletem a diversidade de fatores que influenciam o setor.

O planejamento turístico reflete tendências mais amplas dentro das tradições de planejamento urbano e regional e evoluiu ao longo do tempo para acompanhar as mudanças na atividade turística. Atualmente, ele ocorre de várias maneiras, abrangendo diferentes aspectos como desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e dos recursos, organização, recursos humanos, divulgação e marketing, em diferentes escalas e períodos (MARUJO; CARVALHO, 2010). Os planejadores governamentais reconhecem cada vez mais o turismo como uma atividade revitalizadora para as economias regionais, capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e trazer benefícios para a população local.

No contexto do turismo, o planejamento é essencial para garantir a viabilidade, organização e sustentabilidade da atividade. Marujo e Carvalho (2010) enumeram os seguintes objetivos do planejamento turístico:

- a) Proporcionar uma disposição estruturada de equipamentos turísticos e infraestruturas ao longo de extensas áreas geográficas;
- b) Coordenar a natureza fragmentada do turismo, especialmente no que diz respeito ao transporte, alojamento, marketing e recursos humanos;
- c) Contribuir para a conservação dos recursos e maximizar os benefícios para a comunidade local;
- d) Distribuir e redistribuir os investimentos relacionados ao turismo e seus benefícios econômicos;
- e) Integrar o turismo nos sistemas de planejamento para conferir à indústria um significado político e legitimidade, já que a maioria dos sistemas de planejamento está sujeita a influências e controle político, fornecendo assim uma medida de status e legitimidade para uma atividade que nem sempre foi levada a sério como uma força para mudanças econômicas e sociais.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

5.1 Transformação Espacial da Praia Da Graciosa

5.1.1 Implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães

Em 1998, teve início a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que resultou na formação do reservatório mencionado, com previsão de fornecimento de água para 2002. Os principais impactos ambientais e as medidas de mitigação ou compensação associadas a esse empreendimento foram documentados em Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) desde 1996 (ARAÚJO, 2003).

Um dos efeitos colaterais dessa construção é a inevitável perda de praias fluviais naturais em áreas urbanas, como a Praia da Graciosa em Palmas (Figura 01). Conforme indicado no RIMA, além de impulsionar a economia da cidade, essas praias representam uma importante fonte de lazer e entretenimento para a comunidade local.

Figura 5 - Antiga Praia da Graciosa



Fonte: Google imagens (2024)

A Praia da Graciosa localizava-se na mata de galeria do rio Tocantins. Embora não possuísse uma infraestrutura turística adequada, foi um dos principais pontos de encontro dos pioneiros da nova capital. Havia palcos improvisados para o espetáculo e as pessoas passavam o dia em barracas. Nos dias que ocorrem os eventos, esta paisagem se modifica.

5.1.2 Projeto Nova Orla

A orla de Palmas, localizada na Praia da Graciosa, sofreu várias transformações ao longo das últimas três décadas, com a concepção e implementação de diversos planos urbanos. A seguir, será apresentado um resumo dessas propostas.

5.1.2.1 Por Ruy Ohtake (1999)

No ano de 1999, o governo estadual (1999-2002) convidou o arquiteto e urbanista Ruy Ohtake para desenvolver uma proposta de uso da Área de Lazer da Capital (ALC) e das margens do futuro reservatório. Dada a grande extensão territorial dessa região, o Projeto Orla de Ruy Ohtake abrange mais de 20 quilômetros ao longo da área urbana planejada, estendendo-se até parte da zona de expansão urbana sul (conforme ilustrado na Figura 6).

Essa proposta envolve a divisão da Área de Lazer da Capital (ALC) em três zonas de uso, a primeira zona, conhecida como "Zona Turística de Edificações", abrigaria empreendimentos de grande impacto urbano, como hotéis, complexos de edifícios residenciais, clubes náuticos e áreas de lazer e recreação (conforme mostrado na Figura 7). Isso resultaria em uma mudança substancial no uso do solo.

A segunda zona seria a "Zona de Parque Linear," destinada ao desenvolvimento de atividades contemplativas e de lazer. A terceira zona, chamada de "Zona de Praias," estaria localizada nas margens do "lago" e incluiria praias artificiais, marinas, ilhas e recifes artificiais (PROJETO ORLA, 1999; O TOCANTINS, 1999).

Figura 6 - Proposta apresentada por Ruy Ohtake para o Projeto Orla.



Fonte: Projeto orla (1999).

Figura 7 - Projeção para a área da nova Praia da Graciosa



Fonte: Palmas ORG (1999).

Quando questionado sobre esse projeto, Ruy Ohtake ressalta que ele possui uma abordagem democrática e socializadora, em oposição a outros projetos de orlas brasileiras que tinham tendências segregadoras e elitistas (O TOCANTINS, 1999).

5.1.2.2 Naturatins/Investco (2000)

Dessa forma, cumprindo o que foi estabelecido na Lei Estadual nº 1.128/2000 (TOCANTINS, 2000), o governo estadual da época solicitou a uma das secretarias governamentais, o Naturatins, que em parceria com a Investco, desenvolvesse uma nova proposta para a Área de Lazer da Capital (ALC) e as margens do futuro reservatório. Essa colaboração evidenciou a participação dos setores público e privado desde a fase inicial do projeto.

O novo Projeto Orla (conforme ilustrado na Figura 8) agrupou as propostas de intervenção em conjuntos de usos, abrangendo áreas tanto de uso público quanto privado, que iam além dos limites da ALC. Seu limite leste estendia-se até a avenida NS 5, em vez da avenida Parque (NS 15), e ao sul chegava até o ribeirão Taquaruçu Grande.

Figura 8 - Proposta apresentada pela parceria Naturatins/Investco para o Projeto Orla.



Fonte: Naturatins; Investco (2000).

É importante destacar que, visando compensar a perda da Praia da Graciosa devido à inundação pelo enchimento do reservatório, o projeto contempla uma porção de terras na ALC SO 14 destinada a atividades de entretenimento e lazer.

5.1.2.3 GrupoQuatro (2002)

No Projeto Orla de 2000, inserido no Plano de Macro Ordenamento Territorial da Cidade (uma colaboração entre a Prefeitura, o Governo do Estado e o Grupo Quatro), a faixa de areia da Praia da Graciosa já se assemelhava à sua configuração atual. A quantidade de lotes privados era consideravelmente menor do que a situação atual, havendo grandes praças públicas e espaços verdes entre as quadras residenciais .

Entretanto, no ano de 2002, uma nova proposta foi elaborada pelo Grupo Quatro Arquitetura para o Projeto Orla, conforme ilustra a Figura 9. Essa nova proposta inclui a introdução de equipamentos privados, como centros comerciais, hotéis, clubes e marinas, além de áreas destinadas à habitação coletiva de média e alta densidade, conforme observado por (VIEIRA em 2019).

Figura 9 - Microparcelamento realizado para o Projeto Orla, de 2002.



Fonte: Grupo Quatro Arquitetura (2012).

A prefeitura seguiu adiante com esse projeto no mesmo ano, iniciando a implementação do micro parcelamento na região da 311 Sul (SO 14).

5.1.3 Nova Praia da Graciosa

A primeira Praia da Graciosa, localizada na margem oposta do rio Tocantins, era um ponto de encontro para os pioneiros de Palmas e inúmeros visitantes durante os meses de junho e julho. Em 2000, com a criação do lago, surgiu a nova Praia da Graciosa, que passou a ser amplamente utilizada para a realização de eventos culturais, de lazer, esportivos e náuticos.

Sendo um dos principais atrativos, a praia está localizada na região sul de Palmas. Por conta da sua beleza cênica é capaz de atrair moradores, turistas e visitantes durante todo o ano (conforme figura 10).

Figura 10 - Praia da Graciosa, Palmas-TO



Fonte: o autor (2024).

A mesma costuma ser utilizada para realização de diversos eventos e abriga uma área para o ancoramento dos flutuantes (figura 11), transporte aquático fortemente utilizado por turistas e visitantes que buscam realizar passeios no lago. Sua faixa de areia corresponde a 50 metros de largura e 400 metros de comprimento. Atualmente, a praia conta com 7 canoas, 8 restaurantes de meio e grande porte e 46 flutuantes.

Figura 11 – Flutuantes Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

É incontestável que a presença dessas estruturas na região causa poluição das águas, uma vez que parte delas não possuem sistemas de tratamento de esgoto. Ao longo de toda a semana, especialmente nos fins de semana, esses locais são frequentados por dezenas, até centenas de pessoas em busca de lazer. Assim como fazem na cidade, esses visitantes jogam nas águas garrafas, plásticos e outros materiais que são poluentes, conforme figuras 12 e 13.

Figura 12- Poluição Praia da Graciosa



Fonte: o autor (2024).

Figura 13 - Poluição Praia da Graciosa



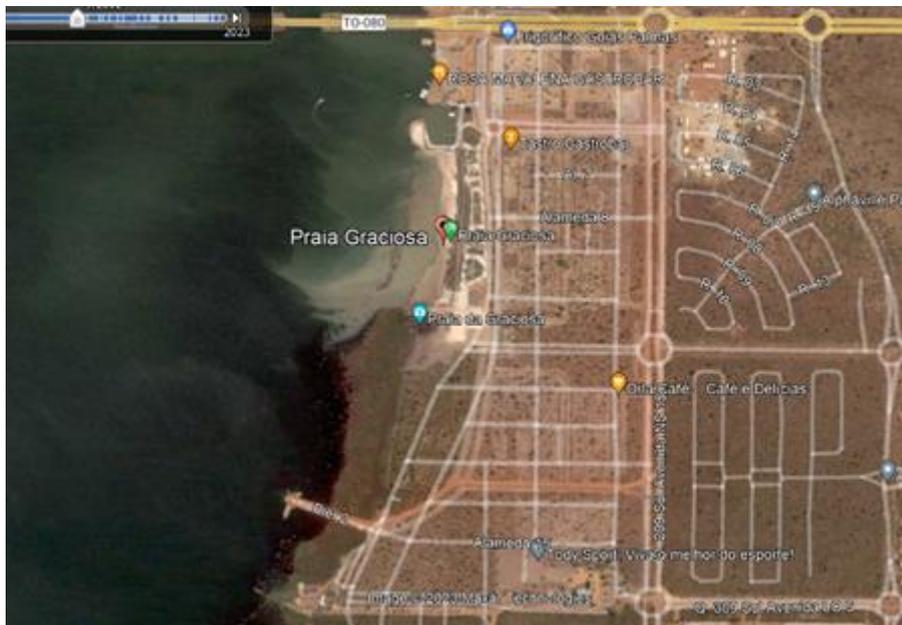
Fonte: o autor (2024).

Apesar das negativas dos proprietários, os esgotos provenientes dos banheiros das embarcações são despejados diretamente nas águas. Essa prática contribui para a poluição dos corpos d'água, comprometendo a qualidade da água e afetando a vida dos animais.

5.1.3.1 Análise temporal da Praia da Graciosa.

A nova Praia da Graciosa, criada após o enchimento do reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães, teve seu desenvolvimento acelerado, tornando-se um local para lazer e turismo, assim como um dos cartões postais do município e área residencial nobre. Nas figuras 14, 15, 16 e 17 pode-se verificar o seu desenvolvimento e as criações condomínios residenciais verticais e horizontais.

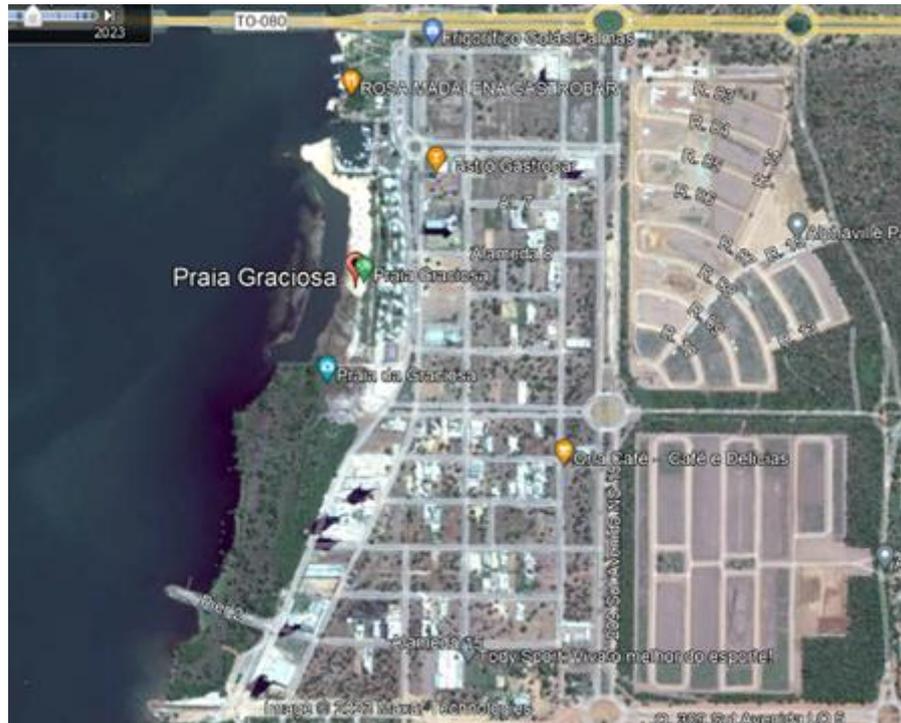
Figura 14 - Praia da Graciosa em 2002



Fonte: Google Earth (2023)

Na figura 15, verifica-se a recém-criada praia em 2002 onde encontra-se a área em seu entorno completamente desocupada, sem presença de imóveis residenciais ou comerciais. Na figura, há o sombreamento da infraestrutura existente atualmente em 2023.

Figura 16 - Praia da Graciosa em 2016



Fonte: Google Earth (2023)

Figura 17 - Praia da Graciosa em 2023



Fonte: Google Earth (2023)

Atualmente, há dezenas de condomínios verticais entre concluídos e em andamento. Nas campanhas publicitárias é ressaltada a proximidade com o principal ponto turístico

da capital (Praia da Graciosa), o tamanho generoso das unidades habitacionais (apartamentos com quase 300m²), a vista panorâmica para o lago e o contato com a natureza (figura 13). As figuras 14, 15 e 16 ilustram alguns empreendimentos com a localização próxima à Praia da Graciosa.

Figura 18 – Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa



Fonte: o autor (2024).

Figura 19 – Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa



Fonte: o autor (2024).

Figura 20 - Empreendimentos próximos a Praia da Graciosa



Fonte: Balsan (2023).

O crescimento em torno da Praia da Graciosa está sendo exponencial, e tem sido acompanhado por um aumento significativo na construção de novos empreendimentos imobiliários, tanto residenciais quanto comerciais. O desenvolvimento urbano nessa região tem sido impulsionado pelo turismo e pela expansão econômica, resultando em um aumento na demanda por propriedades.

5.1.4 A verticalização e modificações no espaço

A verticalização está intimamente ligada à expansão urbana que ocorre paralelamente ao crescimento populacional de uma cidade. A construção de edifícios altera o espaço urbano à medida que exige o desenvolvimento de outras características associadas a esse processo. Para Tows e Mendes (2011), verticalização está experimentando um aumento tanto em termos

quantitativos quanto espaciais, com características distintas que, ao longo de sua evolução, têm modificado a aparência da paisagem urbana e a forma de vida na cidade. Os efeitos da verticalização abrangem uma variedade de áreas, incluindo aspectos ecológicos, políticos, climáticos, fisiológicos, éticos e até mesmo psicológicos.

A verticalização é consequência do capital produzido em um determinado espaço urbano, sobre esse fato Santos (1959 apud MONTEIRO; OLIVEIRA, 2013), afirma que os edifícios são resultado da evolução da cidade, da necessidade de concentrar sobre espaços relativamente restritos o maior número possível de atividades, visando também obter sobre um determinado espaço a maior renda, através da multiplicação do solo. No entanto, de acordo com Ramirez (1998 apud TOWS; MENDES, 2011, p.9) "A verticalização não deve ser considerada como consequência natural da urbanização, mas sim como uma das opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das diferentes cidades."

De acordo com Nunes (2011) a construção de edifícios resulta em um aumento no adensamento, incluindo o aumento da população, do número de veículos e da circulação, o que, por sua vez, leva a conflitos mais frequentes com os pedestres em áreas de lazer, jardins e calçadas na cidade. Além disso, a construção de prédios contribui para o aumento da concentração de dióxido de carbono, poeira e material particulado em suspensão.

Por outro lado, Costa (2008, citado em MONTEIRO; OLIVEIRA, 2013) destaca tanto os pontos positivos quanto os negativos do processo de verticalização. Os aspectos positivos incluem a otimização do uso do solo, a racionalização dos custos de habitação, a minimização das distâncias percorridas e o aumento da segurança. Entretanto, os aspectos negativos se manifestam na sobrecarga da infraestrutura, na impermeabilização do solo e no aumento da área exposta, o que contribui para o aumento da temperatura e a formação de ilhas de calor."

Nunes (2011) concorda que os edifícios, mesmo quando projetados com eficiência ecológica e atendendo aos conceitos sustentáveis, geram impactos significativos, principalmente em relação ao consumo de energia. Eles atuam como obstáculos ao processo de ventilação natural, funcionando como quebra-ventos. As áreas localizadas a montante dessas barreiras ficam sujeitas a zonas de baixa pressão, deficiência vegetal, baixa taxa de evaporação e, como resultado, experimentam um aumento na temperatura.

Monteiro e Oliveira (2013, p.9) explicam como ocorre esse aumento de temperatura:

"O aumento da temperatura ocorre devido à radiação solar que incide sobre as superfícies da Terra com vários elementos que a compõem. Essa relação possibilita, não só a iluminação natural, mas também o ganho de calor. As edificações nas cidades potencializam o ganho de calor alterando a rugosidade, a forma do relevo e a impermeabilidade do solo."

O processo de verticalização provoca alterações no espaço urbano bem como na sociedade e sua economia. Isso se deve ao fato de que a verticalização desencadeia migração interna e segregação urbana. Do ponto de vista econômico, a verticalização ocorre principalmente nas áreas mais valorizadas da cidade.

A verticalização envolve questões de preferência e estética, mas, acima de tudo, é uma questão de funcionalidade que está intrinsecamente ligada à organização do espaço urbano (GOMES; SOARES, 2004).

Conforme observado por Rahy (2012, p.2012), ao longo do tempo, edifícios de grande altura vão se sobrepondo uns aos outros. Os mais recentes e mais altos acabam tornando os anteriores comparativamente pequenos em termos de dimensão vertical. As consequências dessa verticalização abrangem uma ampla gama de aspectos, incluindo aqueles relacionados a questões climáticas, ecológicas, políticas, físico-biológicas, éticas e psicológicas.

Monteiro e Oliveira (2013) ressaltam diversos impactos negativos, incluindo a sobrecarga na infraestrutura, a impermeabilização do solo e o aumento da área exposta à radiação, resultando na formação de ilhas de calor. Além disso, o sombreamento causado pelas edificações leva à redução da insolação, o que pode resultar na proliferação de fungos e no aumento das doenças respiratórias.

A cidade submetida à verticalização perde uma parte de seu horizonte, resultando em uma diminuição da perspectiva de visão da paisagem natural. Essa perda não diz respeito apenas à paisagem, mas também à qualidade ambiental urbana.

5.1.5 Impactos decorrentes a verticalização no entorno da Praia da Graciosa

5.1.5.1 Paisagem urbana

A paisagem urbana desempenha um papel significativo, e atualmente, a poluição visual causada por essas estruturas não é tão acentuada como observado na figura 21, já que o entorno ainda preserva sua característica horizontal. No entanto, se ao longo do tempo o processo de verticalização continuar nesse ritmo, há o risco de um impacto visual acentuado, potencialmente resultando em locais que causam a sensação de "confinamento". A construção contínua de edifícios com mais de 20 andares, lado a lado, forma um corredor de estruturas altas que pode criar uma barreira visual, afetando a ventilação e a exposição solar.

Figura 21 - Entorno Atual na Praia da Graciosa



Fonte: Caio Pederneiras/Shutterstock (2023).

Nota-se com a pesquisa que a localização das edificações verticalizadas coincide com investimentos públicos e de convergência de classe social de alta renda e que são locais de lazer para essa população, e de grande valor turístico para o estado do Tocantins.

A verticalização é um fenômeno que afeta todas as escalas das cidades brasileiras, desde os pequenos aglomerados urbanos até as grandes metrópoles como São Paulo. Para Spode, Rocha e De Aguiar (2021) essa mudança na forma de construir tem um impacto significativo na dinâmica econômica da construção civil e do mercado imobiliário.

A verticalização urbana no Brasil é caracterizada por Spode, Rocha e De Aguiar (2021) como o resultado de uma estratégia entre diversos setores do capital - como o fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro - que molda o espaço urbano conforme seus interesses. Esse processo, politicamente definido, determina os limites da expansão do solo urbano. A rápida verticalização das paisagens urbanas transforma extensas áreas em áreas de concreto e aço, acarretando uma série de problemas socioespaciais. Isso inclui alterações no clima urbano, obstrução da circulação de ar, sombreamento e problemas associados à especulação imobiliária, como a segregação residencial e a seletividade dos serviços urbanos.

A verticalização urbana, sobretudo impulsionada pelo setor imobiliário, é evidente nas cidades contemporâneas, representando uma mudança significativa na paisagem urbana ao longo do tempo. Um exemplo notável desse fenômeno é Balneário Camboriú (figura 22), em Santa Catarina, onde a verticalização tem sido expressiva nas últimas décadas, especialmente ao longo da linha costeira, impulsionada pelo turismo.

Balneário Camboriú, apesar de ser o segundo menor município de Santa Catarina em termos de área, possui uma das maiores densidades populacionais do estado, com toda a sua população vivendo em áreas urbanas. A verticalização nessa região é impulsionada pela demanda turística, com investimentos significativos do setor da construção civil e imobiliário concentrados na faixa litorânea, devido ao alto fluxo de turistas, especialmente durante o verão (SPODE; ROCHA; DE AGUIAR, 2021).

A presença de uma população flutuante que ultrapassa 1 milhão de pessoas durante a temporada de verão reflete a intensa atividade turística. Isso resulta na construção de edifícios em grande escala, muitas vezes situados muito próximos à praia, o que tem consequências socioespaciais e ambientais significativas, como a segregação residencial, alterações no clima urbano e sombreamento da praia (SPODE; ROCHA; DE AGUIAR, 2021).

Figura 22 – Processo de verticalização em Balneário Camboriú.



Fonte: Google imagens (2024).

Quando falamos de pequenas cidades, esse processo se torna ainda mais evidente, especialmente porque é um fenômeno que tem ocorrido com maior intensidade nos últimos anos. Nas pequenas cidades, é possível notar a construção de edifícios, principalmente nas áreas centrais, muitas vezes envolvendo a demolição de construções antigas, algumas delas de valor histórico, para dar lugar a edifícios de médio ou até mesmo grande porte. A figura 23 ilustra o processo de verticalização na Praia da Graciosa, localizada em Palmas/TO.

Figura 23 – Verticalização na Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

Para Dos Santos (2015), a verticalização não se resume apenas a uma questão de preferência estética; é fundamentalmente uma questão de funcionalidade que influencia a organicidade do espaço urbano). Conforme Dos Santos (2015), os edifícios de grande altura gradualmente se sobrepõem ao longo do tempo. Os mais recentes e altos transformam os anteriores em estruturas verticalmente menores. As repercussões dessa verticalização abrangem uma ampla gama de aspectos, desde questões climáticas e ecológicas até políticas, físico-biológicas, éticas e psicológicas.

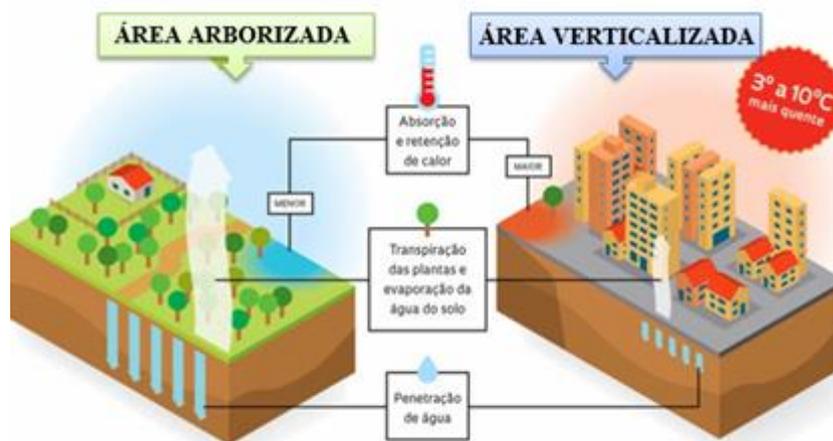
Um edifício com uma verticalização marcante é capaz de alterar a paisagem de uma rua, gerando impactos socioambientais significativos às cidades. Dos Santos (2015) destaca que o planejamento de uma construção com verticalização pronunciada deve sempre levar em consideração o nível de interferência que ela causa a curtas, médias e longas distâncias. O autor ainda aponta impactos negativos, como a sobrecarga na infraestrutura urbana, a impermeabilização do solo e o aumento da área exposta à radiação solar, gerando ilhas de calor.

Além disso, o sombreamento causado pelos edifícios pode diminuir a insolação, levando à proliferação de fungos e ao aumento de doenças respiratórias.

5.1.5.2 Climatização

A verticalização claramente incentiva a perda da ventilação natural, devido à reduzida velocidade de evaporação e aos obstáculos apresentados pelos edifícios mais altos, resultando nas chamadas "ilhas de calor" (SIQUEIRA-GAY; DIBO; GIANNOTTI, 2017). Essa interferência no fluxo natural do ar e na capacidade de dissipação térmica do ambiente urbano cria condições propícias para o aumento das temperaturas locais. Além disso, a falta de espaços abertos e a predominância de estruturas verticais contribuem para a retenção de calor, intensificando ainda mais o fenômeno das ilhas de calor e comprometendo o conforto térmico dos habitantes urbanos como notado na figura 24.

Figura 24 - Fenômeno das ilhas de calor



Fonte: Adaptação do autor (2023).

Um exemplo dos efeitos da expansão dos edifícios residenciais nas áreas urbanas é visível em Fortaleza, onde essa tendência tem levado ao fechamento de espaços que anteriormente eram abertos. Este fenômeno está ligado à crescente procura por apartamentos em áreas privilegiadas, como a Aldeota. Um caso emblemático é o do Edifício Veneza, projetado pelos engenheiros José Nasser Hissa e Francisco Xisto Medeiros. A partir desse marco, testemunhamos um aumento expressivo na construção de edifícios altos, provocando transformações notáveis na paisagem urbana. Na época da inauguração do Edifício Veneza, as

regulamentações permitiam a construção de até 18 pavimentos, resultando na substituição de cerca de 90% das áreas residenciais por apartamentos. Essa mudança teve implicações significativas, incluindo a sobrecarga da infraestrutura urbana, a impermeabilização do solo e a ampliação da exposição à radiação solar (FARIAS; RAVIOLO; CAVALCANTE, 2017).

5.1.5.3 Impacto da verticalização no trânsito e estresse urbano

A perspectiva futura da Praia da Graciosa enfrenta desafios decorrentes da verticalização, que prometem intensificar a aglomeração de carros no trânsito, resultando em estresse e adensamento. O crescimento previsto na construção de edifícios mais altos na região sugere um aumento proporcional no número de veículos, potencialmente gerando congestionamentos frequentes nas proximidades da praia. Como afirma Spode, Rocha e De Aguiar (2021, p. 249) “ A verticalização trata-se da construção de edifícios comerciais e para moradias, impulsionados pela crescente especulação imobiliária, que faz com que grandes investimentos de capital sejam implementados neste setor, causando uma série de impactos socioespaciais nas cidades”. Esta projeção ameaça comprometer a fluidez do tráfego e levanta preocupações sobre o impacto psicológico nos frequentadores, à medida que a proximidade apertada dos carros e o adensamento urbano se tornam características predominantes, exemplificado na figura 25.

Figura 25 – Impacto da verticalização no trânsito.



Fonte: Google Imagens (2024).

Ao buscar para a pesquisa reportagens jornalísticas sobre o congestionamento de carro, encontramos reportagens sobre aglomerações de veículos (G1 Tocantins, 2021). Mesmo ainda

sendo os congestionamentos presentes em alguns dos finais de semana, feriados e, em datas comemorativas evidencia-se in locus o congestionamento e os estacionamentos lotados.

Como afirma De Souza (2009, p. 131),

A deterioração da qualidade de vida e da qualidade ambiental urbana é visível e profunda: a maioria dos moradores das áreas que sofrem verticalização os quais foram entrevistados informalmente, mostrou-se incomodada com o aumento do número de vizinhos, do barulho constante, da falta de liberdade para estacionar seus carros em suas portas e garagens e do congestionamento, além da desvalorização de seus imóveis devido a perda de privacidade de seu interior construído e de suas áreas de lazer.

Portanto, a verticalização muitas vezes traz consigo uma série de inconvenientes para os moradores locais, que podem impactar significativamente seu bem-estar e conforto.

5.1.5.4 Elitização dos entornos

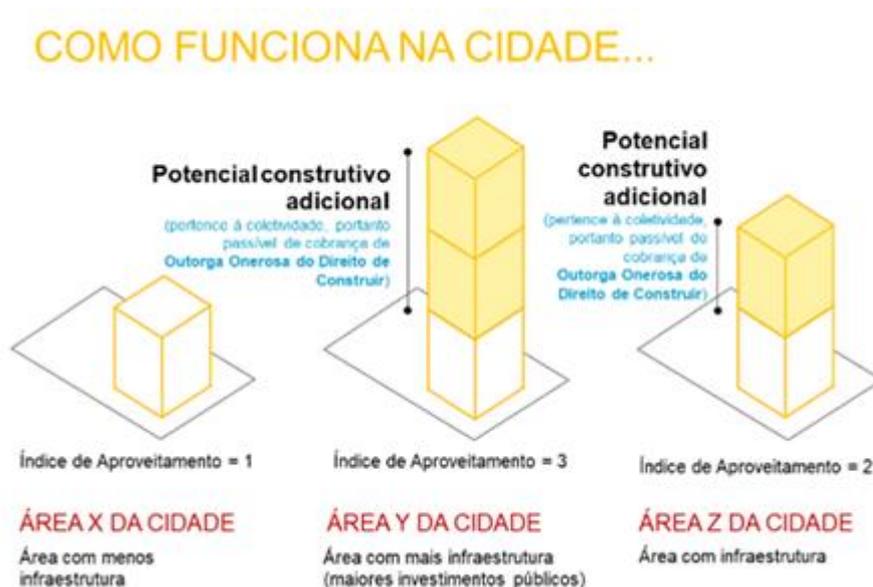
A elitização dos entornos da Praia da Graciosa, é um fenômeno em ascensão, influenciado pela expansão urbana e a crescente demanda por imóveis em localizações privilegiadas. O desenvolvimento de empreendimentos de luxo tem moldado a paisagem, atraindo uma clientela mais abastada e alterando a dinâmica socioeconômica da região. A Praia da Graciosa, é acessível a diversos estratos sociais, porém os imóveis no seu entorno se torna um enclave de exclusividade, refletindo uma tendência mais ampla de elitização em áreas costeiras urbanas.

No contexto desse processo, as outorgas onerosas nos prédios da Praia da Graciosa desempenham um papel significativo. Essas outorgas, que são pagamentos feitos pelos construtores em troca de benefícios como aumento de potencial construtivo, têm sido uma estratégia comum para financiar o desenvolvimento urbano. A pressão sobre a acessibilidade e a exclusividade resultante dessas práticas restringe o acesso a determinadas camadas sociais, e impacta negativamente a coesão social e a preservação da diversidade na região. À medida que a verticalização se intensifica, é crucial considerar como essas outorgas onerosas podem ser gerenciadas de forma a garantir que o desenvolvimento econômico não resulte na exclusão de camadas menos favorecidas da população, ou seja aumentando a desigualdade social.

5.1.5.4.1 O princípio de ortoga onerosa

A outorga onerosa é um instrumento urbanístico utilizado para regular o direito de construir em determinadas áreas urbanas (FURTADO, 2007). Geralmente aplicada em contextos de crescimento urbano intenso, essa prática concede aos proprietários o direito de construir além dos limites estabelecidos pelo zoneamento, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira ao poder público. Essa contrapartida tem o propósito de compensar os custos e impactos gerados pela expansão urbana, contribuindo para financiar infraestrutura, serviços públicos e melhorias nas áreas afetadas. A outorga onerosa é uma estratégia para equilibrar o desenvolvimento imobiliário e o interesse público na organização e planejamento das cidades. Ao observar atentamente a figura 26, torna-se manifesta a eficácia notável da aplicação da outorga onerosa nas cidades, destacando de forma clara e elucidativa como esse instrumento desempenha um papel fundamental no ordenamento urbano.

Figura 26 - Funcionalidade da Outorga Onerosa nas Cidades



Fonte: WRI Brasil (2009).

5.1.5.4.2 Ortoga onerosa Lei Complementar nº 274 de Palmas, Tocantins

A Lei Complementar nº 274, de 28 de dezembro de 2012, da Prefeitura Municipal de Palmas, Tocantins, estabelece as diretrizes para a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e da Mudança de Uso. O objetivo principal é promover o melhor aproveitamento

das edificações nas Áreas Estruturantes, conforme definido na Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, 2012).

A legislação abrange diversas modalidades, incluindo a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) para o aumento do coeficiente de aproveitamento do lote, a Outorga Onerosa da Mudança de Uso (OOMU) para a alteração ou inclusão de uso do solo, e a Outorga Onerosa da Regularização de Edificação (OORE) para obras construídas em desacordo com a legislação urbanística (PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, 2012).

A contrapartida financeira para a Outorga Onerosa varia de acordo com a modalidade e é calculada com base em fórmulas específicas. Os recursos arrecadados são destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, alinhando-se aos princípios do Estatuto das Cidades.

A concessão da Outorga Onerosa depende da assinatura de um Termo de Compromisso entre o Empreendedor e o Poder Público Municipal, e a legislação estabelece prazos e condições para a aplicação desses benefícios, visando o desenvolvimento urbano equilibrado. A lei também prevê situações específicas de dispensa de pagamento da contrapartida, como para a construção de Habitação de Interesse Social (HIS) e obras realizadas pelo Poder Público Municipal.

Além disso, a legislação destaca a importância da avaliação periódica do Estoque de Potencial Construtivo e a necessidade de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) em determinadas situações.

Em suma, a Lei Complementar nº 274 visa regular o crescimento urbano, equilibrando a expansão das edificações com a contrapartida financeira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade de Palmas.

Como exemplo, utilizando informações fornecidas pela Secretaria de Urbanismo sobre a implementação da outorga onerosa, destaca-se o empreendimento situado na orla 14 da Graciosa, quadra 35, em que o lote não será exposto visando preservar a privacidade do proprietário.

Conforme estipulado pela Lei Municipal nº 386/93, que trata do Uso do Solo, o lote possui uma área de 2.315,52 m². Segundo a legislação, este lote tem destinação obrigatória para serviços relacionados ao turismo, gastronomia e hospedagem. Em relação aos lotes das quadras 21, 34, 35, 36, 37, 38 e 39, os usos permitidos incluem habitação coletiva em todos os pavimentos, bem como habitação singular. Além disso, os afastamentos mínimos obrigatórios estão detalhados no quadro 3, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Quadro 3 - Os afastamentos mínimos obrigatórios

Recuos	Frontal	Lado Direito	Lado Esquerdo	Fundo
Subsolo	7,00 m	3,00m	3,00m	0,00m
Térreo	7,00 m	3,00m	3,00m	0,00m
Demais Andar	7,00 m	3,00m	3,00m	0,00m

Fonte: Cetidão de uso do solo nº29/2014, 2014

O índice de aproveitamento máximo original é estabelecido em 3,0 (três), indicando que a ocupação do lote pode atingir o valor máximo permitido. Entretanto, é fundamental observar que essa ocupação máxima deve ser realizada respeitando os limites preestabelecidos, garantindo a conformidade com as diretrizes urbanísticas estipuladas.

Com base na Outorga Onerosa do Direito de Construir, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 274, de 28 de dezembro de 2012, é possível identificar alterações nos índices referentes ao lote em questão, conforme ilustrado na figura 27.

Figura 27 - Cálculo de outorga onerosa

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
 Superintendência de Administração Tributária
CÁLCULO DE OUTORGA ONEROSA

INTERESSADO: FEDERAL INCORPORADORA
 PROCESSO: 2013047266

ENDEREÇO: ORLA 14 - GRACIOSA QD 35 LT [REDACTED] CCI: 68361

TIPO: OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

VO: $VAE \times I \times QM$

VAE	VALOR DA ÁREA EDIFICÁVEL (VALOR DO LOTE CONFORME PLANTA / ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO)
I	COEFICIENTE DE AJUSTE - 0,75 PARA ÁREAS PRIORITÁRIAS E PREFERENCIAIS E 1,00 PARA DEMAIS ÁREAS
QM	METROS QUADRADOS ACRESCIDOS (ÁREA QUE EXCEDE O PERMITIDO PELO USO DO SOLO)

ÁREA TERRENO	2.315,52	
VLR PVG M ²	126,10	
Fator de Correção	1,00	
VLR PVG M ² (corrigido)	126,10	
VALOR DO LOTE CONF PVG	291.987,07	
ÁREA MÁXIMA CONSTRUÇÃO	6.946,56	Índice atual 3,00
ÁREA COM OUTORGA	10.419,84	Índice solicitado 4,5000
ÁREA EXCEDENTE	3.473,28	

Zona Comercial 1.1, conf. Lei 1.952/2012
 Imóvel com 2 frentes, conf. Lei 1.952/2012

VAE	42,03
COEFICIENTE	0,75
QM	3.473,28

VO: 109.495,15

João Racciano Júnior
 Superintendente de Administração
 Secretaria Municipal de Finanças

Fonte: Secretária de desenvolvimento urbano (2019)

Observa-se que a outorga onerosa facilita a elitização dos entornos urbanos, impulsionada pela predominância de edifícios e apartamentos de alto padrão. Isso representa uma faceta notável do desenvolvimento urbano contemporâneo. A concentração significativa de empreendimentos voltados para uma clientela mais abastada molda a paisagem redefinindo as dinâmicas socioeconômicas das áreas circunvizinhas.

A predominância dessas construções luxuosas amplifica as disparidades socioeconômicas, estabelecendo enclaves exclusivos que restringem o acesso a determinadas camadas da sociedade. Essa tendência de elitização modifica a identidade dessas regiões e apresenta desafios em relação à diversidade social e à acessibilidade. Isso requer uma reflexão crítica sobre os impactos dessa configuração espacial na trama social das cidades.

5.2 O perfil do visitante da Praia Da Graciosa

Serão apresentados os dados coletados na temporada de praia no ano de 2022 durante o evento “Palmas Férias” organizado pela prefeitura. A pesquisa foi conduzida com o total de 108 pessoas, 46 turistas e 62 moradores. Tornando possível traçar um perfil socioeconômico dos turistas e visitantes locais que frequentam a Praia da Graciosa, assim como a percepção dos mesmo em relação ao turismo da região e como o espaço é visto por eles.

5.2.1 Perfil socioeconômico dos usuários

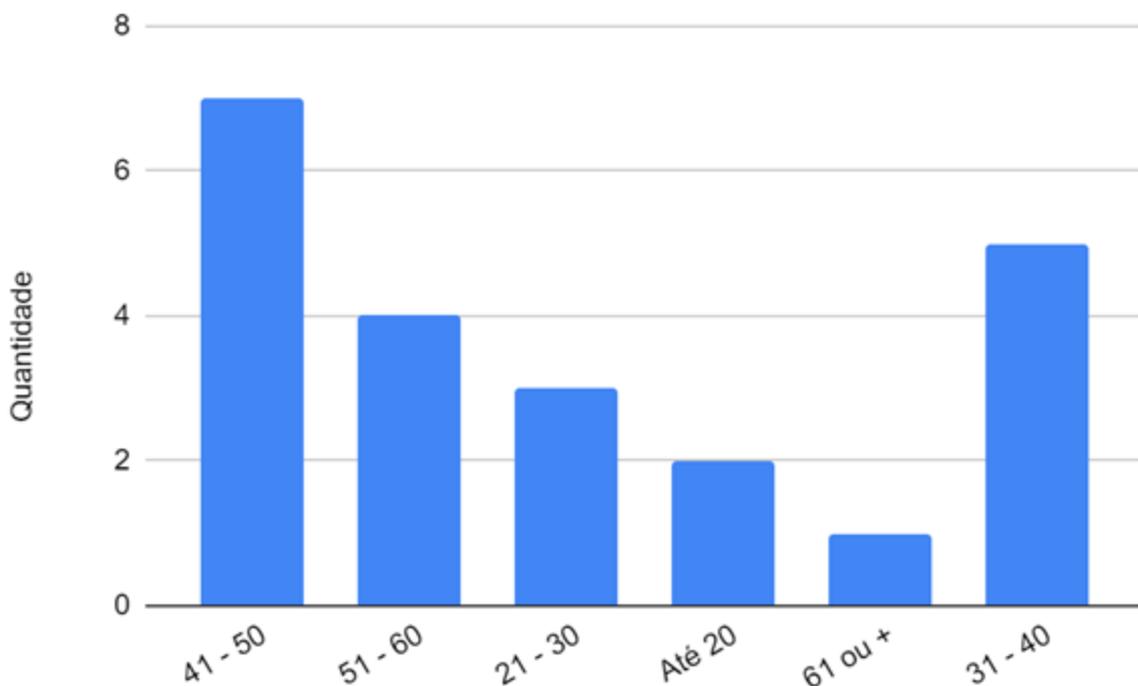
A análise das respostas dos questionários revelou informações significativas sobre a demografia dos frequentadores das praias em questão. No que diz respeito à idade, notou-se que as faixas etárias mais prevalentes para turistas eram aquelas de 41-50 anos e 31-40 anos (figura 28), enquanto para os visitantes locais, as faixas predominantes eram de 21-30 anos e 31-40 anos (figura 29). Vale ressaltar que, como Palmas é uma das capitais mais novas do Brasil, seus moradores tendem a ser mais jovens. Esses dados são consistentes com os resultados obtidos por pesquisadores anteriores, como Caldas (2007) e Brito (2009), que conduziram estudos semelhantes na região costeira da Bahia.

De acordo com os achados de Caldas (2007), que realizou um levantamento do perfil socioeconômico de 44 usuários durante o Clean Up Day Bahia 2007, 66% dos entrevistados nas praias do Porto da Barra e 60% em Boa Viagem, ambas localizadas em Salvador, Bahia, se enquadram nas três faixas etárias mais jovens. Além disso, o estudo de Brito (2009), que entrevistou 100 usuários na Praia de Armação, também em Salvador, revelou que

aproximadamente 82% dos entrevistados se encontravam nas faixas etárias mencionadas anteriormente. Esses resultados reforçam a tendência de um perfil predominantemente jovem entre os frequentadores dessas praias.

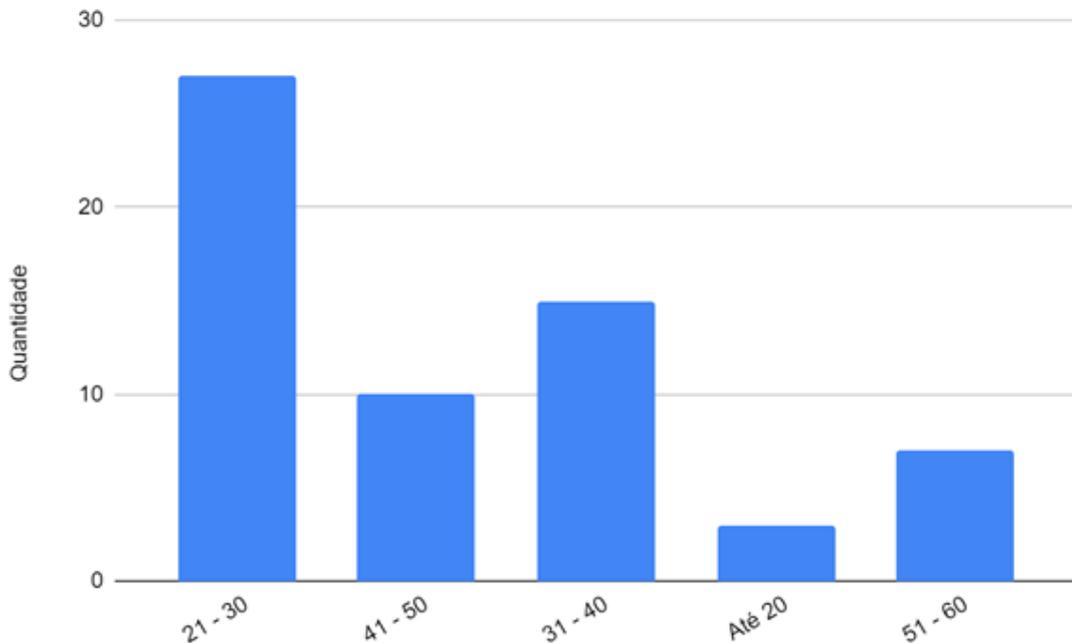
Essas informações são de grande relevância para a gestão e o planejamento de atividades turísticas e de lazer nessas áreas costeiras, uma vez que permitem que as autoridades locais e os empreendedores entendam melhor o perfil demográfico de seu público-alvo e adaptem suas ofertas de acordo com as preferências e características desse público.

Figura 28 - Faixa etária dos turistas que frequentam a Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.



Fonte: o autor (2024).

Figura 29 - Faixa etária dos visitantes locais que frequentam a Praia da Graciosa a Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.

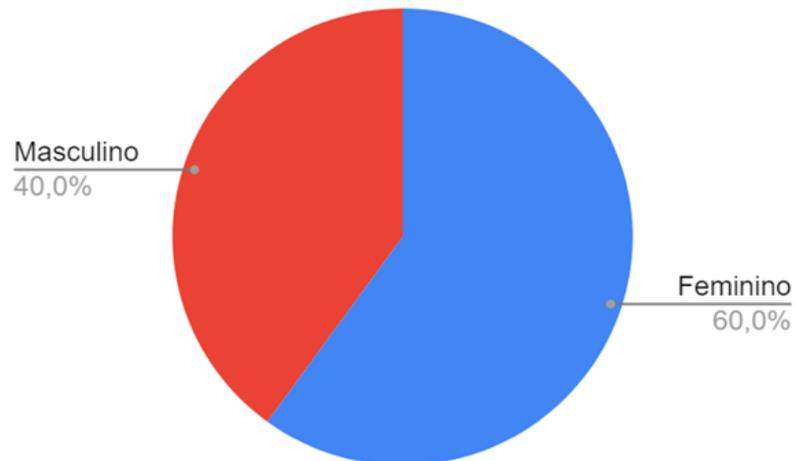


Fonte: o autor (2024).

Em contraste com as descobertas de Brito (2009) e Caldas (2007), que identificaram uma predominância de frequentadores do sexo masculino em suas pesquisas, com 65% e 70%, respectivamente, os resultados referentes ao gênero dos frequentadores da Praia da Graciosa revelaram uma tendência diferente. Tanto para os turistas (figura 30) quanto para os visitantes locais (como evidenciado na figura 31), observou-se uma maior frequência do gênero feminino, representando 60% e 67,7%, respectivamente.

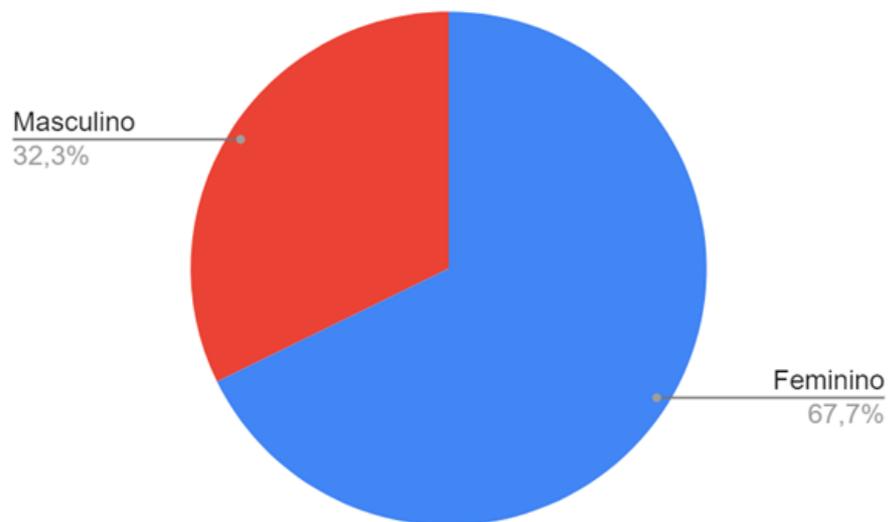
Esses achados estão alinhados com as conclusões de um estudo anterior conduzido por Bom e colaboradores (2020) nas praias de Vitória, no Espírito Santo. Nesse estudo, também foi identificada uma maior presença de mulheres entre os frequentadores das praias, sugerindo uma tendência regional consistente.

Figura 30 - Frequência por gênero dos turistas da Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.



Fonte: o autor (2024).

Figura 31 - Frequência por gênero dos visitantes locais da Praia da Graciosa na temporada de Praia de 2022.



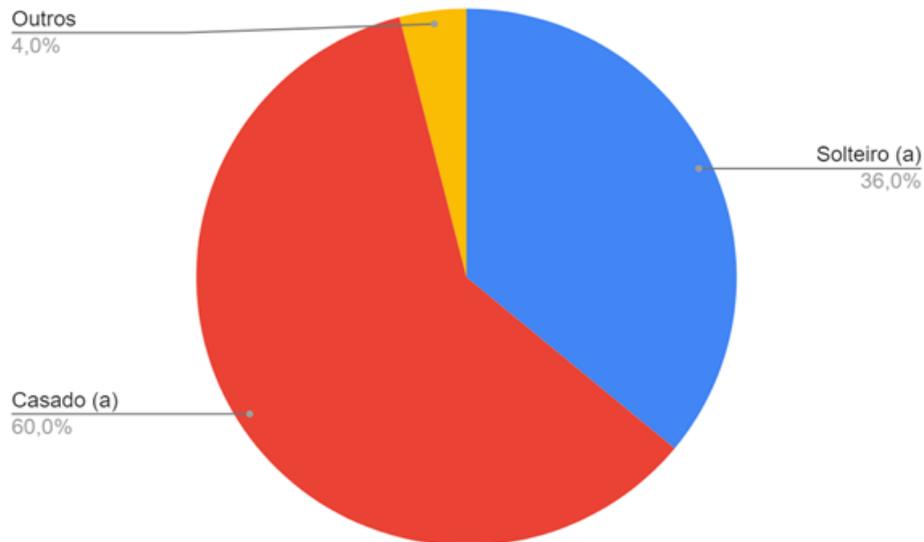
Fonte: o autor (2024).

Ao analisar o estado civil dos entrevistados que participaram do estudo, destacou-se uma clara predominância do estado civil "casado (a)" entre os turistas que visitaram a Praia da Graciosa durante o período de coleta de dados, representando expressivos 60% do total de entrevistados (figura 32). Essa estatística sugere que a praia pode ser um destino particularmente atraente para casais em busca de momentos de lazer e relaxamento.

No que diz respeito aos visitantes locais, notou-se uma distribuição de estado civil mais equilibrada, com uma ligeira diferença entre "casado(a)" e "solteiro(a)". Cerca de 46,8% dos locais eram casados, enquanto 43,5% eram solteiros (figura 33). Essa proximidade nas estatísticas sugere que a Praia da Graciosa é um local frequentado tanto por famílias e casais como solteiros.

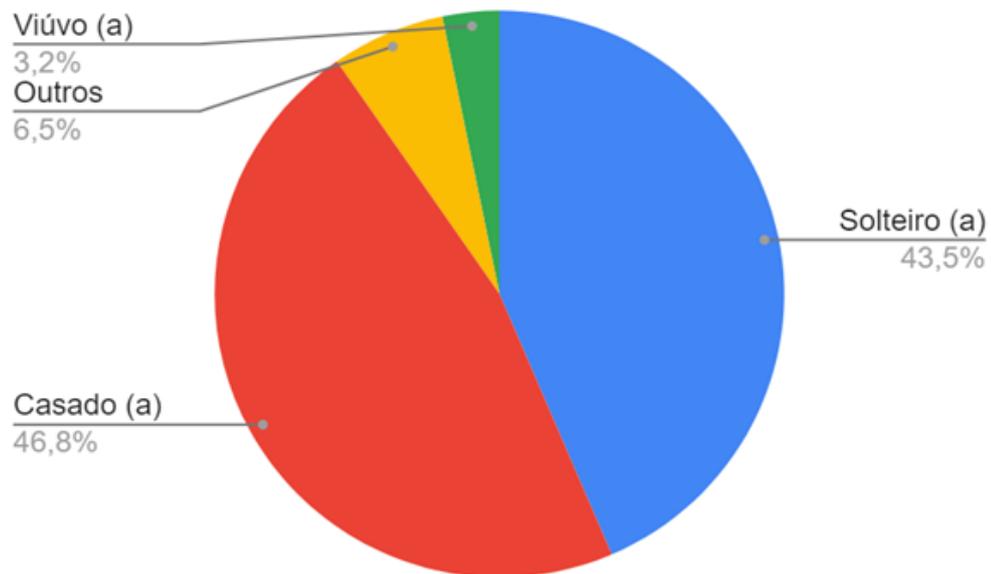
Essas informações sobre o estado civil dos visitantes são valiosas para entender o perfil demográfico daqueles que frequentam a Praia da Graciosa, auxiliando na elaboração de estratégias de marketing e promoção mais direcionadas e eficazes.

Figura 32 - Estado civil dos turistas entrevistados na Praia da Graciosa na temporada de praia de 2022.



Fonte: o autor (2024).

Figura 33- Estado civil dos visitantes locais entrevistados na praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.



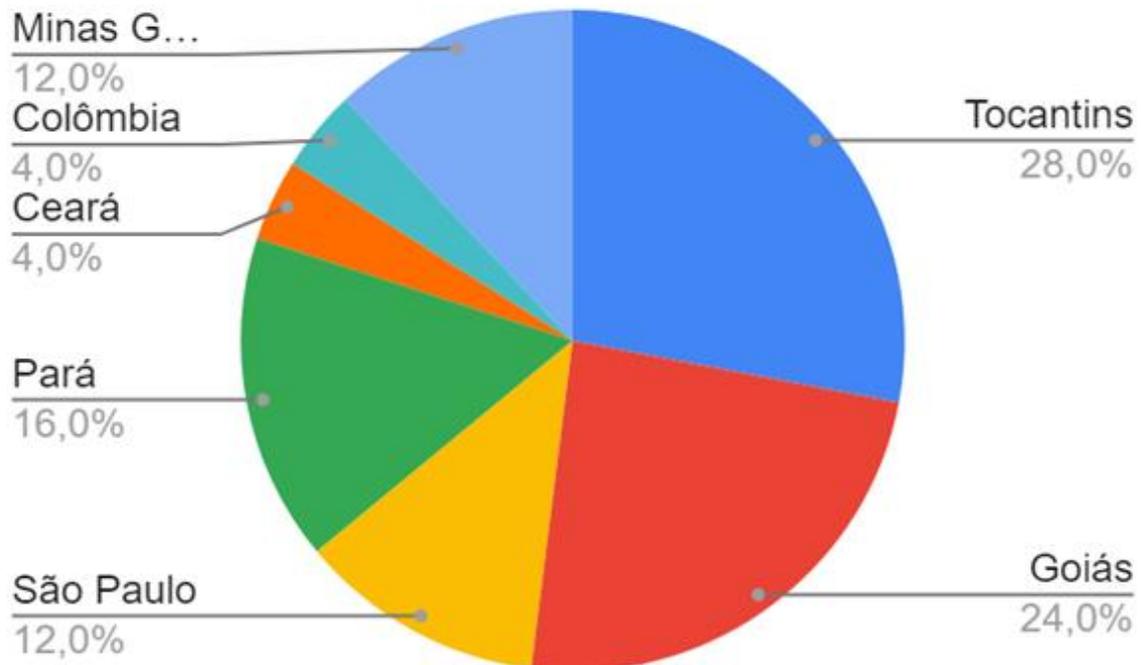
Fonte: o autor (2024).

No que diz respeito à procedência dos usuários, é notável que a maioria deles era composta por residentes do próprio estado, uma tendência que se assemelha aos achados de estudos anteriores, como os de Brito (2009), Caldas (2007) e Santana Neto et al. (2011). Este fato denota uma conexão local forte entre os usuários e o serviço em questão.

Além disso, observou-se que o Estado de Goiás também apresentou uma significativa representatividade, com 24% dos usuários, o que sugere uma expansão da utilização do serviço para além das fronteiras estaduais. Por outro lado, o estado do Pará teve uma parcela de 16% de representatividade (figura 34), indicando um interesse considerável nessa região, embora em menor escala do que o estado de origem dos usuários.

Essa distribuição geográfica diversificada demonstra que o serviço em questão atraiu uma base de usuários tanto locais quanto de outras regiões, o que pode ser relevante para estratégias futuras de expansão e promoção.

Figura 34 - Local de origem dos turistas entrevistados na praia.



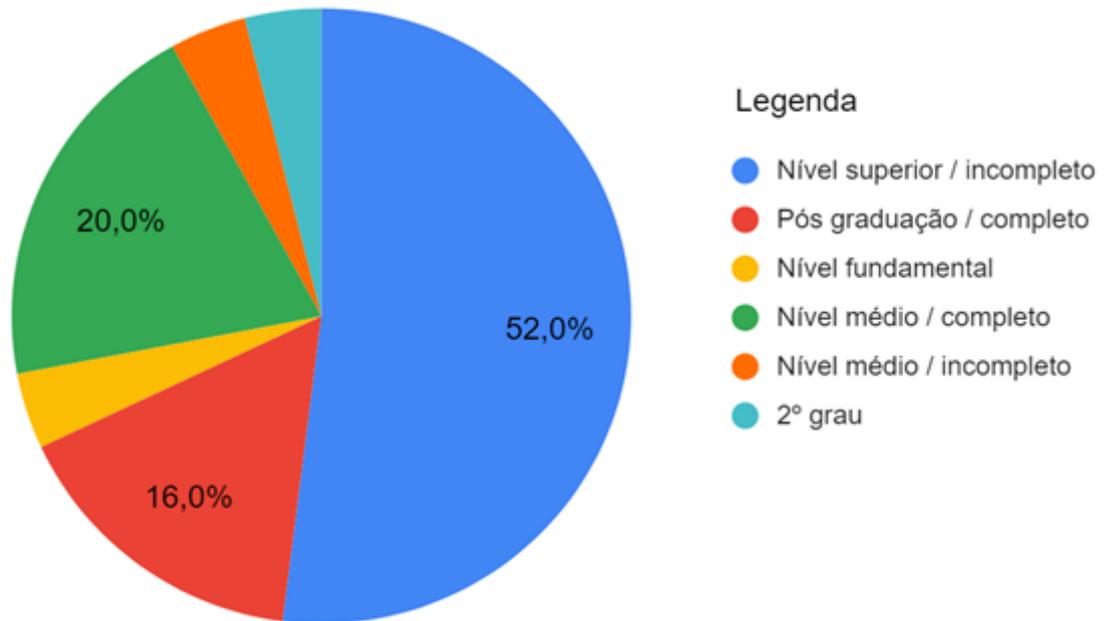
Fonte: o autor (2024).

Conforme observado, os achados deste estudo corroboram com as conclusões de Santana Neto e seus colaboradores (2011) no que se refere ao nível de escolaridade dos visitantes da Praia da Graciosa e dos locais. De maneira semelhante, a maior representatividade educacional entre ambos grupos é representada pelo ensino superior completo ou incompleto (figura 35 e 36).

Essa tendência em direção ao ensino superior demonstra que tanto os turistas quanto os habitantes da região possuem um nível educacional acima da média, o que pode ter implicações significativas para o desenvolvimento econômico e cultural da área. A presença de uma população com maior nível de instrução frequentando a Praia da Graciosa pode influenciar positivamente a demanda por serviços de qualidade e atividades de entretenimento mais diversificadas.

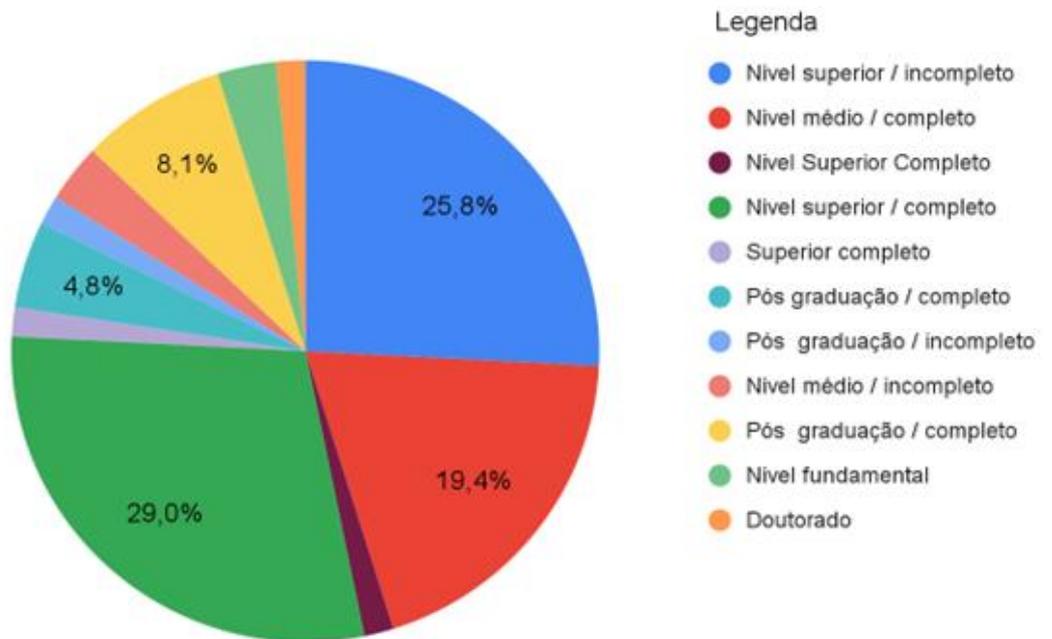
Essa informação é relevante para a formulação de estratégias que atendam às necessidades educacionais e culturais desse público, bem como para o desenvolvimento de programas de turismo que promovam o enriquecimento da experiência dos visitantes, aproveitando o perfil educacional elevado da clientela.

Figura 35 - Grau de instrução dos turistas visitantes da praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.



Fonte: o autor (2024).

Figura 36 - Grau de instrução dos visitantes locais da praia Graciosa na temporada de Praia de 2022.



Fonte: o autor (2024).

Em contrapartida aos resultados apresentados por Alves e Barros (2012), que apontaram que 90% dos entrevistados que frequentavam a Praia de Muro Alto possuíam elevado poder aquisitivo, pertencendo majoritariamente aos estratos das classes média e alta, a análise dos dados da temporada de praia de 2022 na Praia da Graciosa revela uma realidade distinta. Neste contexto, destaca-se uma predominância de visitantes pertencentes às classes baixa e média, com uma média salarial de até dois salários mínimos (figura 37 e 38).

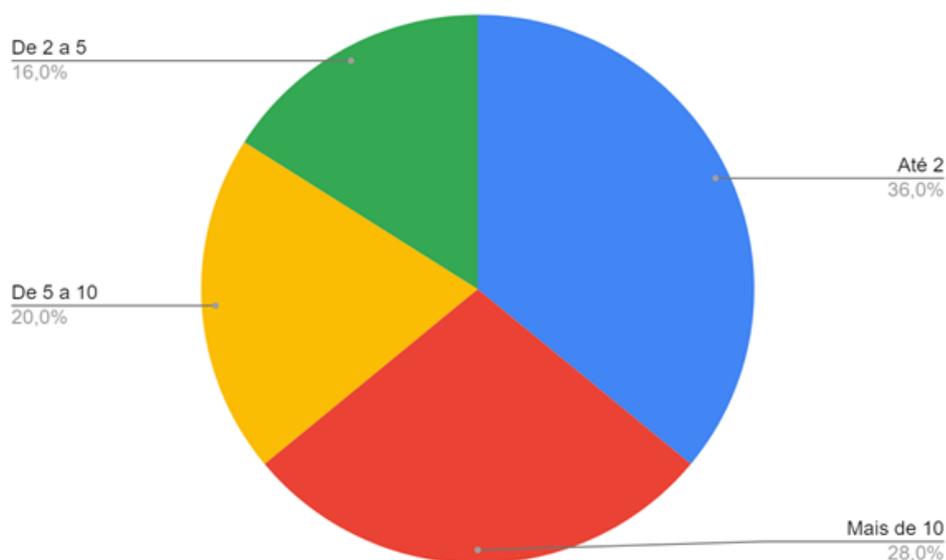
No entanto, vale ressaltar que, não obstante essa predominância nas classes de menor renda, há um segundo percentual relevante de visitantes que se enquadram na categoria de mais de 10 salários mínimos, o que indica uma presença notável da classe média a alta entre os frequentadores da Praia da Graciosa.

Como afirma Magalhães e Massardi (2016, p. 98),

A renda familiar é um fator que exerce grande influência na decisão de viajar. Essa informação é um indicativo de que o crescimento econômico e uma melhor distribuição da renda trarão um grande benefício para o aumento do turismo.

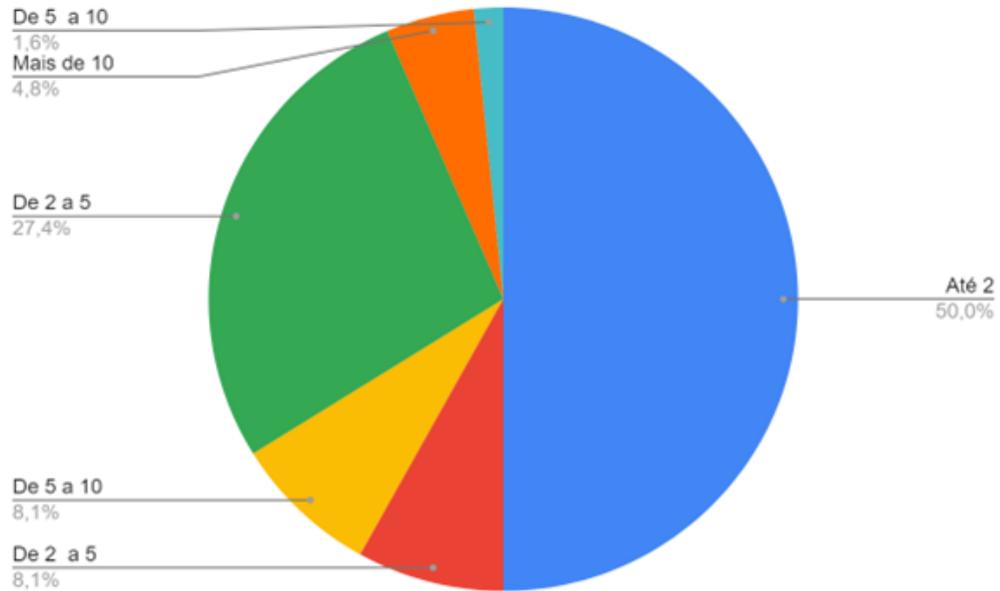
Essa variedade de perfis econômicos entre os visitantes da praia sugere que o local possui uma ampla atração, atendendo a uma gama diversificada de públicos. Essa informação é essencial para direcionar estratégias de negócios e políticas de turismo que possam melhor servir às diferentes camadas socioeconômicas, proporcionando uma experiência satisfatória para todos os visitantes e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Figura 37 - Média salariais individuais dos turistas da Praia da Graciosa no período de coleta de dados.



Fonte: o autor (2024).

Figura 38 - Média salarial individual dos visitantes locais da Praia da Graciosa no período de coleta



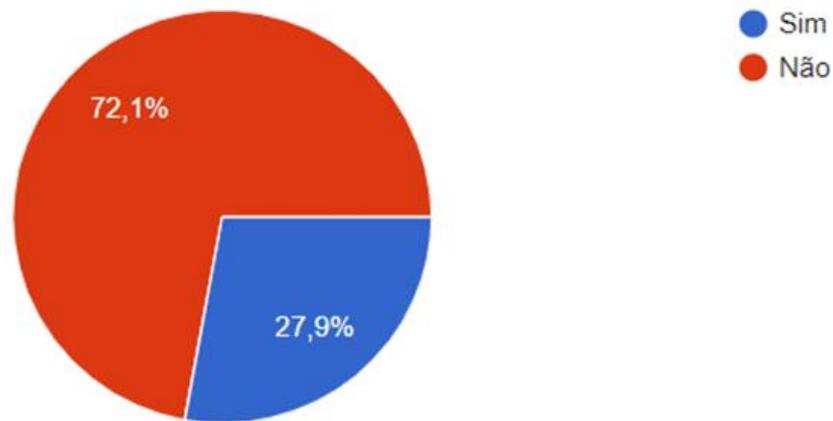
Fonte: o autor (2024).

5.2.2 Percepção dos usuários sobre a Praia da Graciosa

Considerando que a atual Praia da Graciosa é uma praia artificial que surgiu após a criação do lago de Palmas e analisando os resultados obtidos pela entrevista dos turistas e visitantes da Praia da Graciosa apontou que 72,1% (Setenta e dois vírgula um por cento) dos entrevistados não conheceram a Praia da Graciosa antes da criação do lago e que apenas 27,9% (vinte e sete por cento) conheceram a praia antes das mudanças impostas pela instalação da UHE, conforme ilustra a figura 39.

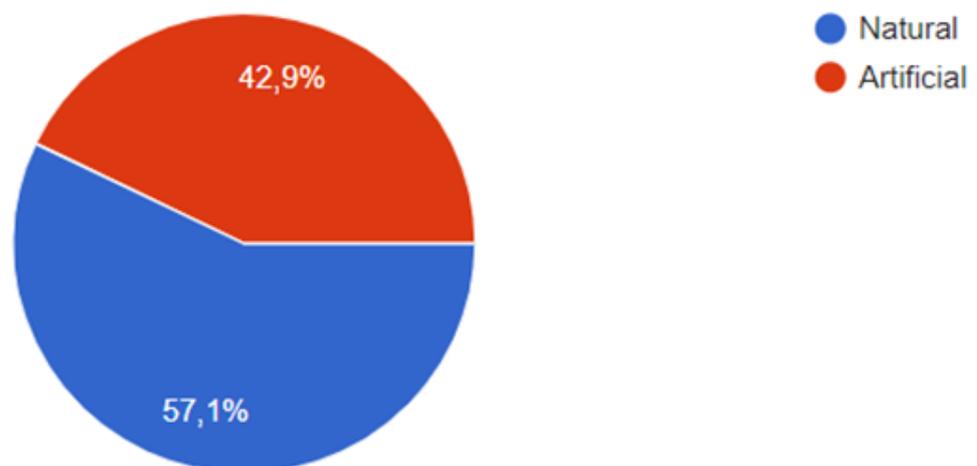
Dentre dos visitantes que conheciam a primeira Praia da Graciosa, 57,1% (cinquenta e sete vírgula um por cento) tem preferência por ambientes praianos naturais e que o remanescente de 42,9% (quarenta e dois vírgula nove por cento) tem preferência por praias artificiais, como ilustra a figura 40.

Figura 39 - Percentual de pessoas que conheceram a Praia da Graciosa antes da criação do lago.



Fonte: o autor (2024).

Figura 40 – Preferência dos visitantes



Fonte: o autor (2024).

Outro dado importante extraído da pesquisa é que, predominantemente, entre as pessoas que conheceram a praia antes da modificação mencionaram que mantém a preferência pela praia fluvial natural (gráfico 13) pelo motivo relacionado a limpeza da água. Atualmente, a água

presente na beira da praia tem coloração escura e cheiro forte, sendo mencionado pelos participantes como baixa atratividade para banho.

5.2.3 Percepção de impactos sociais

Os impactos sociais estão diretamente ligados ao fluxo de turistas ou visitantes em uma determinada localidade, onde podem ser influenciadas pela cultura dos visitantes, aumento da desigualdade ou segregação, além de outras possibilidades. Para 14% dos entrevistados, os impactos sociais do turismo na Praia da Graciosa são negativos, destacando-se como maior justificativa o aumento da desigualdade social, notando que tanto o comércio como os imóveis ao redor estão elitizados e não proporcionam condições iguais para as diversas classes da sociedade. Porém, para 34% dos visitantes, os impactos sociais são positivos (figura 41). Destacam-se como maiores justificativas a geração de emprego e condições para convivência dos turistas.

Para Dall’Agnol (2012), é amplamente reconhecido que o turismo é importante nos aspectos econômicos, culturais e nas interações sociais. Por essa razão, é fundamental compreender as percepções e atitudes dos residentes em áreas turísticas em relação aos impactos provocados pelo turismo em seus locais de residência.

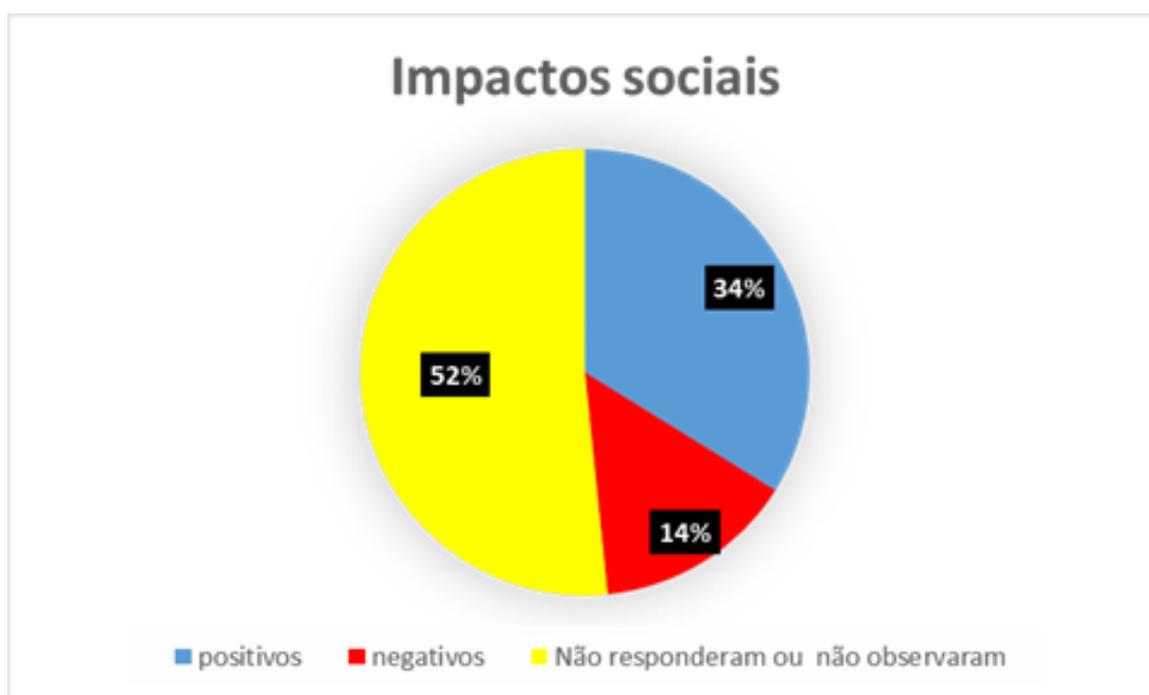
Ao longo da história registrada, o turismo tem exercido influência sobre diversos aspectos e sobre todos aqueles que tiveram contato com ele. Idealmente, esses impactos deveriam ter sido predominantemente positivos, resultando em benefícios tanto para as áreas de destino quanto para seus habitantes. Esses benefícios positivos poderiam incluir melhorias nas condições econômicas, avanços sociais e culturais, e preservação dos recursos ambientais. Para Dall’Agnol (2012), teoricamente, os benefícios do turismo deveriam superar em muito os seus custos.

No entanto, na prática, as coisas nem sempre ocorrem conforme o planejado, e os impactos negativos do turismo muitas vezes superam os positivos. Conforme observado por Para Dall’Agnol (2012), os impactos do turismo são resultado de uma complexa interação entre turistas, comunidades locais e os destinos turísticos. Diferentes tipos de turismo podem gerar diferentes impactos, dependendo das características das sociedades onde ocorrem. Esses impactos podem ser tanto positivos, trazendo benefícios para a comunidade receptora, quanto negativos, causando danos à localidade e à sua população.

No contexto do turismo, os impactos referem-se às mudanças ou sequência de eventos provocados pelo desenvolvimento do turismo nas comunidades receptoras. Esses impactos são

influenciados por variáveis de natureza, intensidade, direção e magnitude diversas. No entanto, é importante notar que esses impactos podem ser irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural, especialmente se não forem detectados ou tratados a tempo. Assim, o crescimento do turismo está frequentemente associado ao aumento dos impactos gerados por ele, que podem ser tanto reversíveis, se identificados precocemente, quanto irreversíveis, se não forem devidamente abordados a tempo.

Figura 41- Classificação dos impactos sociais observados na Praia da Graciosa



Fonte: o autor (2024).

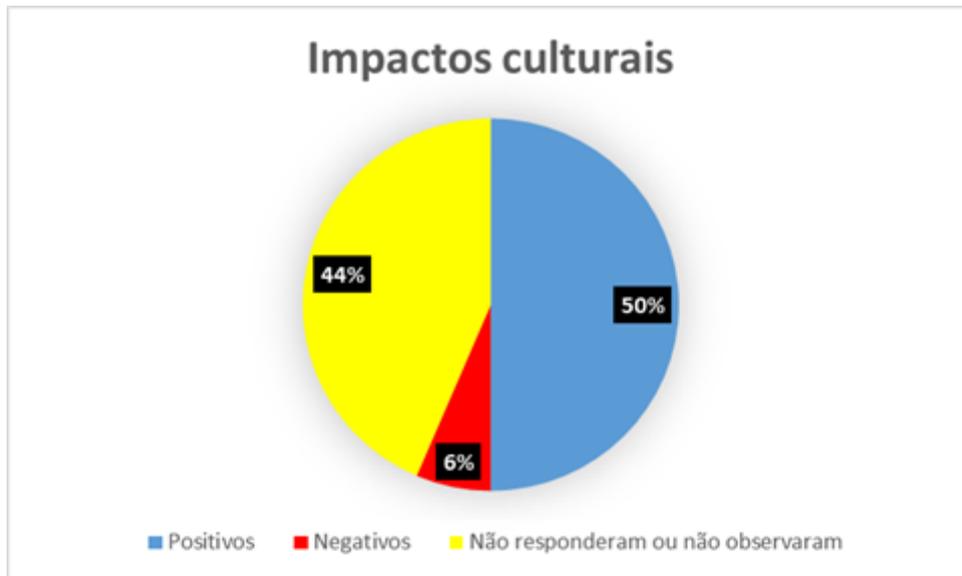
Corroborando Lira (2017), os impactos sociais positivos se sobressaem aos negativos. Na pesquisa do autor, os resultados sociais foram percebidos através do aumento no desempenho escolar e desenvolvimento humano. Nesta pesquisa, os impactos sociais foram percebidos pela influência do ambiente e visitação na conexão de pessoas de todas as classes sociais.

5.2.4 Percepção dos impactos culturais

A percepção dos participantes em relação aos impactos culturais revela um percentual significativamente positivo na cultura local, com metade da amostra expressando a crença de que o turismo na Praia da Graciosa teve um impacto positivo (figura 42). Em segundo lugar,

44% dos participantes não responderam ou não conseguiram identificar claramente esses impactos, enquanto apenas 6% acreditam que os efeitos do turismo foram negativos.

Figura 42 - Classificação dos impactos culturais relacionados com a visitação na Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

Como por exemplo, em 2023, houve diversos eventos culturais na Praia da Graciosa, como o aniversário da cidade e a 2ª Meia Maratona das Praias. As figuras 43 e 44 ilustram alguns eventos realizados na praia.

Figura 43 – Evento Cultural – Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

Figura 44 - Figura 45 – Evento Cultural – Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

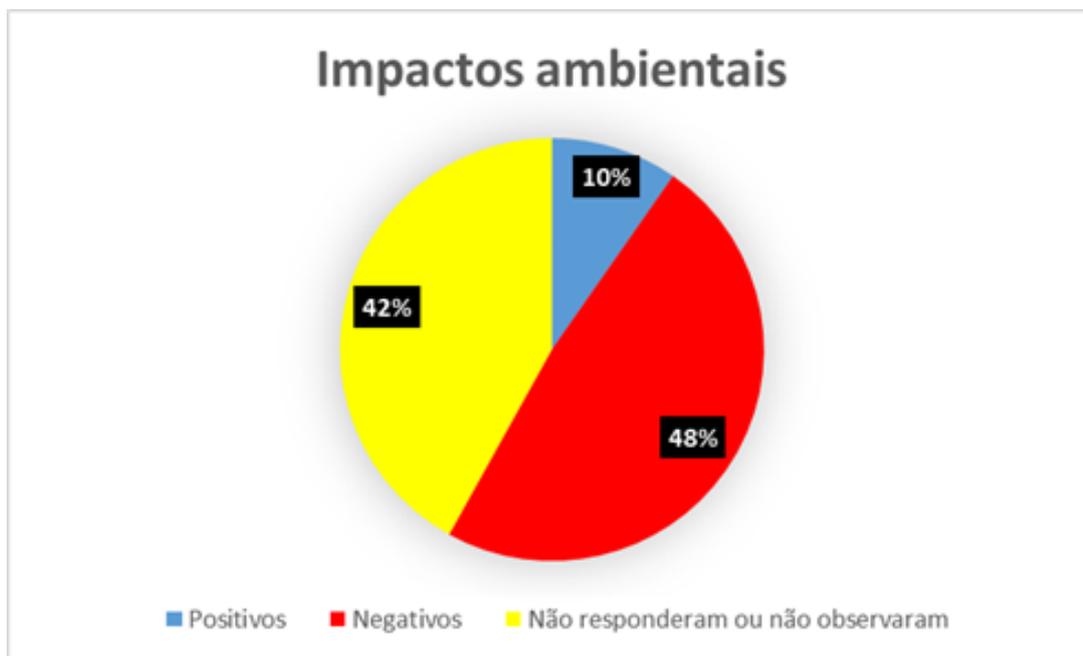
Tratando-se de resultados positivos, foram citados a diversidade de cultura presente no local, o incentivo a prática de esporte e lazer e eventos musicais como exemplos de impactos da visitação na Praia da Graciosa.

5.2.5 Percepção dos impactos ambientais

Os impactos ambientais é a classe de maior facilidade em ser reconhecida como impacto resultante do turismo, pois as alterações sofridas no meio ambiente têm fácil percepção por estar diretamente ligada ao visual, ou seja, é facilmente percebida pela população pois promove alterações nos espaços físicos, sendo observados com facilidade.

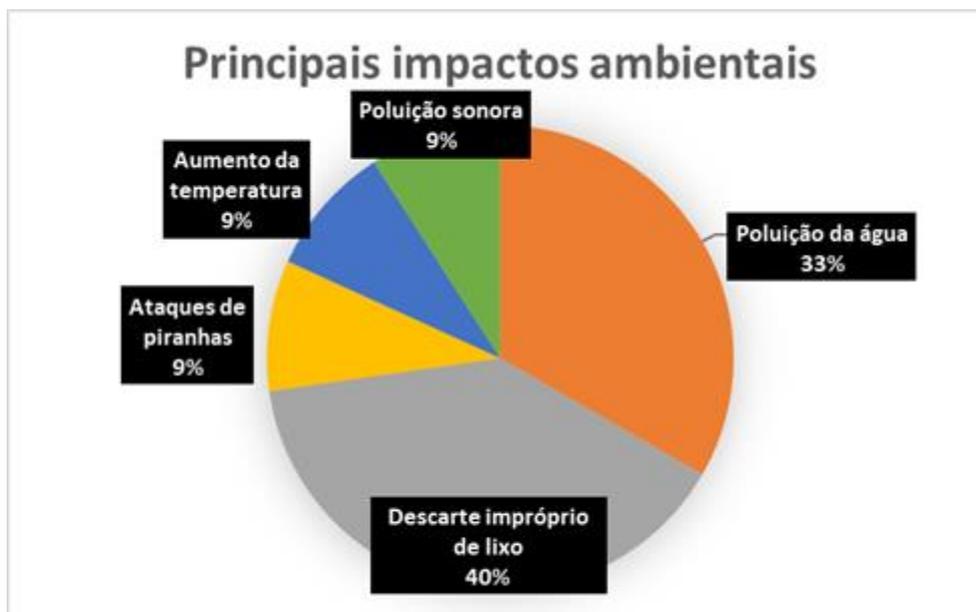
Para 48% dos entrevistados os impactos ambientais negativos se sobressaem aos positivos, pois as alterações sofridas pela visitação trazem resultados negativos para o meio ambiente. Foi considerado que as áreas reservadas para banho na Praia da Graciosa não são salubres, apresentando poluição e alto risco incidentes com ataques de piranhas, assim como presença de resíduos sólidos na areia e mal cheiro ao redor. Para apenas 10% os impactos ambientais são positivos. Considerou-se uma boa logística para coleta de resíduos e presença de infraestrutura. 42% não responderam (figuras 46 e 47).

Figura 46 - Classificação dos impactos ambientais presentes na Praia da Graciosa.



Fonte: o autor (2024).

Figura 47 – Principais impactos ambientais



Fonte: o autor (2024).

Em conformidade com Alves e Barros (2012), a presença de resíduos sólidos (lixos) são um dos principais problemas ambientais presentes nas praias brasileiras. É notório que um dos principais impactos listados na praia palmense é o descarte de lixo, totalizando 40%, sendo o maior entre os listados, seguido de poluição das águas, conforme figura 44.

5.2.6 Percepção dos impactos econômicos

Os impactos econômicos resultantes do turismo é um dos mais importantes, frequentes e perceptíveis na sociedade receptora. Os dados apontam que mais de 80% da amostra percebe como positivo a influência do turismo na economia, como a oportunidade para vendas de mercadorias (17%), oportunidade para microempreendedores (16%), desenvolvimento da economia (16%), desenvolvimento da orla (18%) e geração de emprego e renda (18%) (figura 48). Apenas uma minoria de 15% percebeu como negativo os impactos econômicos, afirmando que os custos dos insumos na Praia da Graciosa são altos.

Figura 48 - Principais impactos econômicos percebidos pela população entrevistada



Fonte: o autor (2024).

Os argumentos mais citados são a geração de emprego e renda, tanto formal como informal, na localidade da Praia da Graciosa. Tais participantes acreditam que os efeitos desta visita ao local resultam em maior movimentação e, conseqüentemente, elevação da renda local.

Os impactos negativos mencionados pelos participantes, representando um percentual de 14% (conforme gráfico 19), está diretamente ligado aos altos preços dos produtos na orla da praia, acentuando a disparidade entre classes sociais em poder aproveitar o comércio local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo e a presença dos moradores na Praia da Graciosa assumem um papel preponderante na fomentação da sustentabilidade e na apreciação dos recursos naturais subjacentes a esta localidade. A Praia da Graciosa, localizada em Palmas, Tocantins, ostenta uma singularidade estética que propicia um cenário propício para o turismo de lazer e fluvial.

Além disso, o turismo fluvial enriquece a experiência turística ao oferecer passeios de barco e atividades aquáticas. Esse tipo de turismo proporciona momentos de lazer e destaca a importância dos recursos hídricos locais e a necessidade de sua preservação.

Ambos os segmentos turísticos, quando praticados de maneira sustentável, podem impulsionar o desenvolvimento econômico da região, gerando empregos e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação ambiental. Dessa forma, o turismo de lazer e o turismo fluvial na Praia da Graciosa enriquecem a experiência dos visitantes e contribuem para a construção de um turismo mais consciente e ecologicamente responsável.

Os resultados das análises de dados das pesquisas realizadas na Praia da Graciosa indicam que os visitantes, tanto turistas quanto locais, estão predominantemente nas faixas etárias de 41 a 50 anos e 31 a 40 anos, respectivamente. Essa informação é de grande importância para embasar o planejamento de atividades voltadas para o público majoritário identificado. Para os agentes públicos responsáveis pela administração do local, é fundamental ter conhecimento dessa demografia a fim de desenvolver políticas públicas específicas direcionadas ao segmento identificado.

Ambos os grupos de visitantes identificados na amostra, turistas e locais, apresentam renda média de até dois salários mínimos, representado de 36% para turistas e 50% para visitantes locais. Para turistas, a formação escolar predominante é o nível superior (completo ou incompleto), já para os atores locais o nível fundamental predomina. Essa estatística demonstra o equilíbrio entre o grau de instrução dos visitantes e pode subsidiar as ações, tanto do poder público quanto dos empreendedores privados, voltados a atender ambos os grupos.

Os impactos sociais notados pelos visitantes no local receptor foram majoritariamente positivos, considerando todos que souberam responder. Dentre os motivos para tal classificação, foram citados a aproximação entre várias classes sociais em um único lugar, durante o período de visitação, assim como a melhor interação entre pessoas. Sobre os impactos ambientais, foram percebidos os dois maiores grupos como descarte impróprio de lixo e poluição das  guas, com 40% e 33% respectivamente.

Entre uma ampla variedade de impactos abordados neste estudo, destaca-se que 57,1% dos entrevistados que tiveram contato com a Praia da Graciosa em seu estado natural preferem-na em comparação à praia artificial. Essa preferência decorre do fato de que a praia natural oferecia condições superiores para desfrutar das águas correntes para banho. Os dados evidenciam que a maioria dos visitantes que apreciam a nova estrutura da praia não a conheceram em seu estado natural, representando 72,1% do total.

O investimento privado para a verticalização de áreas no entorno da Praia da Graciosa tem potencial em desenvolver impactos, tais como congestionamento do trânsito, mudanças climáticas e qualidade de ventilação dos ambientes residenciais. No que diz respeito ao congestionamento, este possível impacto está vinculado à verticalização, uma vez que a ocupação dos edifícios guarda uma relação direta com o crescimento demográfico local. Em outras palavras, está correlacionado ao aumento do número de residentes em uma região específica. Considerando o alto nível dos empreendimentos existentes e em andamento no entorno da praia palmense, admite-se que o aumento populacional é acompanhado do aumento de veículos automotores.

Referente ao efeito climático que edifícios verticais podem causar em determinados locais, destaca-se a ilha de calor, tornando regiões urbanas mais quentes que as circundantes, atreladas a presenças de condomínios verticais que são responsáveis pela retenção e liberação de calor, impactando a temperatura local. Este é um provável impacto que pode ocorrer no entorno da Praia da Graciosa, tendo em vista que a infraestrutura criada para receber turistas na capital associada à beleza cênica do lago tem atraído diversos empreendimentos para a região.

Observa-se neste estudo que a configuração espacial da Praia da Graciosa e suas áreas circundantes têm adquirido uma característica elitista, evidenciada pelo desenvolvimento de empreendimentos de luxo ao longo da orla do lago de Palmas, assim como pela edificação de condomínios de alto padrão nas proximidades da praia. Esses empreendimentos têm contribuído com impactos ambientais e socioculturais, resultando no desmatamento da flora originalmente presente e contribuindo para a disparidade socioeconômica local.

Esses impactos encontram-se intrinsecamente relacionados à atividade turística, uma vez que a concentração da demanda por espaços de lazer, a infraestrutura criada para esse fim e o investimento na beleza da região resultaram nos impactos negativos mencionados, com a possibilidade de surgirem impactos adicionais, dada a rápida expansão da área.

Na pesquisa com os turistas, fica evidente que a valorização da praia está ligada às experiências que ela pode oferecer, especialmente em termos de lazer, relaxamento, convívio

familiar e sensação de tranquilidade. Não se trata apenas do valor intrínseco da praia em si, mas sim do que ela proporciona aos participantes deste estudo. O que realmente importa é a vivência, com a natureza sendo vista como um recurso ou meio para alcançar determinados objetivos. Identificou-se que os danos causados na praia tendem a ser consistentes ao longo do tempo, com o problema do descarte inadequado do lixo sendo uma ocorrência frequente.

Dessa forma, a gestão da praia deve implementar medidas socioeducativas para orientar os turistas, visitantes e comerciantes sobre a importância da conservação do local. A praia é um ambiente propício para campanhas de conscientização ecológica, alinhando-se com as iniciativas de divulgação promovidas pelo órgão municipal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Raimundo Nonato de Pinho; BARROS, Luciano Cintrão. AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS FREQUENTADORES DA PRAIA DE MURO ALTO, MUNICÍPIO DE IPOJUCA-PE. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 28, 2012.

AMORIM, Raul Reis; OLIVEIRA, Regina Célia de. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. Sociedade & natureza, v. 20, p. 177-198, 2008.

ANA, 2015. Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/planejamento/planoderecursos/Tocantins-Araguaia.aspx>. Acesso em: 06 NOV. 2023.

ARAÚJO, Rubens Milagre. Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado - Palmas - Porto Nacional, TO, 1996- 2003. 2003. 11 e 67 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003.

BATISTA, Eloisa Arminda Duarte. A recomposição do modo de vida nos reassentamentos rurais do setor elétrico: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis 215 (Estado do Tocantins). 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2009.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. Estudos Avançados, v. 21, n. 59, p. 141, 2007.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia global. Esboço metodológico. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, Cadernos de Ciências da Terra, (13) p. 1-27. 1971.

BOM, Fábio Cavalca et al. Percepção de usuários de praias em relação ao lixo marinho como uma ferramenta para ações efetivas contra essa problemática. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology, v. 24, n. 2, p. 18-27, 2020.

BRASIL. Conama. Resolução CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 1.128, de 1° de fevereiro de 2000. Institui o Projeto Orla e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, n. 885, 2000.

BRASIL. Lei n. 1.363, de 31 de dezembro de 2002. Dispõe sobre aporte ao capital o Projeto Orla e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, n. 885, 31 dez. 2002.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 06 NOV. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Caracterização da Área de Geografia. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRITO, N.F.C. - Aspectos da dinâmica de resíduos sólidos nas praias de Jardim Armação, Salvador, Bahia. Monografia de graduação, 68p., Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, Brasil, 2009.

CALDAS, Ana Helena Mousinho. Análise da disposição de resíduos sólidos e da percepção de usuários em áreas costeiras – um potencial de degradação ambiental. Monografia de conclusão de pós-graduação, 60p., Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2007.

CARLOS, Ana Fani. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAGAS, Rodolfo Pereira das. Políticas territoriais no estado do Tocantins: um estudo de caso sobre o jalapão. Usp, [S.L.], p. 1-134, jul. 2011. Universidade de Sao Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/d.8.2007.tde-27112009-133840>.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia. São Paulo: Hucitec, 1979.

CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.

CORDEIRO, Itamar Dias; KÖRÖSSY, Nathália; SELVA, Vanice Fragoso. Capacidade de Carga Recreativa para embarcações: O caso da área de proteção ambiental de Guadalupe. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 6, n. 14, p. 35, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. 2ª ed. São Paulo, Roca, 2003.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. **SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa**, v. 16, 2012.

DAMAS, Marcos Tonet. Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBecotur)**, v. 13, n. 2, 2020.

DE CARVALHO BARBOSA, Elisvan; DE FÁTIMA LOLIS, Solange; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Do rio Tocantins a UHE do Lajeado: a memória da população ribeirinha de Brejinho de Nazaré. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 09, 2015.

DE OLIVEIRA, Marcos André; DE OLIVEIRA, Marcio Sepulvia. Caracterização operacional da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e o uso dos recursos hídricos do rio Tocantins para geração de energia. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 44952-44964, 2021.

DE SANTANA NETO, Sérgio P. et al. Perfil sócio-econômico de usuários de praia e percepção sobre a poluição por lixo marinho: Praia do Porto da Barra, BA, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, v. 11, n. 2, p. 197-206, 2011.

DE SANTANA, Alana Cristina Moreira; DE SENNA, Mary Lúcia Gomes Silveira. Análise de Impactos Ambientais Gerados nas Temporadas de Feriados da Praia dos Buritis em Palmas (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 2, 2019.

DE SOUZA, Jane Ilce Barreto. Qualidade ambiental em cidades médias: estudo de caso da cidade de Campos dos Goytacazes. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 3, n. 1, p. 117-134, 2009.

DEFRA – DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT, FOOD AND RURAL AFFAIRS. The UK government launched its new strategy for sustainable development. Securing the future: delivering UK sustainable development strategy. United Kingdom: DEFRA, 2005 (Policy Paper).

DOPONA, Alisson Peter Brito et al. Perspectivas para o desenvolvimento do turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Barra Una (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 5, 2019.

DOS SANTOS, Leilson Alves et al. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RESULTADOS DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO. 2015.

EPE, 2007. Plano Nacional de Energia 2030. Ministério de Minas e Energia - MME/ Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Brasília - DF, v.12.

FABRINO, Nathália Hallack; DO NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; COSTA, Helena Araújo. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, 2017.

FARIAS, D.; RAVIOLO, B.; CAVALCANTE, Márcia. A VERTICALIZAÇÃO DE FORTALEZA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A VENTILAÇÃO NATURAL EM UMA EDIFICAÇÃO MULTIFAMILIAR. **X Encontro Latino-Americano de Conforto no Ambiente Construído/XIV Encontro Nacional de Conforto do Ambiente Construído. Balneário Camburiú/SC**, 2017.

FURTADO, Fernanda et al. Outorga Onerosa do Direito de Construir: panorama e avaliação de experiências municipais. **XII Encontro Nacional da ANPUR**, 2007.

G1 TOCANTINS. Banhista é atacada por arraia em praia de Palmas. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/banhista-e-ferroada-por-arruia-em-praia-de-palmas.ghtml>. Acesso em: 06 NOV. 2023.

G1 TOCANTINS. Mais 13 ataques de piranhas são confirmados nas praias de Palmas. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/02/mais-13-ataques-de-piranhas-sao-confirmadosnas-praias-de-palmas.html>. Acesso em: 06 NOV. 2023.

G1 TOCANTINS. Pioneiros de Palmas relembram como era a Praia da Graciosa. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/05/pioneiros-de-palmas-relembram-como-era-praia-dagraciosa.html>. Acesso em: 06 NOV. 2023.

GIBSON, R. Specification of sustainability based EAD and implications for determining significance in environmental assessment. Research and Development Programme. Canadian: CEAA, 2001 (Assessment Report, n. 46).

GOMES JÚNIOR, Francisco da Silva. Desenvolvimento sustentável: conceitos, modelos e propostas para mensurações, Revista Ambientale – UNEAL, Ano 3, Vol. 1, 2012.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 21-30, jul - dez – 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - GET. Município de Caseara. Palmas: GET, 1999a. 3p.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - GET. Município de Lagoa da Confusão. Palmas: GET, 1999b. 9p.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - GET. Município de Porto Nacional. Palmas: GET, 1999c. 3p.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HUETING, R.; REIJNDERS, L. Broad sustainability contra sustainability: the proper construction of sustainability indicators. Ecological economics, v. 50, p. 249-260, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. IBGE confirma atividade turística como importante indutora da economia brasileira. Publicado em: 02 mar 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ibge-confirma-atividade-turistica-como-importante-indutora-da-economia-brasileira#:~:text=As%20atividades%20do%20setor%20de,quinta%2Dfeira%20\(02.03\)](https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ibge-confirma-atividade-turistica-como-importante-indutora-da-economia-brasileira#:~:text=As%20atividades%20do%20setor%20de,quinta%2Dfeira%20(02.03).). Acesso em: 20 mar 2024.

KATES, R.W.; PARRIS, T.H.; LEISEROWITZ, A.A. What is sustainable development? Goals, indicators, values and practice. Environment: Science and Policy for Sustainable Development, St.Louis, v. 47, n. 3, p. 8-21, apr. 2005.

LACOSTE, Yves. A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra. São Paulo: Ed. Ática, 2ª ed., 1989.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240p.

LÉLÉ, S.M. Sustainable Development: a critical review. *World Development*, Pergamon Press, Oxford, Great Britain, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.

MACHADO, E.V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. 3^a. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.68-75.

MAGALHÃES, Camila Moreira; MASSARDI, Wellington Oliveira. *Perfil dos Turistas e Sua Relação Com a Escolha do Destino Turístico: um estudo aplicado em uma agência de viagem na cidade de Ubá*. 2016.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. Roca, 2002.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, E; SANTOS JUNIOR, O. A. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. p. 165-195.

MARQUES, José Geraldo W. *Pescando Pescadores: Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano*. São Paulo/Maceió: NUPAUB-USP, 1995.

MARUJO, Noémi; CARVALHO, Paulo. *Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável*. 2010.

MCCOOL, S.; STANKEY, G. Indicators of sustainability: challenges and opportunities at the interface of science and policy. *Environmental management*, v. 33, n. 3, p. 294-305, Mar. 2004.

MELO, Mariana Lacerda Barboza; SILVA, Valdirene Cássia da; ALMEIDA, Rodrigo José Lima; CARDOSO, Ila Raquel Mello. Governança Territorial/Instâncias de Governança para o Desenvolvimento do Turismo na região turística Serras e Lago no Tocantins. *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 11, n. 10, p. 1-12, 2 ago. 2022. *Research, Society and Development*. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i10.32673>.

MONTEIRO, C. A. F. *Geossistemas: a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Karine Cristine Rodrigues; OLIVEIRA, Rosana Pena dos Santos de. Reflexões sobre as consequências da verticalização para o clima urbano na cidade de Vitória da Conquista – BA- Brasil. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 14, Peru, 2013. *Anais...* Peru, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território*. In: *Orientação*. São Paulo: IGEOG-USP, n.5, p. 91, 1984.

MORIN, Edgard. O método: a natureza da natureza. Lisboa. Publicações Europa-América, 1977. (Coleção Biblioteca Universitária).

MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2011.

MUNCK, L.; BORIN-DE-SOUZA, R. Compreensão do desenvolvimento sustentável a partir do estabelecimento de tipos ideais. O&S – Salvador, v. 20, n. 67, p. 651-674, 2013.

NASCIMENTO, Maria Elenita Menezes; ERIG, Geruza Aline. Hospitalidade como vantagem competitiva: um estudo de caso dos empreendimentos turísticos de Palmas na visão dos atores. *Ágora*, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 89, 30 jul. 2017. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/agora.v19i2.9520>.

NOBRE, M; AMAZONAS, M. C. (2002) Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília, Ed. IBAMA, 368p.

NÓBREGA, Wanja. Parque Estadual do Jalapão registra recorde de visitas em 2021. GOVERNO DO TOCANTINS. Publicado em: 13 jan. 2022. Atualizado em: 13 jan. 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/parque-estadual-do-jalapao-registra-recorde-de-visitas-em-2021/4xvup32os44z#:~:text=Atualmente%2C%20o%20parque%2C%20com%20158.885,a%20principal%20motiva%C3%A7%C3%A3o%20da%20visita>. Acesso em: 20 mar 2024.

NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. *Revista Complexus*. Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design - CEUNSP, Santos- SP, Ano 2, n. 3, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Goiânia: planejamento, segregação e descentralização seletiva. 2012. Mimeografado.

OLIVEIRA, Adão Francisco. Heterotopia, democracia e gestão urbana: desigualdades socioterritoriais e participação sociopolítica em Goiânia (1997-2008). 2011. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

OLIVEIRA, F. L.; LIMA JÚNIOR, P. N. Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira. In: CUENYA, Beatriz.; NOVAIS, Pedro.; VAINER, Carlos. (Org.). *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Porto Alegre: Masquatro Editora; Buenos Aires: Editorial Café de las Ciudades, 2013. p. 167-190.

OLIVEIRA, Gislaine Ferreira; DINARTE, P. V.; SILVA, RL da. O direito do acesso à informação ambiental como potencializador da e-democracia: o papel do Governo Aberto na conscientização ambiental a partir do desenvolvimento de plataformas e aplicativos. *Democracia Digital e Governo Eletrônico, Florianópolis*, v. 11, p. 138-162, 2014.

ORLA PALMAS. Naturatins; Investco; LG Engenharia. Palmas, 2000.

PALMAS (Prefeitura municipal). Lei complementar n. 155, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a política urbana no município de Palmas. Palmas, TO, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/topsearch.pl>. Acesso em 06 NOV. 2023.

PEREIRA, André Filipe Castro. O turismo fluvial no rio Tâmega. 2014. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal). Portugal, 2014.

PINTO, Débora Beron; MOESCH, Marutschka Martini. Inventariação Turística: por um modelo de superação metodológica. **Anais do IV SeminTUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**, p. 7-8, 2006.

PÓVOA, Liberato. História Didática do Tocantins. 3 ed. Goiânia: Kelps, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE - PMP. Projeto de infra-estrutura básica e acesso à Praia da Tartaruga, Peixe – TO. Peixe:PMP, 1999. 6p.

PROJETO ORLA. Ruy Ohtake. [1999?].

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAHY, Izarosara Borges. Verticalização e Paisagem Urbana. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTRO. Salvador–BA**, 2012.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MOARES, A. C. R. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

REJOWSKI, Mirian; PERUSSI, Regina. F. Trajetória das Agências de Turismo: Apontamentos no Mundo e no Brasil. In: BRAGA, Debora. C. Agências de Viagens e Turismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 2 – 16.

RINZIN, C.; VERMEULEN, W.; GLASBERGEN, P. Public perception of Bhutan's approach to sustainable development in practice. *Sustainable development*, v. 15, n. 1, p. 52-68, Jan./Feb. 2007.

RIOS, Alan. TURISMO: SP e MG mais procurados em viagens; DF registra maior gasto diário per capita. *Brasil 61*. Publicado em: 6 de jul de 2022. Atualizado em: 6 de jul de 2022. Disponível em: <https://brasil61.com/n/sao-paulo-e-minas-gerais-sao-os-estados-mais-procurados-em-viagens-df-e-o-destino-de-maior-gasto-diario-per-capita-bras227023>. Acesso em: 20 mar 2024.

RODRIGUEZ, J. M. M. MARTINEZ, M. C. La regionalización geocológica como base para La determinación Del estudio y La situación medioambiental de Cuba. La Havana: Sección Cubana de la U. G. I. 1998.

ROSS, J. L. S. O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxionomia do relevo. *Revista do Departamento de Geografia da USP*. São Paulo: n. 6. 17-29p. 1992.

RUSCHMANN, D. V. de M. Marketing turístico: um enfoque promocional. Campinas: Papirus. 1990.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SANTOS, Jaqueline Guimarães; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Engajamento entre os diversos atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável: uma discussão sobre seus diferentes papéis. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, p. 15-24, 2014.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Marli Teresinha dos. Das barrancas do Rio Tocantins ao espaço concebido: um estudo de caso dos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Lajeado. – Doutorado (Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília - Tese de Doutorado, Brasília-DF, junho de 2014.

SCOTTO, Gabriela, Carvalho, I. C. M., Guimarães, L. B. Desenvolvimento sustentável. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 107p. 2007.

SEDEN - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. Análise geral do perfil do público. Estado do Tocantins, 2015.

SENNA, M. L. G. S. A aplicabilidade do índice de qualidade de vida, da pegada ecológica do turismo e dos indicadores de sustentabilidade da organização das nações unidas para destinos turísticos de pequeno porte: um estudo de caso no Jalapão – TO. Tese. Doutorado (Ciências). Ipen – Autarquia Associada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, M.; NOSHI, N.; ALMEIDA M. Agências de Turismo de Aventura no Brasil. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, 27, 2019.

SIQUEIRA-GAY, Juliana; DIBO, Ana Paula Alves; GIANNOTTI, Mariana Abrantes. Vulnerabilidade as ilhas de calor no município de São Paulo: uma abordagem para a implantação de medidas mitigadoras na gestão urbana. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 105-123, 2017.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPODE, Pedro; COSTA, Iago Turba; DE AGUIAR, Priscila. A importância do processo de verticalização urbana para o ensino de Geografia. **Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 249-257, 2021.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. Dossiê-Cidades planejadas na hinterlândia: a formação de Palmas. Revista UFG. ano XI, n. 6, 2009.

TERRA. Brasil investe para impulsionar o turismo internacional. Publicado em 28 fev 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil-investe-para-impulsionar-o-turismo-internacional.99b23579049782c76f72fca2812edc02gfievbkg.html>. Acesso em: 20 mar 2024.

THEMAG Engenharia. Usina Hidrelétrica de Lajeado: RIMA: Relatório de impacto sobre o meio ambiente. Lajeado, 1996.

TÖWS, Ricardo Luiz; MENDES, Cesar Miranda. O estudo da verticalização urbana como objeto da geografia: enfoques e perspectivas metodológicas. **Anais do I Simpósio de Estudos Urbanos**, p. 1-25, 2011.

VAINER, Carlos. Grandes projetos urbanos: significado e formas de avaliação. In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (Org.). *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Porto Alegre: Masquatro Editora; Buenos Aires: Editorial Café de las Ciudades, 2013. p. 135-166.

VALE, Eduardo Almeida do; SENNA, Mary Lúcia Gomes Silveira de; DUTRA, Veruska Chemet; PESTANA, Fernanda Clara Fernandes. Análise dos impactos ambientais pós-temporadas da Praia da Graciosa em Palmas-TO/Brasil. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 82-102, 5 ago. 2020. Núcleo de Pesquisa em Turismo da Unigranrio. <http://dx.doi.org/10.17648/raoit.v14n2.5795>.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación. Conferência creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

VERDUM, Roberto; PUNTEL, Geovane Aparecida. Espaço geográfico e paisagem. **GEOGRAFIA: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação**, p. 75-88, 2010.

VIEIRA, K. Apropriação Privada e Valorização Imobiliária na “Orla” de Palmas-TO: Onde e Quando os Projetos Disfarçam os Verdadeiros Planos. Dissertação. PPG-CIAMB, UFT, Palmas, 2019.

VIEIRA, Marieli; LIMA, Luciana Leite; MILAN, Marcelo. Metodologia da pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa. **Métodos e técnicas de pesquisa para economia criativa e da cultura [recurso eletrônico]. p.[61-109],(Cap. 2)**, 2022.

WESTCOTT, M. *Introduction to Tourism and Hospitality in B.C.* Victoria, B.C.:BCcampus, 2019. Disponível em: <https://opentextbc.ca/introtourism/>. Acessado em: maio de 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PERFIL DOS VISITANTES MORADORES



DATA	
ENTREVISTADOR	

1. Qual o seu gênero?

- Masculino
 Feminino
 Outro (Qual?) _____
 Prefiro não dizer

2. Qual a sua idade?

3. Estado civil:

- Solteiro (a)
 Casado (a)
 Viúvo (a)
 Outros _____

4. Há quanto tempo você mora em Palmas?

5. Grau de instrução:

- Sem escolaridade
 Nível fundamental
 Nível médio/Incompleto
 Nível médio/Completo
 Nível superior/Incompleto
 Nível superior/Completo
 Pós graduação/Completo
 Pós graduação/Incompleto

6. Qual a sua renda?

- Até 2 SM (salários Mínimos)
 De 2 SM a 5 SM
 De 5 SM a 10 SM
 Mais de 10 SM

7. Profissão:

II – SOBRE O TURISMO

8. Qual motivação lhe trouxe para a Praia da Graciosa?

9. Desde quando e com que frequência você visita a Praia da Graciosa?

Desde quando	Frequência

10. O turismo é uma atividade importante para Palmas? Justifique.

11. Quais atrativos turísticos em Palmas você considera mais importantes para atrair pessoas?

12. Quais lugares de Palmas você costuma visitar?

Praça dos Girassóis	<input type="checkbox"/>
Shopping <input type="checkbox"/> Capim Dourado <input type="checkbox"/> Palmas Shopping	<input type="checkbox"/>
Feira do Bosque	<input type="checkbox"/>
Parque <input type="checkbox"/> Cesamar <input type="checkbox"/> Povos Indígenas	<input type="checkbox"/>
Praia <input type="checkbox"/> Prata <input type="checkbox"/> Caju <input type="checkbox"/> Buritis <input type="checkbox"/> Arnos	<input type="checkbox"/>
Outros:	<input type="checkbox"/>

III- AVALIAÇÃO DO TURISMO NA PRAIA DA GRACIOSA

13. Qual a sua avaliação geral em relação aos serviços e atendimento dos estabelecimentos da Praia da Graciosa?

14. Qual a sua avaliação geral em relação a infraestrutura da Praia da Graciosa?

15. Qual a sua avaliação geral em relação a segurança da Praia da Graciosa?

16. Qual a sua avaliação geral em relação aos preços cobrados na Praia da Graciosa?

IV – PERCEÇÃO SOBRE IMPACTOS NA PRAIA DA GRACIOSA

17. Você conheceu a Praia da Graciosa antes da criação do lago?

- Sim
 Não

18. Se sim, você prefere a praia de antes (natural) ou a de agora (artificial)? Justifique.

Natural.

Artificial

19. Quais os impactos observados durante a sua visita na praia da Graciosa?

Impactos sociais	Impactos culturais	Impactos ambientais	Impactos econômicos

20. Cita uma palavra positiva e uma negativa sobre a sua experiência vivenciada na Praia da Graciosa

Positiva	Negativa

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PERFIL TURISTAS



DATA	
ENTREVISTADOR	

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

1. Você reside em qual cidade e estado?

Cidade	Estado

2. Qual o seu gênero?

- Masculino
 Feminino
 Outro (Qual?) _____
 Prefiro não dizer

3. Qual a sua idade?

4. Estado civil:

- Solteiro (a)
 Casado (a)
 Viúvo (a)
 Outros _____

5. Grau de instrução:

- Sem escolaridade
 Nível fundamental
 Nível médio/Incompleto
 Nível médio/Completo
 Nível superior/Incompleto
 Nível superior/Completo
 Pós graduação/Completo
 Pós graduação/Incompleto

6. Qual a sua renda?

- Até 2 SM (salários Mínimos)
- De 2 SM a 5 SM
- De 5 SM a 10 SM
- Mais de 10 SM

7. Profissão:

8. Qual a motivação da sua viagem? Pode assinalar mais de 1 (uma) alternativa

- Compras
 - Viagem de lazer
 - Viagem de Negócios
 - Viagem de estudo
 - Participação em eventos
 - Visita a parentes/ amigos
 - Saúde
 - Conhecer o Jalapão
-

9. Qual seu tempo de permanência em Palmas?

- 1 dia
- 2 dias
- 3 a 5 dias
- Mais de 5 dias

10. Qual o tipo de hospedagem?

- Hotel
- Motel
- Pousada
- Casa de amigos/parentes
- Não me alojei na cidade
- Hostel
- Airbnb
- Outros

11. Quantas pessoas estão viajando com você?

- Nenhuma
- Uma

- Duas
 Três
 Mais de quatro

12. Participou de algum passeio turístico oferecido por guias de turismo locais?

13. Quais (qual) motivações lhe trouxe para a Praia da Graciosa?

14. Como teve conhecimento da existência da praia da Graciosa?

15. Quais outros atrativos turísticos de Palmas você visitou?

Praça dos Girassóis	<input type="checkbox"/>
Shopping <input type="checkbox"/> Capim Dourado <input type="checkbox"/> Palmas Shopping	<input type="checkbox"/>
Feira do Bosque	<input type="checkbox"/>
Parque <input type="checkbox"/> Cesamar <input type="checkbox"/> Povos Indígenas	<input type="checkbox"/>
Praia <input type="checkbox"/> Prata <input type="checkbox"/> Caju <input type="checkbox"/> Buritis <input type="checkbox"/> Arnos	<input type="checkbox"/>
Outros: _____ _____	<input type="checkbox"/>

16. Cite 3 atrativos por ordem de importância que mais lhe chamaram atenção em Palmas

1.	2.	3.
----	----	----

17. Palmas é uma cidade capaz de atrair turistas do Brasil e do mundo?

18. Qual a sua avaliação geral em relação ao serviço e atendimento dos estabelecimentos da Praia da Graciosa?

19. Qual a sua avaliação geral em relação a infraestrutura da Praia da Graciosa?

20. Qual a sua avaliação geral em relação a segurança da Praia da Graciosa?

21. Qual a sua avaliação geral em relação aos preços cobrados na Praia da Graciosa?

IV – PERCEPÇÃO SOBRE IMPACTOS

22. Você conheceu a Praia da Graciosa antes da criação do lago?

Sim

Não

23. Se sim, você prefere a praia de antes (natural) ou a de agora (artificial)? Justifique.

Natural.

Artificial

24. Quais os impactos observados durante a sua visita na praia da Graciosa?

Impactos sociais	Impactos culturais	Impactos ambientais	Impactos econômicos

25. Cita uma palavra positiva e uma negativa sobre a sua experiência vivenciada na Praia da Graciosa

Positiva	Negativa